

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL NA
AGRICULTURA:
A CULTURA DO ABACAXI EM SAPÉ - PARAÍBA

ALUNILDA JANÚNCIO DE OLIVEIRA

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
SETEMBRO DE 1985

✓
ALUNILDA JANÚNCIO DE OLIVEIRA

+
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL NA
AGRICULTURA: A CULTURA DO ABACAXI EM SAPÉ - PARAÍBA

Dissertação apresentada no Curso de
Mestrado em Economia da Universidade⁰⁰
Federal da Paraíba, Campus II, em
cumprimento às exigências para obten
ção do Grau de Mestre.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ECONOMIA RURAL

PAULO ROBERTO CAMPANÁRIO

- Orientador -

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA - SETEMBRO - 1985

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL NA
AGRICULTURA: A AGRICULTURA DO ABACAXI EM SAPE - PARAÍBA

ALUNILDA JANÚNCIO DE OLIVEIRA

APROVADA EM: ___/___/___

COMPONENTES DA BANCA:

PAULO ROBERTO CAMPANÁRIO

- Orientador -

LUIZ ANDRÉ FAVERO

- Examinador -

PAULO NAKATANI

- Examinador -

MARIA LÚCIA GONÇALVES

- Examinadora -

Campina Grande - Setembro - 1985

Dedico este Trabalho a Antonio Janúncio de
Oliveira pelos valiosos ensinamentos que
através de sua prática de vida me propor-
cionou uma visão crítica de mundo.

S U M Á R I O

| | | |
|-----|--|-----|
| 1. | INTRODUÇÃO | |
| 1.1 | - Caracterização do Problema | 1 |
| 1.2 | - Objetivos e Relevância do Tema | 6 |
| 1.3 | - Fontes de Dados | 8 |
| 2. | NOTAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL | |
| 2.1 | - A Questão Agrária nos Anos 50 | 12 |
| 2.2 | - A Estrutura Agrária e a Acumulação de Capital no Campo | 15 |
| 2.3 | - A Estrutura Agrária e a Acumulação de Capital em Geral | 19 |
| 2.4 | - A Acumulação de Capital e Concentração Fundiária.. | 27 |
| 3. | A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM SAPÉ | |
| 3.1 | - As Transformações no Quadro Agrário..... | 40 |
| 3.2 | - A Cultura do Abacaxi: Evolução e Modernização | 46 |
| 3.3 | - Notas Sobre a Propriedade Privada da Terra | 61 |
| 3.4 | - A Posse da Terra em Sapé | 62 |
| 3.5 | - A Posse da Terra Entre os Proprietários Fundiá rios Produtores de Abacaxi | 68 |
| 4. | AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA EM SAPÉ | |
| 4.1 | - O Desenvolvimento Técnico da Agropecuária em Sapé.. | 78 |
| 4.2 | - A Aplicação de Capital e o Processo Técnico na Exploração do Abacaxi | 84 |
| 4.3 | - As Transformações na Organização da Produção do Abacaxi | 96 |
| 5. | AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA | |
| 5.1 | - A Acumulação de Capital e Proletarização | 110 |
| 5.2 | - A Composição da Força de Trabalho no Município de Sapé | 118 |
| 5.3 | - A Cultura do Abacaxi e o Trabalho Assalariado | 123 |
| 6. | CONCLUSÕES | 138 |
| | ANEXOS | |
| | BIBLIOGRAFIA | |

048c Oliveira, Alunilda Janúncio de.
Considerações sobre o processo de expansão do capital na agricultura : a cultura do abacaxi em Sapé - Paraíba / Alunilda Janúncio de Oliveira. - Campina Grande, 1985. 147 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1985.
"Orientação : Prof. Paulo Roberto Campanário".
Referências.

1. Abacaxi - Cultura - Sapé, PB. 2. Produção Agrícola - Paraíba. 3. Dissertação - Economia. I. Campanário, Paulo Roberto. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 634.774(813.3)(043)

ÍNDICE DOS QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 - Desenvolvimento Econômico e Estrutura Fundiária (Microrregiões Homogêneas). Brasil - 1977..... | 36 |
| QUADRO 2 - Área, Densidade Demográfica e População Residente no Município de Sapé em 1980 | 40 |
| QUADRO 3 - Produção das Principais Culturas no Município de Sapé - 1950/1980 | 41 |
| QUADRO 4 - Área Colhida e Quantidade Produzida de Cana-de-Açúcar e Abacaxi no Município de Sapé - 1970/1980 | 42 |
| QUADRO 5 - Número da População Total, Rural e Urbana em Sapé 1960/1980 | 43 |
| QUADRO 6 - Evolução do Preço Médio do Abacaxi em João Pessoa - 1980 | 52 |
| QUADRO 7 - Rendimento Médio do Abacaxi nos Principais Estados Produtores e no Município de Sapé. 1970/1980.. | 58 |
| QUADRO 8 - Distribuição dos Estabelecimentos, da Área Total e Área Média, por grupos de Áreas - Sapé - 1960/1980.... | 63 |
| QUADRO 9 - Condição do Produtor por Estabelecimento e Área, Sapé - 1960/1980 | 65 |
| QUADRO 10 - Número, Área Total, Área Explorada Total, Área Explorada com Abacaxi e Área Média Total Explorada e Explorada com Abacaxi, nos Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi - Sapé - 1978..... | 68 |
| QUADRO 11 - Distribuição dos Estabelecimentos Unidades(Produtivas) e sua sua Área Total (Nºs Absolutos e Percentuais) por Grupo de Área - 1980 | 72 |

| | |
|--|-----|
| QUADRO 12 - Área Colhida, Quantidade Produzida Valor da Produção do Abacaxi em Diversos Municípios da Paraíba - 1973/1980 | 76 |
| QUADRO 13 - Arados, Máquinas, Tratores, Número de Hectares Cultivados por Trator no Agro-Pastoril do Baixo Paraíba e no Município de Sapé - 1970/1980 | 80 |
| QUADRO 14 - Número de Tratores e Pessoal Ocupado nos Diferentes Municípios da Paraíba - 1970/1980 | 82 |
| QUADRO 15 - Participação Percentual das Propriedades que Usam Tratores, Implementos a Tração Animal, Sementes ou Mudas Seleccionadas, Defensivos, Adubos Orgânicos e Quantidade de Fertilizantes Químicos Consumidos no Imóvel por Hectare | 85 |
| QUADRO 16 - Composição das Despesas em Capital-Fixo e Circulante por Área Explorada Total nos Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi em Sapé - 1978..... | 89 |
| QUADRO 17 - Composição das Despesas em Capital Circulante por Área Explorada Total com Abacaxi nos Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi em Sapé - 1978..... | 90 |
| QUADRO 18 - Composição das Despesas em Capital Fixo por Área Explorada Total com Abacaxi nos Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi em Sapé - 1978 | 92 |
| QUADRO 19 - Participação Percentual do Crédito Agrícola nas Propriedades Produtoras de Abacaxi, por Classes de Área-Sapé-1978 | 103 |

| | |
|--|-----|
| QUADRO 20 - Valor Total do Crédito Aplicado em Investimen <u>tos</u> , Custeio e Comercialização, por Área Explo <u>rada</u> Total, com Abacaxi, Segundo os Diversos Grupos de Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi. Sapé - 1978 | 105 |
| QUADRO 21 - População Economicamente Ativa (PEA) nos Diver <u>sos</u> Setores de Atividade Econômica - Sapé - 1960/1980 | 118 |
| QUADRO 22 - Participação Percentual do Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Segundo as Distintas Catego <u>rias</u> - Sapé - 1960/1980 | 121 |
| QUADRO 23 - Composição Percentual da Mão-de-Obra Total Ocu <u>pada</u> nos Imóveis Produtores de Abacaxi - Sapé, 1978 | 124 |
| QUADRO 24 - Composição Mensal da Mão-de-Obra Assalariada Temporária nos Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi - Sapé - 1978 | 127 |

Í N D I C E D O S A N E X O S

| | pág. |
|--|------|
| ANEXO I - Orçamento para Fundação de 01 ha de abacaxi - Jupy/Pérola.. | 1 |
| ANEXO II - Orçamento para Fundação de 01 ha de abacaxi Smooth Cayenne. | 2 |
| ANEXO III - Número e Área total dos Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi em Sapé - Paraíba - 1981 | 3 |
| ANEXO IV - Uso de Tratores de Implementos à Tração Animal, de Sementes ou Mudas Seleccionadas, de Defensivos, de Adubos e Quantidade de Fertilizantes Químicos Consumidos no Imóvel Segundo os Diversos Grupos de Propriedades - Sapé - 1978 | 4 |
| ANEXO V - Valor das Despesas em Capital Circulante nos Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi em Sapé - 1978 | 5 |
| ANEXO VI - Valor das Despesas em Capital Fixo, nos Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi em Sapé - 1978 | 6 |
| ANEXO VII - Informações Sobre o Crédito Agrícola nos Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi, por Classe de Área - Sapé - 1978 | 7 |
| ANEXO VIII - Relação do Valor Total do Crédito Obtido e Aplicado em Custeio, Investimentos e Comercialização, por Classes de Áreas entre as Propriedades Produtoras de Abacaxi em Sapé - 1978. | 8 |
| ANEXO IX - Composição da Mão-de-Obra Total Ocupada nos Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi - Sapé - 1978 | 9 |
| ANEXO X - Composição Mensal da Mão-de-Obra Assalariada Temporária, nos Imóveis Rurais Produtores de Abacaxi - Sapé - 1978 | 10 |

A G R A D E C I M E N T O S

Ao professor Paulo Nakatani - pela crítica e ajuda a este trabalho; aos professores e amigos Verônica Moraes, Constantino Souto e Heleno Rotta - pela disponibilidade e companheirismo; à amiga Angela Metri - pelas entusiásticas discussões de nossos temas afins; ao professor Jurandir Antônio - pelo "desafio constante"; aos colegas Walberto de Oliveira, Vigoberto Alves, Jobson Luiz dos Anjos e Wandick dos escritórios de Planejamento, Assistência Técnica e Pesquisa de Sapé (EMEPA, EMATER e PLANTES) - por colocarem à nossa disposição valiosas informações atinentes ao tema deste trabalho; aos colegas Eliazar Felipe de Oliveira e esposa e José Lopes (in memoriam) - pelo auxílio em todas as etapas de nossa permanência em campo; a João Batista Bezerra, pelo que colaborou na datilografia deste trabalho; ao amigo querido Rubem Alves, pelo apoio e incentivo permanentes; um agradecimento muito especial para o professor orientador Paulo Campanário - presença constante em forma de estímulo; enfim, agradeço a todos os amigos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

A P R E S E N T A Ç Ã O

O presente trabalho constitui-se numa dissertação de Mestrado do Curso de Economia Rural, ministrado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Seu objetivo central dirige-se no sentido de analisar os efeitos da modernização tecnológica na agricultura, associando-os com as mudanças nas relações de produção e de trabalho no bojo da própria produção agrícola.

Tal associação pode ser vista como uma tentativa de elucidar algumas questões a serem completadas com outras investigações posteriores, já que parte das análises, feitas até então, centralizam a questão, primordialmente, na avaliação das formas de expropriação do excedente a que estão submetidos os diferentes segmentos da produção agrícola.

Posto assim, as discussões teóricas acerca das várias transformações em curso na agricultura no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro centram-se, invariavelmente, em torno da estrutura concentrada da Terra. Da mesma forma, mais recentemente, frente às características de concentração da Terra, combinadas agora a uma alta concentração da renda, estes debates têm-se encaminhado no sentido de aliar uma estratégia de desenvolvimento (e manutenção) da pequena produção ou pequena propriedade privada à questão da justiça social no campo.

Dentro dos limites deste trabalho não haveria como cobrir todos os aspectos dessas questões, visto que sua complexidade em muito excede as pretensões deste estudo. De fato, propõe-se apenas discutir - com base numa pesquisa realizada no município

de Sapê (Pb) - a inexistência de uma relação causal necessária entre o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura e a estrutura concentrada da Terra.

Dentro desse contexto geral, procurar-se-á sobretudo compreender e determinar a dinâmica do capital na produção agrícola gerando modificações qualitativas e/ou quantitativas em seu interior.

CAPÍTULO I

I N T R O D U Ç Ã O

1. INTRODUÇÃO

1.1 - Caracterização do Problema

As transformações por que tem passado a agricultura no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, têm aflorado com muito vigor nos debates que se travam atualmente sobre as questões relativas à forma como se processa o desenvolvimento das forças produtivas no campo. A extrema importância que assumem estas questões constitui um dos aspectos centrais da questão agrária.

A vitalidade demonstrada pelo desenvolvimento do capitalismo no conjunto da economia, tem-se caracterizado por ser um processo de expansão crescente de capital⁽¹⁾ que abarca, inclusive, o processo produtivo agrícola, gerando sensíveis modificações nas relações de produção e trabalho no conjunto desse setor.

É inegável que nas últimas décadas, a agricultura brasileira tem-se caracterizado fundamentalmente pela expansão cada vez mais significativa de capital incorporado à sua base produtiva na forma de insumos e máquinas modernas. Tais inovações refletem o desenvolvimento do modo de produção capitalista na economia em geral, e as mesmas se incorporam, inclusive, nas pequenas propriedades agrícolas. Daí porque não se poderia excluir, sem maiores discussões, como as relações de produção nas

(1) Entende-se que o capital é uma relação social entre proprietários dos meios de produção e vendedores de força de trabalho, na qual esta força de trabalho, divorciada dos meios de produção, constitui uma mercadoria, que gera trabalho gratuito, fonte da reprodução do próprio capital.

pequenas propriedades agrícolas, podem ter sido influenciadas por estas inovações tecnológicas.

No Brasil, até fins de década de 60, boa parte das discussões sobre a questão agrária esteve, via de regra, associada à noção básica de que o latifúndio constituiria um dos obstáculos fundamentais ao desenvolvimento do capitalismo na economia em geral e, em particular, no campo. Em consequência, tal argumentação passa a dar ênfase a uma única variável - a estrutura concentrada da terra - para caracterizar e explicar o problema do atraso da agricultura e do capitalismo em geral.

No entanto, a crença de que o desenvolvimento das forças produtivas no campo estaria estreitamente ligado às transformações na estrutura da propriedade fundiária altamente concentrada permite um desmentido. Sabe-se que as inovações na agricultura brasileira foram o resultado de processos mais amplos de modernização (entendida aqui sob uma perspectiva histórica de adoção tecnológica e insumos modernos) no conjunto da economia; deram-se a despeito de uma considerável estabilidade na estrutura da propriedade fundiária. De fato, se se estabelece uma relação entre as diferentes regiões do Brasil com índices de desenvolvimento capitalista diferenciado, percebe-se como o processo de modernização tanto nas grandes propriedades, quanto nas pequenas, ocorrem de forma independente ou desconectado do processo de mudanças na estrutura fundiária. Mesmo assim, a questão central era e continuou por muito tempo sendo a da adequação da propriedade fundiária à reprodução do capital.

Mais recentemente, esta polêmica foi posta de lado, dando lugar à problemática da justiça social no campo, entrelaçada com a busca de estratégias de desenvolvimento a manutenção da pequena produção ou pequena propriedade privada no campo. Desse

ponto de vista, o aspecto central permanece sendo a questão da subordinação da pequena propriedade ao capital, analisado a partir da sua resistência ou capacidade de reprodução, onde a problemática do acesso à terra continua sendo o ponto central da questão agrária.

Dentro dos limites deste trabalho, não se trata, a priori de, analisar a expropriação a que se encontra submetida a produção nas pequenas unidades agrícolas, subordinada ao capital industrial, comercial ou financeiro. Trata-se muito mais de analisar a forma como o capital, atualmente, penetra na agricultura, diferenciando, dissolvendo ou até mesmo reagrupando as classes sociais na produção agrícola brasileira.

Nesse processo, o Estado reforça sua posição, atuando como poderoso agente financeiro e intermediário do Capital⁽²⁾. Dessa forma, o Estado não somente tem viabilizado a capitalização de determinados grupos de pequenos, médios e grandes produtores rurais através de uma política de apoio à modernização agrícola, como também tem provocado uma elevada diferenciação nas relações de produção, nos níveis de capitalização e nas proporções do assalariamento.

Assim, simultaneamente a estes processos, acredita-se que a política de incentivo à modernização da agricultura - promovida pelo Estado - pode ter sido um instrumento essencial para promover a produção capitalista em larga escala, inclusive entre certas áreas que somente na aparência podem ser denominadas pequena produção.

(2) Sobre este ponto, ver Octávio Ianni (1978); Sorj (1980); Salama & Mathias (1983).

Dentro da ótica de privilegiar a crescente capitalização na base do processo produtivo agrícola⁽³⁾, procurar-se-á mostrar como esse processo determina significativas transformações no setor agrícola.

Resgatar a importância que representa para a determinação do desenvolvimento do capitalismo no setor agrícola a verificação de seu caráter intensivo (no uso crescente de fertilizantes, máquinas e equipamentos, no emprego de mão-de-obra assalariada, etc.) parece ser uma questão fundamental que aliás é bem formulada por Lenin, em seu trabalho - "Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América". Nesse sentido, na perspectiva desse trabalho, considera-se que a pequena unidade agrícola, mesmo permanecendo pequena em extensão, pode transformar-se em uma propriedade altamente produtiva (rendimentos físicos por hectare).

Devido às leis de desenvolvimento do capitalismo, que se expande de forma desigual, a agricultura apresenta distorções maiores ou menores na distribuição dos resultados da elevação de sua produtividade. Tem-se assim, na agricultura brasileira, um processo de modernização muito desigual, atingindo apenas determinados setores e produtos específicos. Tais contradições constituem a essência da própria produção capitalista.

O avanço da capitalização no campo é um processo inegável. Entretanto, não há dúvidas quanto ao fato de que foi nas

(3) O Caráter Capitalista da Produção será definido pelos seguintes critérios: Ver Lenin (1980 a, p. 37 e seguintes e p. 63). "A importância do emprego de mão-de-obra assalariada é, evidentemente, o indicador mais incontestável e direto do desenvolvimento do capitalismo". e "A via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista consiste precisamente em que a pequena exploração, permanecendo pequena pela extensão de terra, transforma-se em grande exploração pelo desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc."

regiões Centro, Sul e Oeste que se processaram, nos últimos anos, as mais expressivas mudanças tecnológicas, e onde se concentram os mais expressivos investimentos capitalistas no setor agrícola. Tal afirmação, todavia, não exclui a capitalização do referido setor fora destas regiões específicas. Muito ao contrário, acredita-se que em seu curso o capitalismo mantém sob seu domínio as mais diversas explorações agrícolas e nas mais diversas regiões, delas retirando o máximo que puder de excedente.

Nesse sentido, procurar-se-á, de acordo com a seqüência que corresponde à própria história do pensamento acerca da problemática agrária brasileira, enfocar inicialmente os debates sobre as questões gerais em torno da estrutura agrária, buscando verificar seus reflexos sobre os diferentes níveis da estrutura produtiva do setor agrícola. Em seguida, com base em informações empírico-teóricas sobre uma realidade específica (a cultura do abacaxi em Sapé), pretende-se analisar alguns aspectos referentes às transformações que se vêm operando na forma de organização do referido produto como resultado da forma de inserção dessa exploração agrícola no processo de expansão e desenvolvimento do capitalismo.

1.2 - Objetivos e Relevância do Tema

Este trabalho se orienta no sentido de entender as manifestações da modernização na agricultura como expressão privilegiada do desenvolvimento da produção capitalista.

Tal análise se justifica pelo fato inegável de que a agricultura brasileira tem experimentado, nos últimos tempos, uma tecnificação significativa provocando alterações quantitativas

e qualitativas na sua base produtiva. Assim, torna-se de grande importância verificar como as relações de produção, inclusive nas pequenas propriedades agrícolas, podem ter sido influenciadas por essas inovações tecnológicas.

Neste caso, analisar tais inovações na pequena propriedade no âmbito da expropriação do seu excedente ou no circuito da valorização do capital em geral, não parece ser suficiente, visto que não permite detectar as modificações na estrutura da produção agrícola, geradas pela dinâmica do capital.

Mesmo considerando que é de grande importância que se especifiquem os caminhos da transferência e expropriação de valores gerados na produção agrícola, o objetivo do presente trabalho, no entanto, traduz-se mais especificamente na análise das inovações associadas com as possíveis mudanças nas relações de produção e trabalho no âmbito da própria produção agrícola, onde esse excedente é produzido.

Com esta abordagem, acredita-se ser possível determinar a dinâmica do capital na produção agrícola e as conseqüentes transformações nas próprias relações de produção e de trabalho que se operam na agricultura em geral, e, em particular, nas pequenas propriedades.

Frente ao exposto e objetivando uma melhor compreensão sobre esse processo, foi escolhida como pano de fundo para essas considerações a análise do município de Sapé, na Paraíba, onde serão estudadas as referidas transformações no âmbito da estrutura fundiária e das relações de produção e trabalho. Essa escolha foi baseada no fato de ser o referido município um dos centros de maior produção abacaxícola do Estado e pelas inúmeras inovações tecnológicas introduzidas nessa produção ao longo das últimas décadas.

Tendo em vista limitações das mais diversas ordens, a análise abrangeu um universo extremamente limitado. Naturalmente, as conclusões obtidas não podem ser estendidas à totalidade do país ou mesmo do Estado da Paraíba.

De forma geral, este trabalho não tem pretensão de se tornar uma síntese crítica das discussões relativas à problemática no campo. Ao contrário, busca-se simplificar ao máximo o panorama das discussões e, afora todas as limitações, inicia-se aqui, apenas, uma breve introdução que servirá, acredita-se, para indicar um possível caminho para novas investigações posteriores.

1.3 - Fontes de Dados

Para a consecução do presente trabalho, foram utilizados os dados do Cadastro de Imóveis Rurais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), referente ao ano de 1978. Tal opção deve-se ao fato de serem os referidos dados os únicos que permitem a realização da análise a nível de município e por estratificação de área.

Não obstante, sempre que se fez necessário, também foram utilizados os dados censitários do IBGE, para um maior aprofundamento do estudo.

Cumprir observar, no entanto, que o processo adotado pelo IBGE para a obtenção dos dados censitários toma por base o estabelecimento, que é uma unidade administrativa. Por isso, os estabelecimentos são classificados segundo a condição principal do produtor (proprietário ou parceiro, ou arrendatário ou ocupante). Tal procedimento, ao se basear no estabelecimento, não

revela o caso tão frequente de proprietários com mais de um esta^{ble}cimento, ou de vários estabelecimentos numa mesma proprie^{da}de.

Vale ressaltar que os dados do cadastro do INCRA (refe^{re}nte ao ano de 1978) não foram publicados. No entanto, a sua utilização neste trabalho foi possível através de um levantamen^{to} sistemático, englobando unicamente os imóveis produtores de abacaxi em Sapé, na Paraíba, que perfazem um total de 43 pro^{pr}iedades com uma área total de 14.929,8 ha.

Para que se pudesse traçar um perfil mais aproximado da realidade agrária desse município, foram excluídos 13 (treze) imó^{ve}is que apresentavam inconsistência na declaração da área to^{ta}l. Ainda assim, trabalha-se com uma amostra bem significati^{va} (30 imóveis), isto é, quase 70% do total.

Além disso, foram utilizados dados oriundos de uma pes^{qu}isa de campo, realizada em novembro de 1981. Quanto à obten^{ção} dos dados nesta pesquisa de campo, adotaram-se os procedi^{me}ntos seguintes:

- a) aplicação de questionários e entrevistas com os produ^{to}res de abacaxi;
- b) informações concernentes a observações feitas "in loco" em cerca de 38 propriedades;
- c) levantamento de dados em 38 propriedades, feito nos es^{cr}itórios de planejamento, Assistência Técnica e Pesqui^{sa} da região⁽⁴⁾, referentes a:

(4) EMEPA-PB - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba/S.A.;
EMATER-PB - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba;
PLANTES - Planejamento Técnico de Serviços Agropecuários.

- Nível tecnológico
- Práticas culturais
- Composição da mão-de-obra
- Produção e comercialização
- Produtividade dos fatores, etc.;

d) entrevistas abertas com os técnicos dos referidos órgãos;

e) observações e informações adquiridas "in loco" nos cam
pos de produção da indústria Maguary em Sapé.

Naturalmente, o trabalho apresenta diversas limitações, a mais grave das quais é a de não permitir uma análise evoluti
va. Nesse sentido, devem-se tomar as informações aqui registra
das como o resultado de uma realidade em permanente transforma
ção. Nesse nível, acredita-se ser possível inferir mudanças,
haja vista que os resultados aqui apresentados são tomados como
o produto de um processo inacabado.

CAPÍTULO II

NOTAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

2. NOTAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

2.1 - A Questão Agrária nos anos 50

Embora antigo, o debate no Brasil sobre as relações entre agricultura e o desenvolvimento econômico assume, nos anos 50 e 60 - período caracterizado pela consolidação de um novo Brasil, urbano e industrial - uma conotação mais abrangente, ao mesmo tempo econômica e política. Naturalmente, os estudos que se haviam limitado a apreender aspectos parciais e fragmentados da economia brasileira, são substituídos por análises mais sistemáticas onde as particularidades históricas brasileiras passam a ser consideradas.

Nesses termos, surge no Brasil uma vasta discussão sobre os problemas sociais e econômicos do país que buscava explicar as condições de seu atraso e, ao mesmo tempo, encontrar os caminhos para a sua superação. O alto grau de politização de que se revestiu esse debate foi, em certa medida, o resultado das condições econômicas e políticas pouco favoráveis ao andamento, sem quebra de continuidade, do processo de industrialização em curso.

Dessa forma, grande parte dos trabalhos surgidos na década de 50 sobre a sociedade colonial e as estruturas sócio-políticas brasileiras, esteve voltada para a explicação desse atraso e da necessidade de serem efetivadas reformas de base capazes de superar o "passado colonial" e os impasses do subdesenvolvimento.

Dentro desta concepção, foi precisamente o conceito de

"dualismo estrutural" que se caracterizou como o novo quadro de referência teórico, interligando o problema do subdesenvolvimento ao das estruturas agrárias. Assim, as principais correntes de interpretação das estruturas econômicas e sociais, no Brasil, foram fortemente influenciadas pela concepção dualista segundo a qual os países latino-americanos apresentariam uma dualidade de estruturas, ou seja, um setor aberto e moderno e um setor fechado e arcaico (Lambert, 1959).

A explicação estrutural do fenômeno do subdesenvolvimento, encontra-se sistematizada, dentro da conceituação dualista, em Celso Furtado (1961)⁽⁵⁾. Nesta obra o autor, empregando um vasto universo conceitual neoclássico, faz uma análise comparativa entre a dinâmica das economias subdesenvolvidas e o desempenho do capitalismo clássico, ocorrido na Europa no século XVIII. A principal preocupação do autor é mostrar as causas do subdesenvolvimento nos países de industrialização retardatária, como o Brasil. Nesse sentido, segundo a sua concepção, o processo de industrialização brasileira ao enveredar pela trilha da substituição de importações, seguindo as determinações técnicas e a oferta de meios de produção, consideravelmente diferente de sua capacidade ou de seu nível de acumulação, conduziu o país a não utilizar adequadamente seus recursos econômicos. Sinteticamente, para o autor, a industrialização brasileira, via substituição de importações, ao adotar os padrões de consumo dos países desenvolvidos, deveria conduzir a economia brasileira para a estagnação.

Colocada a questão nesses termos, interessa reter apenas

(5) Ver ainda do mesmo autor: *Dialética do Desenvolvimento* (1964) e *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966).

que entre os vários fatores que, segundo Furtado, estariam reforçando a tendência à estagnação da economia brasileira, destaca-se a estrutura agrária arcaica e pouco eficiente, responsável, não apenas pelos altos custos dos produtos agrícolas, mas também pelo baixo nível de vida da população.

De acordo com sua interpretação, a dimensão do subdesenvolvimento⁽⁶⁾ está em função da importância relativa do setor retardatário (a agricultura arcaica) e o índice de crescimento acha-se na dependência do aumento da importância relativa do setor desenvolvido, ou seja, o setor capitalista.

Dentro deste marco geral, Furtado procurou, no setor retardatário, a explicação principal do entrave ao desenvolvimento. Assim, para ele, só as reformas impostas pelo setor desenvolvido e moderno - o urbano e industrial - poderiam romper as estruturas arcaicas. Nesse nível, a proposta de reforma agrária, sinônimo de uma profunda reforma estrutural, surgia como condição necessária que viria resolver, de um lado, o problema da produção de alimentos a baixos preços para o mercado interno e, de outro, a ampliação de bens de consumo industriais. O estado de estagnação em que se encontrava a economia brasileira, desde o princípio da década, só seria rompido quando ela passasse por profundas transformações estruturais. Estas se constituiriam, "grosso modo", nas reformas de base e na expansão do mercado interno.

Nessa ótica, conclui o autor que a principal explicação do entrave ao desenvolvimento se encontra no caráter pré-capitalista das estruturas agrárias brasileiras.

(6) Na interpretação do autor, "o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias, que já alcançaram grau superior de desenvolvimento". (Furtado, 1961, p. 180).

Importa observar, no entanto, que grande parte dos estudos dessa época considerava o desempenho da agricultura desfavorável ao desenvolvimento nacional. Haja vista que o que norteou esse tipo de análise foi a concepção de que a agricultura era entrave ao desenvolvimento.

• Nesses termos, as colocações de Paul Singer também se fizeram nessa direção:

"A presente estrutura agrária entra em conflito com o desenvolvimento econômico, pelo menos em dois pontos cruciais: na deficiência de abastecimento alimentar das cidades pela agricultura, e na insuficiência do mercado interno para os produtos industriais proporcionados pela agricultura". (Singer, 1961, p. 80).

Diante da análise de Paul Singer, a estrutura agrária não atende às necessidades do desenvolvimento porque não responde ao abastecimento alimentar das cidades e se constitui em mercado insuficiente para os produtos industriais.

Com a noção de dualismo, o debate sobre as estruturas sociais do Brasil adquire uma natureza ao mesmo tempo econômica e política. Assim, sucedem-se inúmeros trabalhos, buscando ainda interpretar corretamente as mudanças que, de fato, ocorriam no conjunto da sociedade brasileira e particularmente na agricultura.

2.2 - A Estrutura Agrária e a Acumulação de Capital no Campo

Ao longo dos anos 50 e 60, floresce no Brasil uma nova corrente de pensamento - a corrente ortodoxa⁽⁷⁾ - que, com base

(7) Denominação dada pelos autores Guido Mantega e Maria Moraes (1978, p. 11), aos autores - Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, etc..

nos fundamentos teóricos leninistas do marxismo, passa a interpretar a dinâmica social brasileira.

Foi a partir desses estudos que surgiram as principais interpretações com uma abordagem marxista, sobre a realidade brasileira. Assim, esta corrente de interpretação, gestada pelos intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), passa a definir o Brasil desse período como um país agrário-industrial e semicolonial, onde os traços da sociedade rural brasileira tidos como feudais impediam o avanço das forças produtivas e o desenvolvimento da Nação. Em resumo, o Brasil é caracterizado como um país semicolonial e semifeudal, dominado pela coligação de interesses feudais - imperialistas - o que impedia o avanço das forças produtivas da nação. "Grosso modo", isso indicava a crença de que o Brasil estaria em transição do feudalismo para o capitalismo, onde a meta máxima de transformação da sociedade a ser atingida seria a revolução socialista.

Convém acentuar que os adeptos dessa interpretação estavam convencidos de que as condições econômicas, sociais e políticas brasileiras, eram pouco favoráveis a transformações socialistas. Isto se devia, ainda segundo esta visão, ao insuficiente desenvolvimento das forças produtivas brasileiras, que se encontravam ainda na etapa feudal, devendo passar necessariamente pelo desenvolvimento capitalista, para, finalmente, atingir o socialismo. Dentro desse quadro, o caminho para o socialismo no Brasil passava pela revolução nacional e democrática, onde as forças progressistas da nação, representadas pela burguesia industrial, pela classe média e pela grande maioria da população, deveriam atacar os vestígios feudais na agricultura, expulsar o imperialismo, realizar a reforma agrária para, com isso, levar avante a modernização e capitalização do país.

Em síntese, pode-se afirmar que esta interpretação tem como um dos seus suportes teóricos a análise de que a presença do latifúndio constitui o principal entrave para o desenvolvimento econômico do país. Esta interpretação encontra-se desenvolvida, por exemplo, em Passos Guimarães:

"se acompanharmos a evolução do sistema latifundiário brasileiro, a partir de sua forma integral primitiva, veremos que ele, ao entrar nas etapas da crise da decomposição, foi perdendo, gradativamente, algumas de suas principais características, sem contudo perder, desde o início até hoje, aquelas que o qualificam como um regime arcaico, anacrônico, lesivo aos interesses progressistas da sociedade brasileira". (Passos Guimarães, 1968, p. 163).

Assim como Passos Guimarães, Werneck Sodré (1976) e Maurício Vinhas (1972) também responsabilizavam a estrutura agrária semifeudal brasileira por obstaculizar o desenvolvimento das forças produtivas.

Sodré, em sua obra, "História da Burguesia Brasileira", caracteriza a estrutura econômica brasileira dos anos 50 como fundamentalmente colonial e dependente. Assim, na sua opinião, é desde a colonização portuguesa que o feudalismo penetrara no Brasil, se assenhorando de uma significativa porção do território e cercando as fazendas escravistas que tinham sua produção orientada para a exportação. Nesses termos, para ele, o predomínio quase absoluto das relações pré-capitalistas e feudais obstruía o avanço do capitalismo no país, submetendo a população agrária à servidão (Werneck, 1976, p. 29-35).

Segundo a interpretação ortodoxa, o principal obstáculo para o desenvolvimento econômico do país encontra-se nos remanescentes feudais que estariam impedindo o desenvolvimento das forças produtivas no campo. Portanto, caberia à burguesia na

cional e aos camponeses atacar os vestígios feudais na agricultura; vale dizer, obter a destruição do latifúndio, - sustentáculo das relações "coloniais", "feudais" e "semi-feudais" - e, conseqüentemente, substituí-lo pela atividade empresarial baseada no trabalho assalariado (propriedade capitalista).

Com esta abordagem, a agricultura, vista como entrave à luta pelo desenvolvimento, estaria estreitamente vinculada às forças retrógradas e opressoras. Tal posição coloca a questão do acesso à terra como um problema a ser resolvido, onde a estratégia e a tática da burguesia nacional e seus aliados deveriam ser a de destruir a classe dos proprietários de terra. Isto significaria, de um lado, assegurar a independência nacional e, de outro, eliminar todos os restos de feudalismo ou de formas pré-capitalistas de exploração vigentes no campo.

Tomando por base um esquema teórico totalmente estranho à nossa realidade (os fatos históricos ocorridos na Europa), toda a inspiração da teoria ortodoxa brasileira esteve calcada, em seus traços gerais, no fato de que devido ao baixo nível de desenvolvimento econômico do país, este se encontraria em transição do feudalismo para o capitalismo. A etapa revolucionária brasileira seria portanto o modelo leninista referente à Rússia Tzarista - o da Revolução Democrático-Burguesa.

Com base neste modelo, segundo o qual, do ponto de vista capitalista, a Rússia era ainda um país atrasado, emergindo dos remanescentes feudais para o capitalismo, os teóricos da interpretação ortodoxa presumem, sem maiores questionamentos, que todo e qualquer país, inclusive o Brasil, haveria de passar por uma sucessão predeterminada de sistemas econômicos, sociais e políticos. Dessa forma, supõe-se que, no Brasil, o capitalismo

foi antecedido de uma etapa feudal, onde os resquícios dessa fase se encontrariam ainda presentes na época atual. Nesse contexto amplo, tais análises englobavam freqüentemente as afirmações que integram a visão da agricultura como ineficiente no contexto do processo de desenvolvimento nacional.

Para esses teóricos, que reconhecem a existência de processos limitadores à modernização, a expansão do desenvolvimento do capitalismo no setor agrícola só poderia ser concebida como um processo de penetração de novas formas sociais de organização na atividade produtiva, na qual a exploração familiar do camponês seria substituída pela empresa capitalista. (Patrões versus assalariados).

2.3 - A Estrutura Agrária e a Acumulação de Capital em geral

Naturalmente, o que ocorre nas décadas seguintes, quando a capitalização da atividade agropecuária se acentua mais fortemente gerando, de um lado, uma massa de produtores pauperizados e, de outro, mantendo uma distribuição fundiária altamente concentrada, serviu não apenas para demonstrar a inadequação das propostas formuladas pela visão ortodoxa mas, sobretudo, como ponto de partida para uma nova corrente de pensamento sobre a questão agrária brasileira, a chamada "corrente da funcionalidade"⁽⁸⁾.

Estas teorizações ganham maior realce na década de 70, período em que a inserção do setor agrícola dentro do modelo de desenvolvimento do capitalismo provoca alterações significativas

(8) Os primeiros estudos nesse sentido têm como seus maiores representantes - F. de Oliveira (1975) e J. S. Martins (1975).

tivas nas formas de organização da produção agrícola no Brasil.

Este debate adotou a hipótese da articulação de relações de produção distintas, onde as formas modernas e tradicionais, capitalistas e não-capitalistas no setor agropecuário, estão articuladas e subordinadas à lógica da reprodução do capital.

O foco central desse debate tem-se reorientado para o estudo da problemática agrícola brasileira pela ótica da acumulação de capital. Nesse sentido, uma das hipóteses fundamentais e também mais controversas desse debate diz respeito à funcionalidade e manutenção das relações pré-capitalistas na agricultura para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Isto é, as relações entre agricultura e desenvolvimento econômico são colocadas em referência à análise da acumulação de capital, onde a agricultura atrasada passa a ser vista não mais como entrave ao desenvolvimento, mas, ao contrário, suporte para a acumulação de capital no polo dinâmico do sistema econômico.

Estudos como o de Chico de Oliveira deram um novo impulso ao pensamento crítico brasileiro, na medida em que permitiram que fossem feitas revisões a respeito das relações entre a agricultura e o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Nesses termos, o autor faz a seguinte colocação:

"No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor "atrasado" e um setor "moderno", não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado

"moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia" (Francisco de Oliveira, 1975, p.9).

O que está por trás desse tipo de afirmação é a concepção de que as relações de produção atrasadas no conjunto da economia são funcionais ao desenvolvimento do capitalismo, visto que possibilitam a reestruturação global do sistema. Assim, dentro do modelo traçado pelo autor, a inserção da economia brasileira ao sistema capitalista, contém em si mesma a possibilidade de reestruturação e reforço à acumulação.

Com esse enfoque, a análise efetuada por Sousa Martins, se faz na mesma direção, isto é, apresenta contribuições fundamentais para o entendimento das relações capitalistas na agricultura e as formas de acumulação no Brasil.

Para Martins, existem no campo brasileiro o produtor empresarial e o não-empresarial, (esse, entendido como sendo o produtor de alimentos) onde a interligação do produtor não-empresarial com a produção capitalista surge, segundo sua interpretação, como uma recriação a partir do capital, que gera relações de produção não-capitalistas. Dentro desse contexto, destaca o autor:

"... a difusão da vocação empresarial encontra uma barreira na própria expansão da formação capitalista, nos elos periféricos da corrente produzida pela expropriação sucessiva e aos quais são transferidas as suas conseqüências "irracionais", sob a modalidade de vivência da insuficiência econômica, mediante o aparecimento de categorias de produtores rurais não tipicamente capitalistas, como o parceiro, o agregado, o colono, o posseiro, etc.. Essas categorias não podem ser pensadas limitadamente como estágios na evolução social em direção à constituição do modo capitalista de produção, mas são, pois, o resultado necessário desse mesmo modo capitalista de produção" (Souza Martins, 1975, p. 82)⁽⁹⁾.

(9) Ver também, do mesmo autor: "O Cativo da Terra", (1979).

Como se pode observar, o autor atribui a dificuldade do surgimento de padrões empresariais no campo brasileiro, à própria expansão do capitalismo, que permite o aparecimento de produtores não tipicamente capitalistas, tidos, no seu entender, como resultado necessário desse mesmo modo de produção capitalista.

Retomando a perspectiva de análise marxista, as interpretações da tese da funcionalidade, apoiadas no estudo do processo interno de acumulação, procura mostrar que a agricultura não tem sido obstáculo ao desenvolvimento. Mas a manutenção de formas arcaicas de produção no campo, coexistindo com a agricultura empresarial, tem viabilizado a acumulação de capital do sistema. Assim, a permanência das relações de produção não capitalistas no campo, antes de se constituírem em entrave ao desenvolvimento do capitalismo, são reproduzidas e mantidas pelo movimento de acumulação do capital que as domina.

O argumento fundamental utilizado por esta corrente, apesar das ênfases e diferenças individuais de interpretação, refere-se, com frequência, à transferência de valor que realiza a agricultura "tradicional", em direção à esfera de produção capitalista dominante.

Dessa forma, contrapondo-se, pois, radicalmente aqueles que viam nas relações não capitalistas o ponto nevrálgico à expansão do capitalismo, os teóricos da funcionalidade argumentam que a manutenção e combinação das formas não capitalistas com as formas capitalistas de produção no setor agrícola repercutem favoravelmente sobre o setor mais dinâmico da economia - o industrial - dado que possibilitou de forma extraordinária o crescimento desse setor. Nesse modelo, a agricultura "tradicional" passa a ganhar relevo dentro do processo de articulação, na me

dida em que fornece não apenas maciços contingentes populacionais ao setor industrial - favorecendo a constituição de um exército industrial de reserva - mas, também cumpre o papel de fornecedora de alimentos para os centros urbanos a baixos preços, impedindo assim a elevação dos custos dos alimentos e das matérias-primas. Dessa maneira, as relações de produção não capitalistas no campo cumprem um papel vital para o atendimento das necessidades de expansão do sistema pois, ao impedirem que os custos de reprodução da força de trabalho forcem uma elevação de salários, desempenham papel significativo na manutenção do padrão de acumulação no campo e na cidade. Assim, afirma Graziano:

"as formas de exploração agrícola baseadas em relações de produção não-capitalistas são então preservadas e, através delas, torna-se possível manter o padrão de acumulação no campo e na cidade, já que as condições para manter em níveis baixos o custo de reprodução tanto da força de trabalho agrícola como da urbana ficam asseguradas" (Graziano, 1980, p. 8)⁽¹⁰⁾.

Outra questão levantada pelos teóricos da funcionalidade, diz respeito à teoria do valor. A questão parte da consideração de que na agricultura "tradicional", diferentemente da agricultura empresarial - capitalista - o valor dos produtos é alto. Isto significa que há uma grande quantidade de trabalho incorporado às mercadorias produzidas. Tendo em vista a não utilização das técnicas que possibilitem a elevação da produtividade do trabalho, essa agricultura tradicional, via de regra, é obrigada a estender sua jornada de trabalho, incluindo o trabalho gratuito da própria família. Nesse sentido, fica explícito

(10) Vide, por exemplo, do mesmo autor: "A Modernização Dolorosa" (1982); "A Questão Agrária no Brasil" (1977); "Para onde vai a Agricultura" (1979); "O que é Questão Agrária" (1980).

to que, diversamente da condição normal da produção capitalista, na agricultura tradicional - que produz basicamente para a subsistência das pessoas ocupadas diretamente na produção agrícola - o preço de mercado não é o determinante principal na decisão da produção agrícola. Isto é, não é necessário, para que se realize esta produção, que o preço de mercado atinja o valor ou o preço de produção do produto. Isto ocorre, segundo esta abordagem, porque, na agricultura tradicional, os preços dos produtos agrícolas são baixos, por não incluírem o custo de reprodução da força de trabalho dos produtores diretos, uma vez que não remunera o trabalho dos membros da família. Dessa forma, diferentemente da produção efetuada em moldes tipicamente capitalistas, esta produção não inclui, necessariamente, nem o lucro médio, nem a renda da terra. Em função disso e, na medida em que o preço dos produtos agrícolas é inferior ao seu valor, parte do trabalho excedente gerado na chamada agricultura de "subsistência" é apropriada pelo capital financeiro, comercial ou industrial, acelerando a acumulação.

Assim a persistência e funcionalidade da integração do pequeno produtor à lógica da reprodução do capital é acentuada pela sua capacidade de se adaptar à expropriação do seu excedente.

Ligados ao surgimento da interpretação da tese da funcionalidade, apareceram estudos que, sob óticas diversas, procuram aprofundar este conceito, qualificando o domínio do capital na agricultura como indireto. Entre eles, destaca-se o trabalho de Sérgio Silva, que afirma:

"A noção de dominação indireta permite-nos ver que, se nos colo
carmos do ponto de vista das relações pré-capitalistas predominantes
na agricultura, a dominação do capital define as condições de sua e

xistência e, por conseguinte, as formas que elas assumem historicamente. Por outro lado, essas formas pré-capitalistas aparecem como condições históricas se nos colocarmos do ponto de vista das relações capitalistas; e, como condições históricas, elas constituem determinantes das formas concretas de dominação do capital" (Sérgio Silva, 1977, p.10).

Em outro trabalho, Sérgio Silva interpretando as teses sobre a funcionalidade da agricultura atrasada em relação ao desenvolvimento econômico do país, diz que:

"A tese da funcionalidade da agricultura atrasada para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil nega a importância fundamental dos conflitos sociais ao defender a funcionalidade entre o velho e o novo. Essa tese conduz ao esquecimento do aspecto das relações entre o velho e o novo, afirma corretamente a unidade entre o velho e o novo; mas esquece que essa é a unidade de uma contradição". (Sérgio Silva, 1978, p. 25).

Segundo esta abordagem, tais análises estão impregnadas de um "determinismo histórico", não refletindo a realidade brasileira, haja vista a necessidade de um maior aprofundamento sobre o verdadeiro motor da história, isto é, a luta de classes.

Com este raciocínio, o conceito de funcionalidade - contraditória ou não - é utilizado como explicação da permanência de formas não-capitalistas no campo. Tais formas têm assegurado que o preço dos produtos agrícolas se mantenha em níveis relativamente baixos - uma vez que têm sido produzidos a custos cada vez menores - dificultando muitas vezes a concorrência com as formas capitalistas de produção. Isto porque a má exploração da terra e a sobrevivência de formas não-capitalistas de produção - consequência da propriedade da terra altamente concentrada - gera condições para que o comportamento dos preços, no lugar de ser um estímulo à modernização agrícola, passe a ser um estímulo à manutenção e às vezes, à recriação da peque

na produção baseada na mão-de-obra familiar de pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários, etc..

Com base nesse raciocínio, a agricultura "tradicional" ou de "subsistência", mesmo com baixos coeficientes de tecnificação e, muitas vezes, com base na posse transitória da terra, se expande seja mediante o avanço da fronteira agrícola, seja mediante a rotação de terras, atendendo às necessidades impostas pelo rápido desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Este enfoque dá por suposto que em qualquer dos casos descritos e mesmo que o processo final resulte sempre na expropriação dos pequenos estabelecimentos, esta agricultura tem se mantido e mesmo se expandido, seja pela incapacidade do capitalismo para destruí-las, seja porque têm sido provisoriamente integradas pelo capital que se expande com base no controle de ditas formas.

Como se pode verificar, os participantes deste debate, foram separados em grupos distintos. No entanto, tal separação não significa necessariamente que os autores desses grupos respectivos tenham idéias idênticas sobre todas e cada uma das questões levantadas. Naturalmente, dentro de cada grupo, existem muitas discordâncias e inúmeras críticas. Mesmo assim, pode-se inferir que a questão que aproxima as distintas colocações é a que se refere à problemática do acesso à terra como ponto central da questão agrária.

Dessa forma, enquanto a interpretação ortodoxa, coloca a

reforma agrária como uma forma política de contestação do regime da propriedade agrária - o monopólio exercido pelos latifúndios⁽¹¹⁾, a corrente da funcionalidade vê na estrutura de posse da terra no Brasil um estímulo à manutenção das formas não-capitalizadas no campo.

Como se pode apreciar, ressurgue novamente uma "problemática agrária" em torno das formas dominantes da propriedade fundiária no Brasil - a coexistência latifúndio x minifúndio - responsável pelo lento desenvolvimento da agricultura em relação à indústria.

2.4 - A Acumulação de Capital e Concentração Fundiária

Como vimos, a problemática de fundo a partir da qual as questões discutidas nos itens anteriores ganham contornos mais definidos diz respeito ao atual debate sobre a economia agrária brasileira. As distintas concepções acerca da persistência, expansão ou desintegração das estruturas agrárias tradicionais, frente ao processo de expansão do capitalismo no campo, estão, via de regra, associadas às discussões sobre a pequena e a grande produção. Naturalmente, este debate, assentado nos estudos de Lenin sobre as leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e às distintas formas que assume tal desenvolvi

(11) Segundo essa interpretação, a industrialização era vista como principal suporte para a evolução econômica do país e a agricultura, como um estrangulamento que refreava a industrialização e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Por isso, o monopólio da terra - caracterizado pela sua baixa produtividade e pelo uso de técnicas tradicionais - seria responsável pela não generalização das relações de produção capitalistas e também pela deficiência do mercado consumidor de produtos industriais. Nesse contexto, a estrutura latifúndio x minifúndio respondia pela incapacidade de desenvolvimento da agricultura, haja vista que a abundância de terra e de mão-de-obra reforçavam o caráter extensivo e atrasado da agricultura brasileira.

mento reproduz, em grande medida, a tese clássica da eliminação da pequena propriedade pela grande, com a conseqüente transformação do pequeno produtor em pequeno-burguês ou em proletário.

Examinando o desenvolvimento do capitalismo na agricultura russa, em fins do século passado, Lenin assinala como tendência geral a concentração e centralização dos meios de produção em poucas mãos, assim como a crescente diferenciação social e proletarização do campesinato.

Ao estudar o contexto histórico russo, onde o capitalismo tendia a ser, de fato, uma realidade em desenvolvimento, ele tinha como preocupação fundamental mostrar que a essência econômica da revolução agrária se reduzia, por assim dizer, à destruição dos latifúndios feudais, considerado por ele a causa principal e básica do atraso econômico e do estancamento da economia russa. Levando em consideração estes fatos, noutro trabalho afirmou:

"Num país assim, a destruição dos latifúndios feudais é, sem dúvida alguma, uma exigência do desenvolvimento capitalista... ao destruir os latifúndios medievais, o capitalismo começa por estabelecer um regime mais "igualitário" de posse da terra, com o qual cria uma agricultura em grande escala baseada no trabalho assalariado, no emprego de máquinas e numa elevada técnica agrícola, e não sobre a base do pagamento em trabalho e da servidão" (Lenin, 1980 b, p. 27).

É dentro deste quadro de análise, onde os camponeses se encontravam subjugados não apenas ao capital, mas sobretudo aos latifundiários e aos resquícios do regime da servidão, que ele destaca que defender a pequena exploração e a pequena propriedade contra o avanço do capitalismo, é sem dúvida, uma medida reacionária, pois significaria frear inutilmente o desenvolvimento social. Mas, por outro lado, esta medida só teria um papel pro

gressista quando significasse apoiar a pequena produção na luta pela destruição dos restos do regime da servidão.

Em síntese, Lenin tentou mostrar essencialmente que o desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo na Rússia, põe fim, inevitavelmente, a essas sobrevivências feudais. Nesse sentido, torna-se possível eliminar o feudalismo num país burguês, seguindo dois caminhos diferentes: seja mediante a transformação dos latifúndios em estabelecimentos puramente capitalistas, condenando a massa camponesa a uma expropriação em grande escala; seja mediante a eliminação revolucionária dos latifúndios pelos camponeses, que liquida com todos os restos da servidão, particularmente o regime da grande propriedade.

Diante de tais afirmações, se torna de todo evidente que Lenin não via na grande propriedade fundiária, enquanto grande extensão de terra, um empecilho para o pleno desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Na realidade, ao referir-se à propriedade agrária privada, independentemente de sua dimensão, ele destaca que a propriedade privada da terra pode ser realmente necessária em um dado estágio do desenvolvimento econômico, atendendo, por assim dizer, aos interesses primordiais da classe dos grandes proprietários de terra, e nesse caso, como base da sociedade burguesa a propriedade privada da terra será inevitável em qualquer parte: ou então, ela é dispensável num dado estágio do desenvolvimento capitalista, estando inclusive em contradição com os interesses dos agricultores e, nesse caso, será impossível mantê-la em sua forma antiquada. (Lenin, 1980 b, p.10).

Não se pode, entretanto, esquecer que quanto Lenin formulou suas críticas à propriedade agrária privada - baseando-se nos fundamentos teóricos da renda da terra, em Marx - tinha co

mo base de suas reflexões apreender a concreta realidade do processo econômico-social russo e, sob o prisma das condições de um capitalismo atrasado, que se firma rapidamente, mas vigorosamente impregnado pelos traços do "velho regime".

Foi nesta perspectiva que ele, a partir do método elaborado por Marx, procurou escrupulosamente aplicá-lo às condições originais da Rússia.

Desde que Marx escreveu sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista utilizando uma visão histórica e dialética, o afluxo de estudos sobre as leis gerais do movimento do capital no campo, partindo das análises da renda e da propriedade privada do solo, tem sido significativo. Nesse sentido, a teoria da renda da terra em Marx foi um avanço considerável no conhecimento da expansão do capital na agricultura.

Para ele, a baixa composição orgânica do capital na agricultura, em comparação com a indústria e a existência de uma renda absoluta, explicam como se desenvolve o capitalismo no campo desde uma perspectiva histórica.

No terceiro tomo de "O Capital", Marx assinala a diversidade de formas de propriedade fundiária que o capital encontra ao surgir na história, subordinando e transformando à sua maneira, todas as diferentes formas de propriedade fundiária, por mais diversas que sejam as suas formas. Desse modo, a agricultura abandona sua existência como setor produtivo independente para assumir sua integral dependência ao capital na forma de renda da terra. (Marx, Livro 3, Vol. 6, p.705-733).

Nesta passagem, ele deixa de forma extraordinariamente clara, que independentemente das particularidades assumidas pela propriedade fundiária, quaisquer que sejam elas, jamais representam

um obstáculo intransponível para o capitalismo, que assume formas distintas conforme as diferentes condições agrícolas, jurídicas e sociais. Nesse sentido, quando a produção agrícola é apoderada e modificada pela ação do capital, a estrutura agrária não mais representa um obstáculo ao seu livre desenvolvimento.

Nessa circunstância, a característica peculiar do modo capitalista de produção é que a terra não seja propriedade comum, isto é, não seja totalmente acessível a todos, isto porque a propriedade privada do solo para uns tem por condição primordial a sua não existência para os demais. Nesses termos, o modo capitalista de produção ao apoderar-se da agricultura, termina por expropriar a propriedade do trabalhador, transformando-o em proletário (assalariado) gerador de lucro (mais-valia), para o capitalista.

A terra por ser condição natural da produção, apesar de não ser fonte de valor (pois o valor surge apenas com o trabalho materializado), torna-se fonte de rendimento. Dessa forma, ela se constitui num meio que capacita seu titular a apoderar-se da parte do trabalho não-pago, extorquindo do trabalhador pelo capitalista, o que não aconteceria no caso de um mesmo agente ser simultaneamente o proprietário e o capitalista.

Assim, do mesmo modo que só o monopólio do capital habilita o capitalista a apoderar-se do trabalho gratuito do trabalhador, o monopólio da propriedade da terra habilita seu titular a retirar do capitalista, sob a forma de renda, parte do trabalho não-pago.

Nesse sentido, Marx coloca que, do ponto de vista do modo capitalista de produção, o capitalista não é apenas o agente imprescindível da produção capitalista: é também o agente predominante. Em contraste, o dono da terra possui na proprie

dade da terra um título que o capacita a apropriar-se de parte desse trabalho não pago, sem qualquer interferência (participação) de sua parte, sendo, por isso, considerado mera excrescência da produção capitalista. Para Marx, o dono da terra é uma planta parasita da produção capitalista, que nasceu para consumir os frutos produzidos pelos trabalhadores a comando do capilista.

Do ponto de vista das condições da economia capitalista, a propriedade fundiária apresenta-se como uma restrição à agricultura capitalista. Nesse sentido, ela cria um monopólio especial que nada tem a ver com o modo de produção capitalista na medida em que limita a inversão produtiva de capital do arrendatário capitalista já que, em última instância, essa inversão beneficia, essencialmente, o proprietário da terra

A denúncia de Marx à propriedade fundiária significa que esta se apresenta como uma restrição à agricultura capitalista. É certo que com a mobilidade assumida pela terra na condição de simples mercadoria, o capital empregado na compra de terra é, para o proprietário, investimento que rende juro, mas de forma alguma é investimento de capital agrícola, tendo em vista que desvia do produtor capitais que, se aplicados na produção agricola, possibilitariam sua expansão.

Nesses termos, Marx dirigiu fortes críticas não apenas à grande propriedade agrária, mas também à pequena, afirmando:

"Na pequena agricultura o preço da terra, forma e resultado da propriedade privada do solo, constitui entrave à produção. Também na agricultura em larga escala e na grande propriedade fundiária constitui entrave, pois limita o arrendatário nos investimentos produtivos que em última instância não o beneficiam e sim ao dono da terra. Em ambas as formas, em vez de se cultivar consciente e racionalmente a

terra como propriedade perpétua e coletiva, condição analienável da existência e da reprodução das gerações que se sucedem, o que existe é a exploração que desperdiça as forças do solo, e, além disso, essa exploração não depende do nível atingido pelo desenvolvimento social, e sim das condições fortuitas e variáveis dos produtores particulares".
(*id. ibid*, p. 930)

Com efeito, nas condições gerais da economia capitalista e do desenvolvimento capitalista, a abolição da propriedade privada sobre a terra representa o total aniquilamento de toda espécie de entrave que freia a livre aplicação de capital na agricultura. Nesse plano, deduz Marx, que só quando a terra se torna propriedade do Estado, ou seja, quando a renda fundiária for entregue ao Estado, é que se torna possível abolir a propriedade privada.

Assinala Marx, no entanto, que a burguesia - do ponto de vista teórico - chega a negar a propriedade privada da terra. Mas, não avança desse ponto, pois, na prática, lhe falta coragem para atacar a propriedade privada da terra, por uma única razão: esta representa a base do modo capitalista de produção. Por outro lado, no momento em que a burguesia submete totalmente o regime de propriedade agrária ao seu domínio, isto é, torna-se dona de terras, é praticamente impossível um verdadeiro movimento social em favor da nacionalização. Isto se explica porque classe alguma jamais iria posicionar-se contra seus próprios interesses.

Nos Termos em que Lenin coloca o problema, a nacionalização da terra apresenta-se como uma "categoria da sociedade mercantil e capitalista". Nesse sentido, divide o problema da nacionalização em duas partes essencialmente distintas: o problema da renda diferencial e da absoluta. Conseqüentemente, o conceito teórico da nacionalização está intimamente ligado à teoria da renda em Marx.

Para Lenin é de vital importância distinguir as rendas absoluta e diferencial para se compreender com mais profundidade a importância econômica do problema da nacionalização na Rússia (Lenin, 1980 b, p. 86)⁽¹²⁾. Com efeito, a nacionalização da terra implicaria na eliminação da renda absoluta. Nestas circunstâncias, o setor agrícola poderia funcionar sem nenhum entrave ao desenvolvimento do capital.

Dentro desse contexto, ele destaca que negar a propriedade privada da terra na sociedade capitalista em desenvolvimento não equivale a negar o capitalismo. Contrariamente, tal negação expressa as exigências do mais puro desenvolvimento capitalista. Desse ponto de vista e francamente preocupado com o lento desenvolvimento do capitalismo na agricultura russa, com a permanência das sobrevivências feudais e das comunidades camponezas⁽¹³⁾, Lenin propõe a nacionalização da terra enquanto medida democrático-burguesa.

Por isso, sublinha ele, conceber a nacionalização unicamente na época do capitalismo plenamente desenvolvido equivale a negá-la como medida de progresso burguês, pois nenhuma medida do progresso burguês seria possível numa época de capitalismo avançado. Nessa época, já teria havido a "territorialização"

(12) Sobre esse aspecto ele destaca: "Raciocinando de um ponto de vista puramente econômico, devemos reconhecer, sem dúvida alguma, que o regime russo de posse da terra, tanto no senhorial como no camponês comunitário, conservam em grau máximo restos do feudalismo. Nessas condições, a contradição entre o capitalismo relativamente desenvolvido na indústria e o monstruoso atraso do campo torna-se flagrante e, em virtude de causas objetivas, impulsiona no sentido da revolução burguesa mais profunda e da criação de condições para o mais rápido progresso agrícola. A nacionalização da terra é precisamente a condição para o mais rápido progresso capitalista em nossa agricultura". (Lenin, 1980 b, p. 106-107).

(13) Lenin considera reacionário, no sentido econômico, não apenas o regime latifundiário de propriedade agrária, mas também o regime comunitário dos camponeses. Para ele, tanto um como o outro eram medievais na Rússia. (Lenin, 1980 b, p. 199-202).

quase completa da burguesia, isto é, a burguesia como classe já teria se assenhorado da terra, em proporções significativas, submetendo totalmente ao seu jugo o regime agrário de propriedade.

Mas, tal não era o caso da Rússia. Conseqüentemente, ela encontrava-se em condições particularmente favoráveis à nacionalização. De um lado, o regime de posse da terra encontrava-se impregnado por fortíssimos traços de feudalismo e, de outro, existia uma massa de agricultores burgueses capazes de lutar pela destruição do velho regime de posse da terra. E isso se explica plenamente pelas condições de desenvolvimento do capitalismo na Rússia e pelas exigências do capitalismo naquele momento.

"Grosso modo", essas são algumas questões pertinentes à discussão geral sobre o problema agrário e seus elos com o capitalismo. Vale a pena insistir, contudo, que as reflexões que precederam este parágrafo, conduzem à não aceitação da noção de que a estrutura fundiária constitui um empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas.

Efetivamente, grande parte da discussão sobre a questão agrária toma a problemática do acesso à terra como sendo o ponto central da questão agrária brasileira. Assim, e sobre as mais variadas formas, estas discussões ressurgem rejuvenecidas em torno da questão relativa ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Em termos gerais, e tendo em vista ainda as características de concentração da propriedade da terra no Brasil, agora combinada com uma alta concentração da renda, a questão agrária passa a ser recolocada em função não apenas da redistribuição da terra, mas sobretudo da redistribuição igualitária do exce

dente agrícola, onde o ponto culminante desta questão será o de viabilizar o capitalismo no campo que, segundo alguns autores, se estende de forma "lenta" e "desigual".

Portanto, dentro desse contexto, interessa reter apenas que a perspectiva de análise do presente trabalho é verificar que só na aparência a estrutura da propriedade agrária se apresenta como um fator negativo para a evolução econômica e social brasileira. Naturalmente, argüir com o fato de que essa estrutura fundiária se apresenta como empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas não leva a nada de mais sólido. Na realidade, ela é uma manifestação do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, haja vista que a dinâmica de qualquer forma de propriedade capitalista é a concentração - inclusive a da terra.

Acredita-se que os empecilhos que o setor agrícola apresenta para o processo geral de acumulação de capital não têm qualquer relação com a estrutura fundiária e/ou com o grau de concentração da mesma nesta país. Os fatos demonstram de forma irrefutável a não correlação entre a concentração fundiária e o desenvolvimento das forças produtivas no campo (vide quadro 1).

QUADRO I - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

(microrregiões homogêneas) Brasil, 1977

| Desenvolvimento* | CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA | | | |
|------------------|------------------------|--------|-------|---------|
| | Muito elevada | Grande | Média | Regular |
| Insuficiente | 12 | 22 | 17 | 1 |
| Pequeno | 22 | 26 | 57 | 32 |
| Médio | 13 | 34 | 32 | 20 |
| Grande | 20 | 27 | 9 | 16 |

FONTE: SERPRO, 1977, p. 90-A Apud Sorj, 1980, p. 123

* Segundo Sorj, "O desenvolvimento é medido em termos de índices que expressam o grau de avanço das forças produtivas e condições sociais do estabelecimento". (Sorj, 1980, p. 123).

Naturalmente, na medida em que o desenvolvimento do modo de produção capitalista assume determinadas dimensões, a estrutura da propriedade agrária passa a ser um dos pressupostos deste modo de produção, tornando-se, portanto, garantia e sustentação da expropriação generalizada. Em síntese, a forma concentrada da propriedade agrária obedece à lei capitalista da concentração dos meios de produção... é uma marca do desenvolvimento do capital em toda parte.

Por isso, ao ser recolocada uma questão agrária em torno da forma concentrada da terra, onde as reivindicações principais passam a ser a redistribuição da terra, ampliação da propriedade privada da terra e mesmo redistribuição mais igualitária dos excedentes entre proprietários de meios de produção, etc., reafirma-se, sobretudo, o caráter predatório e anti-social da propriedade privada dos meios de produção.

Sem se pretender dar conta de toda a riqueza e complexidade do debate em questão, busca-se aqui unicamente - dentro das limitações deste trabalho - encontrar os caminhos que possibilitam demonstrar que as questões em torno da terra, gerando lutas e conflitos, expressam a forma concreta pela qual o capital firma seu poder e se apodera da produção agrícola.

Sinteticamente, acredita-se que a forma concentrada da propriedade agrária não tem agido no sentido de refrear a introdução do progresso técnico na agricultura. Em sendo assim, a presente análise se dirigirá para verificar não apenas os altos níveis concentracionistas da terra mas, ao lado disso, verificar a introdução e a difusão da capitalização na base do processo produtivo agrícola, provocando a diferenciação das unidades produtivas agrícolas.

Dentro desse quadro geral delineado, restaria portanto a análise empírica de um caso particular - a cultura do abacaxi no município de Sapé - para caracterizar os patamares dessas transformações, assim como suas consequências mais imediatas no âmbito da estrutura fundiária, das relações sociais de produção e trabalho que passam a ser objetos de consideração nas partes seguintes do trabalho.

CAPÍTULO III

A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM SAPÉ

3. A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM SAPÉ

3.1 - As Transformações no Quadro Agrário

Para uma melhor compreensão sobre o significado e as consequências das recentes transformações por que tem passado a produção de abacaxi em Sapé, faz-se necessário, inicialmente, a realização de uma breve descrição sobre a realidade agrária do referido município.

O Município de Sapé, parte da microrregião do agro-pastoril do Baixo Paraíba, está situado na zona fisiográfica do litoral, compreendendo as sub-regiões - tabuleiros e várzeas. Com uma área de 441 Km², o que corresponde a 0,78% da superfície total do Estado da Paraíba, este município é um dos mais povoados do Estado, apresentando uma população de 50.952 habitantes, conforme os resultados do Censo de 1980 (Quadro 2).

QUADRO 2 - ÁREA, DENSIDADE DEMOGRÁFICA E POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE SAPÉ EM 1980.

| Município | ÁREA Km ² | DENSIDADE DEMOGRÁFICA HAB/Km ² | POPULAÇÃO RESIDENTE | | POPULAÇÃO URBANA % |
|-----------|-------------------------|---|------------------------|-----------|-----------------------|
| | | | Total | Urbana | |
| Sapé | 441 | 115,54 | 50.952 | 23.342 | 45,81 |
| Paraíba | 56.372 | 49,18 | 2.772.600 | 1.450.346 | 52,31 |

FONTE: IBGE. Sinótese Preliminar do Censo Demográfico.
1980. Paraíba.

Clima, solo e vegetação favorecem uma intensa atividade agrícola nesse município, facilitando a expansão e o desenvolvimento das duas mais importantes lavouras comerciais da área: a cana-de-açúcar e o abacaxi. Além dessas lavouras comerciais, são cultivadas, ainda, a mandioca, o milho, o feijão, etc., como pode ser visto no quadro 3.

QUADRO 3 - PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS NO
MUNICÍPIO DE SAPÉ - 1950/1980

| CULTURAS PRINCIPAIS | QUANTIDADE (T) | | | | VALOR DAS COLHEITAS Cr\$ 1.000 1980 |
|------------------------|----------------|---------|---------|---------|---|
| | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | |
| Cana-de-açúcar | 50.158 | 182.750 | 159.066 | 423.639 | 476.425 |
| Abacaxi * | 12.180 | 17.880 | 18.425 | 18.316 | 129.600 |
| Mandioca | 11.395 | 13.613 | 12.734 | 5.727 | 22.908 |
| Feijão | 421 | 44 | 216 | 97 | 6.305 |
| Milho | 494 | 50 | 193 | 123 | 984 |

FONTE: IBGE - Censos Agrícolas e Agropecuários 1950 - 1980

* Com relação ao abacaxi a quantidade produzida nos anos 1950 e 1960 refere-se a centos e nos anos 1970 e 1980, refere-se a 1.000 frutos.

Através da análise do quadro 3, que mostra as principais culturas do município de Sapé, pode-se constatar que a cana-de-açúcar aumentou intensivamente sua produção entre os anos de 1950 e 1980, passando de 50.158 toneladas em 1950, para 423.639 toneladas em 1980, o que corresponde a um aumento de 744,6%. Quanto ao abacaxi, passa a ocupar na década de 1950, o lugar do segundo mais importante produto da região, alcançando 12.180 centos do referido fruto. Observa-se que a quantidade produzi

da de abacaxi no período analisado, não sofre um aumento significativo (inclusive entre 1970 e 1980 houve uma pequena diminuição). Provavelmente, um dos fatores que estariam contribuindo para a estagnação na produção do abacaxi na região, seria a rápida expansão da lavoura canavieira na região, principalmente, a partir da década de 1970, período em que se verificou uma significativa expansão da cana de açúcar com o Programa Nacional do Alcool.

De fato, verifica-se pelo quadro 4 que entre os anos de 1970 e 1980, a lavoura canavieira em Sapé apresenta um bom crescimento na área colhida e na produção quando nesse mesmo tempo, o abacaxi experimenta um ligeiro declínio. Não obstante, o abacaxi assegura, ainda, sua posição de "o segundo mais significativo produto do município".

QUADRO 4 - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE CANA-DE-AÇÚCAR E ABACAXI NO MUNICÍPIO DE SAPÉ - 1970/1980.

| Produto | ÁREA COLHIDA (ha) | | | QUANTIDADE PRODUZIDA (T) | | |
|----------------|-------------------|-------|-------|--------------------------|---------|---------|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 |
| Cana-de-açúcar | 4.710 | 7.000 | 9.500 | 159.066 | 257.131 | 423.639 |
| Abacaxi * | 2.552 | 939 | 1.600 | 18.425 | 15.362 | 18.316 |

FONTE: IBGE - Censos Agrícolas e Agropecuários da Paraíba - 1970-1975-1980.

* Com relação ao abacaxi a quantidade refere-se a 1.000 frutos.

Os dados vêm demonstrar não só a importância da cana-de-açúcar e do abacaxi, como os dois produtos de maior importância para a economia desse município, mas também que esta importância se faz em detrimento das demais culturas da região, ou seja, com exceção da cana-de-açúcar, cuja produção aumenta mui

to no período e do abacaxi, cuja produção estaciona, as demais culturas perderam importância. (quadro 3, p.41)

A expansão da cana-de-açúcar e, posteriormente, do abacaxi em Sapê, provocaram significativas mudanças não só na organização do espaço agrário, mas também e primordialmente, mudanças econômicas e sociais decorrentes do próprio processo de expansão do capitalismo no campo, particularmente a partir do início da década de 1960⁽¹⁴⁾.

Naturalmente, para uma avaliação mais abrangente dessas mudanças, os dados referentes à população do município de Sapê representam um fator indicativo do rumo dessas transformações.

QUADRO 5 - NÚMERO DA POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA
SAPÊ - 1960/1980

| POPULAÇÃO | A N O S | | | | | |
|-----------|---------|-------|--------|-------|--------|-------|
| | 1960 | % | 1970 | % | 1980 | % |
| RURAL | 37.994 | 78,2 | 29.782 | 64,8 | 27.610 | 54,2 |
| URBANA | 10.602 | 21,8 | 16.199 | 35,2 | 23.342 | 45,8 |
| TOTAL | 48.596 | 100,0 | 45.981 | 100,0 | 50.952 | 100,0 |

FONTE: IBGE - Censos Demográficos da Paraíba - 1960/1980.

Como se pode verificar pelos dados do quadro 5, a população do município de Sapê entre 1960 e 1970, apresentou um de crescimento. Passou de 48.596 a 45.981 habitantes, ou seja, em termos relativos diminuiu 5,4% enquanto que, na década seguinte,

(14) O processo de expulsão dos trabalhadores do campo, fruto das transformações na ocupação da terra em Sapê, no início da década de 60, gerou intensos conflitos sociais na região. A forma que tomou esses conflitos, foi a organização dos trabalhadores em ligas camponesas sob a liderança de João Pedro Teixeira.

chegou, a 50,35%, crescendo, em termos relativos, 10,8%. Em 1960, esse município tinha 78,2% da sua população habitando no setor rural e 21,8% no urbano. Na década de 70, a participação no setor urbano aumenta (35,2%), diminuindo a participação no setor rural (64,8%). Para a década de 1980, esta tendência continua: decresce de novo a participação da população rural (54,2%) e aumenta a do setor urbano (45,8%).

Estes dados evidenciam, além da acentuada população rural, uma evasão da população em termos absolutos do referido setor, verificando-se um aumento absoluto e relativo da população no setor urbano. Esse fluxo migratório rural-urbano reflete claramente o intenso processo de expulsão da mão-de-obra rural em Sapé, ocorrido, principalmente a partir dos anos 60⁽¹⁵⁾. Ao que tudo indica, a crescente expulsão da população rural foi e é responsável, pelas crescentes taxas de urbanização e de migração da região.

Para isso contribuiu certamente, o processo de expulsão dos antigos moradores das grandes propriedades de cana-de-açúcar e abacaxi em Sapé. O fato é que, até meado dos anos 50, a "figura do morador", que plantava cultura de subsistência ao redor de sua moradia, representava uma parcela importante da força de trabalho rural da região. Porém, quando o processo de ampliação das áreas de cana e abacaxi alcançaram as culturas de subsistência, teve início a expulsão gradativa dos moradores das propriedades de cana e abacaxi⁽¹⁶⁾.

Por outro lado, a migração campo-cidade vem confirmar a

(15) Para um estudo mais aprofundado sobre estas questões, ver: Bernadete Aued (1981).

(16) Ver sobre estas questões, Mário Afonso Carneiro (1963).

significativa formação de aglomerados peri-urbanos. Em Sapê existem dois, conhecidos como Nova Cuba e Nova Brasília⁽¹⁷⁾, resultado das transformações ocorridas na agricultura da região.

Se a década de 60 marca substanciais transformações econômicas e sociais no município, este processo acentua-se na década seguinte, intensificando o processo de capitalização na agricultura e impulsionando profundas mudanças nas condições materiais da produção agrícola. Nesse período, o quadro agrário passa por significativas mudanças, resultado tanto do crescimento extensivo da lavoura canavieira e do abacaxi - o que veio reforçar, nesse período, o processo de concentração fundiária em torno de alguns grupos econômicos expressivos da região⁽¹⁸⁾ - quanto do processo de expansão e desenvolvimento do capital na agricultura. É, por conseguinte, a presença afirmadora do capital na agricultura da região que possibilita este quadro de transformações. Tais transformações passam a ser refletidas tanto através da incorporação de técnicas modernas e utilização em maior escala de adubos e fertilizantes, quanto das alterações nas próprias relações sociais de produção e trabalho.

-
- (17) Miseráveis aglomerados, na periferia da cidade, onde habitam os antigos moradores expulsos das grandes fazendas, cujas áreas ocupadas com a agricultura de subsistência foram substituídas pela cana-de-açúcar, gado e posteriormente, abacaxi.
O aglomerado de Nova Cuba, situado na saída Leste da cidade, comporta inúmeros casebres, feitos de taipa, chão de terra batida e cobertos de palhas. Em sua maior parte, estes casebres, embora possuindo apenas dois cômodos, abrigam - em alguns casos - mais de dez pessoas. Além disso, não há água, luz ou qualquer instalação sanitária.
Quanto a Nova Brasília, este já apresenta melhores condições. As casas são feitas de alvenaria e telhas. Algumas dessas casas foram construídas com o dinheiro da indenização das terras em que trabalhavam.
- (18) Na região, destaca-se o grupo Santa Helena, produtor de cana-de-açúcar, ocupando uma área em torno de 15.000 ha; o grupo Miriri, que detém uma área de 4.500 ha e ainda o grupo Maguary, que reúne uma grande propriedade com 1.172,2 ha. Todos esses grupos são grandes produtores de cana-de-açúcar, abacaxi e gado.

3.2 - A Cultura do Abacaxi: Evolução e Modernização

O abacaxizeiro, planta de clima tropical e subtropical, pertence à espécie *Ananas comosus*, da família das Bromeliáceas.

Este fruto, originário do Brasil, na época do descobrimento já era cultivado pelos indígenas que o consumiam in natura ou sob a forma de bebida fermentada.

Segundo alguns autores (Câmara Cascudo, 1976, p. 120-123), a expansão desse fruto se deu, talvez por acaso, graças aos navegadores portugueses que, logo depois das descobertas, carregando os frutos nos navios para serem consumidos durante as viagens, abandonaram as mudas de grande resistência e facilidade de germinação, nos vários portos de desembarque Asiático e Africano. Desta forma, na opinião desses autores, os portugueses foram agentes distribuidores dessa cultura em diversos continentes.

O período compreendido entre seu descobrimento pelos Europeus e o fim do século passado, marca sua fase de expansão pelas regiões tropicais do mundo. Porém, entre as várias regiões produtoras, o Havaí figura, há muitos anos, como o maior produtor mundial de abacaxi. Além disso, é também considerada a região que emprega a tecnologia mais avançada no cultivo desse fruto.

A cultura do abacaxizeiro é uma atividade bastante flexível, pois além de poder ser instalada em diferentes épocas do ano, com diferentes tipos e pesos de mudas, a época da colheita dos frutos pode ser controlada artificialmente, mediante o emprego de produtos químicos; porém os meses mais usados para o plantio são aqueles próximos ao período chuvoso.

Esta cultura exige bastante técnica e trato, isto é, re quer eficientes controles de ervas-más, pragas e doenças, boas adubações, etc. Por outro lado, trata-se de uma cultura cujo ciclo produtivo é relativamente curto, ocorrendo a primeira sa fra do fruto geralmente de 15 a 18 meses após efetuado o plan tio.

No Brasil, a principal variedade de abacaxizeiro culti vada é a pérola, muito conhecida pelo nome branco de Pernambuco; fruto de polpa quase branca ou amarelo - pálida e de sabor bas tante doce. Caracteriza-se por apresentar formato cônico e por te delgado, apresentando folhas longas providas de espinhos re lativamente finos. Mesmo apresentando ótimas características, es te fruto é mais usado para o consumo in natura e na indústria pa ra a produção de suco.

Bastante semelhante a esta variedade, porém apresentando fruto cilíndrico, é a denominada "Jupy". No entanto a varieda de mais importante no seu valor comercial é a "Smooth Cayenne". Esta variedade é parcialmente desprovida de espinhos, e seu fru to apresenta a polpa amarelo-pálida ou amarelo firme, rica em ácido, sendo preferida pelo mercado externo e a única que se presta para industrialização em fatias.

Entre as diversas variedades cultivadas de abacaxi, a "Smooth Cayenne" é considerada a principal no mundo. No Brasil, começou a ser plantada comercialmente a partir da década de trinta, na região de Registro, litoral Sul Paulista,

Os primeiros plantios comerciais foram feitos pelos imi grantes japoneses, nessa década. Mas, só a partir da década de 60, é que esta variedade passou a ser a mais cultivada no refe rido Estado. Na verdade, o cultivo da variedade Cayenne atual

mente já se encontra bastante avançado no caso das grandes plan
tações do sul do país.

Como se sabe, o abacaxi tanto pode ser consumido sob a forma in natura ou industrializada, como pode, ainda, ser utili
zado nos mais variados ramos ⁽¹⁹⁾. Mesmo assim, no Brasil, a maior parte da produção do abacaxi é consumida na forma natural e apenas uma parte muito pequena da produção brasileira é indus
trializada. Assim é que, embora exista um razoável número de indústrias alimentícias que utilizam esse fruto como matéria-pri
ma, apenas algumas delas chegam a absorver mais de 1.000 tonela
das anuais do referido fruto.

Entre outras, as principais indústrias brasileiras, que processam este fruto, destacam-se:

- 1) As indústrias alimentícias Maguary S.A., que industriali
za fatias e pedaços em calda e sucos de abacaxi.
- 2) Companhia Industrial de Conservas Alimentícias (CICA) en
lata abacaxi, sob as formas de fatias e pedaços em calda e ainda utiliza este fruto, para a fabricação de geléia.
- 3) As Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S.A. (PEIXE), industrializa
abacaxi, enlatando fatias e pedaços em cal
da, além de produzir suco engarragado e acondicionado em
latas.

(19) O abacaxi pode ser utilizado sob a forma de compotas, pedaços cristali
zados, passas, pickles, suco, xarope, licor, vinho, vinagre, aguarden
te, etc.. Com o subproduto da industrialização, podem-se obter álcool,
ácidos cítricos, bromelina (enzima proteolítica que entra na composi
ção de diversos medicamentos). Das plantas, podem-se aproveitar indus
trialmente as fibras e o amido. O suco do abacaxi contém cerca de 12%
de açúcares, 1% de ácidos. Quanto à sua torta, resultante da extração
do suco, é empregada na alimentação do gado, etc.

- 4) A indústria "INTRAFRUT", em João Pessoa-Pb., fabrica atualmente a vinhos, licores, aguardente e vinagre de abacaxi.

A cultura do abacaxizeiro em nosso país vem sendo largamente incrementada, destacando-se os Estados da Paraíba, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco como os maiores produtores.

Especificamente, quanto à situação do Nordeste, este a apresenta um ótimo ambiente para a cultura do abacaxi, sendo o Estado da Paraíba o seu principal produtor.

Nesse Estado, o Município de Sapé, conhecido tanto pela sua grande tradição no cultivo desse fruto, como também por a apresentar um nível tecnológico razoável em relação às demais á reas de concentração da produção de abacaxi no Nordeste, constitui um dos maiores produtores estaduais do referido produto. Na Paraíba, as áreas de concentração da produção de abacaxi são constituídas pelos seguintes municípios: Sapé e Mari (MRH99-agropastoril do Baixo Paraíba); Pedras de Fogo, Mamanguape e Itaporoca (MRH93-litoral paraibano); Araçagi, Lagoa de Dentro e Guarabira (MRH92-Piemonte da Borborema).

Esses municípios, segundo o IBGE, participaram no ano de 1980 com cerca de 89% da área colhida com a cultura no Estado e 88% da quantidade produzida. Um dos maiores produtores do Estado é o município de Sapé, que concentra 45% da produção do Estado.

O abacaxizeiro foi introduzido no município de Sapé (Paraíba) no ano de 1935, devido às condições climáticas e disponibilidade de terras adequadas à sua exploração, essa cultura, recém iniciada e sem expressão econômica, evoluiu consideravelmente

te, chegando a partir de 1976 a superar o Estado de Minas Gerais, conhecido até então como o maior produtor nacional desse fruto.

As principais variedades de abacaxi cultivadas no município de Sapé, são a Pérola e a Jupy, sendo a variedade Pérola a mais utilizada para o consumo in natura e na indústria produtora de suco⁽²⁰⁾. Além dessas variedades, uma outra também muito conhecida na região, é a denominada Smooth Cayenne. Embora seja a mais importante no seu valor comercial, devido as suas ótimas qualidades industriais e a sua aceitação no mercado internacional, essa é a variedade menos cultivada na região. Ela representa apenas 20% da área cultivada com abacaxi em Sapé. Isto ocorre porque o seu cultivo exige um nível tecnológico mais elevado e mão-de-obra mais especializada, apresentando por isso, custos de produção bem mais elevados do que os da variedade Pérola e Jupy. (vide anexos I e II, p.p. 1-2)

Esses fatores fazem com que a variedade Cayenne seja cultivada exclusivamente por grandes produtores, onde se destaca a Maguary que possui, atualmente, mais de 80% dos seus plantios com esta variedade.

Quanto à comercialização do abacaxi para o mercado interno, na região, esta ocorre por meio de uma rede de intermediários locais, que normalmente, são também produtores desse fruto. Os produtores comercializam seus produtos com os intermediários através da venda dos frutos na época da colheita. Esses agentes da comercialização do abacaxi são, em geral, proprietários

(20) Tanto a variedade Pérola como a Jupy são consideradas anti-econômicas para fins industriais, isto porque, apresentam formatos inadequados para serem industrializados, o que leva a um baixo rendimento industrial. Também por serem bastante suculentas, estas variedades não resistem adequadamente a certas condições de transportes.

- comerciantes ou arrendatários - comerciantes, que, além de organizar a produção, se encarregam também da comercialização. Existe ainda os que são simplesmente intermediários. Esses agentes que não estão ligados com o cultivo desse fruto, exercem apenas sua função no momento da circulação do produto.

O produtor-fornecedor do abacaxi, em geral, não vende o produto diretamente ao consumidor. O motivo pelo qual ele se vê impedido de comercializar o seu produto é a total ausência de uma infra-estrutura básica de comercialização que lhe possibilite assumir a função de comerciante. Ademais, o limitado tempo que os frutos resistem nos pés, na época da colheita, ou seja, a alta perecibilidade do abacaxi, exige necessariamente uma rápida comercialização do produto. Tal fato leva a que o produtor - fornecedor se submeta às exigências de preço do intermediário.

O preço do abacaxi oscila frequentemente no mercado, como pode ser visto no quadro 6, a partir do mês de agosto, época em que começa a safra do fruto, as quantidades ofertadas aumentam consideravelmente, contribuindo para que ocorra uma queda no preço do produto. Observando-se as quantidades ofertadas a partir do mês de janeiro e até o mês de julho, percebe-se que é justamente nesse mês (julho) que se dá uma menor oferta do produto no mercado e esse produto alcança seu mais alto preço.

QUADRO 6 - EVOLUÇÃO DO PREÇO MÉDIO DO ABACAXI EM JOÃO PESSOA
PREÇOS POR ATACADO - 1980

| M E S E S | MÉDIA DE PREÇOS CORRENTES - Cr\$ | QUANTIDADES COMERCIALIZADAS (Frutos. Unidades) |
|-----------|-------------------------------------|---|
| Janeiro | 3,18 | 264.636 |
| Fevereiro | 3,21 | 184.600 |
| Março | 3,10 | 190.770 |
| Abril | 3,87 | 119.042 |
| Maió | 3,21 | 160.774 |
| Junho | 3,92 | 106.390 |
| Julho | 4,12 | 100.920 |
| Agosto | 4,08 | 144.830 |
| Setembro | 4,01 | 219.683 |
| Outubro | 3,61 | 426.970 |
| Novembro | 3,25 | 569.306 |
| Dezembro | 3,60 | 431.150 |

FONTE: (SIM) (SUDENE)

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MERCADO

A comercialização de um modo geral se concentra nos me ses de agosto a dezembro. Nesse período saem diariamente deze nas de caminhões desse município para as centrais de abasteci mento, onde esse produto é comercializado a nível de atacado.

No que se refere às exportações de abacaxi⁽²¹⁾, inicial mente essas eram realizadas especialmente por firmas exportado ras radicadas em outros Estados, em particular pelas de Pernam

(21) Para um estudo mais detalhado sobre as exportações do abacaxi na Paraí ba, Ver: Carlos Alberto de Brito (1981).

buco. Os responsáveis por essas firmas se caracterizavam por não possuírem terras para o cultivo desse fruto, na região de Sapê. A compra desse produto era feita mediante o fornecimento de empréstimos para a produção do fruto a pequenos proprietários de terras desse município. No entanto, tais empréstimos estavam sempre vinculados à obrigação da venda do produto ao credor, no caso os proprietários dessas firmas. Dessa forma, os exportadores contavam sempre com ganhos extras, fosse através dos preços do produto por eles estabelecidos, fosse através dos altos juros cobrados pela concessão do financiamento. Assim, os pequenos proprietários, de uma forma ou de outra, ficavam totalmente na dependência dos exportadores que os exploravam sem limites, desde o fornecimento de empréstimos a juros altíssimos até à compra de sua produção por preços muito baixos.

Esta era uma prática muito comum não só dos exportadores pernambucanos, mas também dos exportadores paraibanos, possuidores de terras com abacaxi.

A "luta" concorrencial de preços entre as firmas exportadoras dos dois Estados era o mecanismo utilizado para a eliminação do concorrente. No entanto, o resultado oriundo dessa concorrência entre capitalistas, refletia diretamente entre os seus fornecedores, dado que, enquanto os exportadores baixavam o preço dos produtos exportados, reduziam conseqüentemente o preço pago a seus fornecedores, que pouco ou quase nada podiam fazer em virtude de seu endividamento com os exportadores.

Esta situação perdurou por longos anos e só veio a modificar-se mais precisamente no ano de 1969, quando o Governo do Estado de Paraíba, proibiu, em definitivo, que as exportações de abacaxi fossem feitas através de outro Porto que não o de Cabedelo (Paraíba).

Esta medida veio favorecer a posição dos exportadores paraibanos que, até então, se encontravam numa posição de relativa desvantagem com relação aos exportadores pernambucanos. Sendo, agora, todo o produto escoado para o exterior, não mais através do Porto de Recife, mas, através do Porto de Cabedelo, muitas vantagens vieram em favor dos exportadores paraibanos, pois podiam, agora, controlar e programar seus calendários de embarques de acordo com seus interesses. Poderiam, ainda, escolher as melhores condições de armazenamento para a sua produção.

Frente a essa nova situação, muitos outros grandes proprietários de terras da região passaram a se interessar pelas exportações do produto.

Quanto à situação da concorrência de preços entre as firmas exportadoras, os exportadores paraibanos conseguiram um equilíbrio razoável, ao mesmo tempo em que reduziam gradativamente o poder de barganha dos exportadores pernambucanos.

Na tentativa de não serem totalmente eliminados do mercado pelos seus concorrentes, os exportadores pernambucanos recorrem ao único meio que ainda lhes resta: aprofundar o nível de exploração comercial entre seus fornecedores.

A situação se agrava para estes exportadores, pois não mais tinham a seu favor os embarques nem as melhores condições de armazenamento. E, também, não possuindo campos próprios de produção do abacaxi, a única forma para conseguirem um equilíbrio médio com relação aos seus lucros, era rebaixar, o mais que pudessem, os preços pagos aos seus fornecedores. Por outro lado, as firmas exportadoras paraibanas tinham agora em suas mãos as regras do jogo e, por isso, acenavam com melhores empréstimos para seus fornecedores. Estes, naturalmente, pouco a pouco,

iam se desligando dos seus antigos exploradores pernambucanos e passavam a buscar suas melhoras relativas junto aos novos exploradores da Paraíba.

Com isto, surge um maior número de firmas interessadas em exportar esse fruto. No entanto, esse gradual aumento de firmas interessadas nesse ramo gerou muitos problemas, dos quais o mais comum era rebaixar os preços o mais possível, buscando eliminar os concorrentes menores.

As exportações do abacaxi ocupam ainda, apesar de tudo que já foi dito, uma posição relativamente modesta, porque quase toda a produção brasileira desse fruto é consumida internamente. No passado, grande parte da produção de abacaxi em Sapê teve seu escoamento para o mercado externo através das exportadoras desse fruto, onde destacam-se a seguir as três mais importantes:

- Abel Cunha Exportadora Ltda.
- Exportadora-Importadora Tambaú Ltda., subsidiária da "Ananás Companhia General de Operaciones", de Barcelona.
- Trans-Trading Brasil Exportadora S.A. - ligada ao Banco Itaú S.A., à Volkswagen do Brasil S.A..

Tais exportações de abacaxi eram feitas principalmente com a fruta in natura, para a Espanha, Alemanha Ocidental, França, Uruguai; sendo, no entanto, a Argentina o principal mercado importador desse fruto.

No presente, apenas uma, a Exportadora e Importadora Tambaú, se dedica à exportação, que, no momento, só se realiza uma vez por ano, (no mês de setembro, para a Argentina e Espanha). Tais exportações, são feitas principalmente com o fruto "in natura".

Com o crescimento das exportações do abacaxi, que o colocava como uma cultura privilegiada para a economia do Estado, veio a generalização do crédito oficial para o custeio da produção desse fruto. Por sua vez, o crédito oficial, passou a contribuir para que houvesse maior capitalização nessa cultura. Assim é que surge uma série de incentivos destinados àqueles que se dedicam a esta prática de cultivo.

Por outro lado, o crédito, veio contribuir para o aprofundamento do nível de exploração de muitos pequenos proprietários da região, haja visto que, não sendo suficiente para cobrir as despesas de cultivo da produção desse fruto, esses produtores normalmente se vêem obrigados a procurarem os grandes produtores da região que, via de regra, concedem empréstimos para cobrir o restante das despesas de cultivo. A concessão desses empréstimos são feitos, em sua maioria, com a obrigação, por parte dos devedores, da venda do produto ao credor. Por sua vez, estes estabelecem preços normalmente aquém do estabelecido pelo mercado, podendo, dessa forma, usufruir de uma boa margem de lucro. Além do mais, esses lucros são acrescidos de uma parcela considerável que corresponde aos juros altos cobrados pelos empréstimos.

É exigência da rede bancária que a pessoa que esteja interessada no empréstimo apresente garantias suficientes para que o levantamento deste montante seja efetuado. Como respaldo para a concessão de tais empréstimos, o Banco exige que a pessoa interessada seja proprietária de terras ou de outros bens pertencentes à sua atividade principal. Para aqueles que não possuem a propriedade do solo ou qualquer outro bem que possa servir de garantia para que o financiamento seja efetivado, o banco exige a carta de anuência cedida pelo proprietário da ter

ra ao seu arrendatário. Segundo alguns arrendatários da região, poucos são os proprietários dispostos a concederem tal documento e, àqueles que o concedem, o fazem mediante a obrigação, por parte do arrendatário, da venda da produção ao seu fiador.

Esta é uma situação que vem favorecer decididamente aos capitalistas que exercem outras atividades fora do setor agrícola, dado que é sempre possível, em épocas de safra, adquirir a produção a baixos preços, usufruindo assim dos lucros proporcionados por esta atividade sem contudo, se desligarem de sua atividade principal.

Por outro lado, o Estado se faz presente, favorecendo aos produtores capitalistas, quando através do fornecimento de empréstimos a 30% a.a. - no caso da compra de insumos - facilita assim, a incorporação de novas técnicas mais capitalizadas nesta produção⁽²²⁾.

Observe-se outrossim, que a agricultura, para atender às necessidades de expansão do capital, é forçada a mudar suas formas de organização da produção, passando então a absorver, em menor ou maior escala, os métodos e processos industriais, objetivando uma maior produtividade. E, neste conjunto, está a atuação do Estado que, exercendo seu papel de defensor do grande capital, subsidia a compra desses equipamentos e insumos para o setor agrícola, beneficiando fortemente o setor industrial ligado a este tipo de produção.

No que se refere à forma de organização da produção agrícola em Sapé, a cultura comercial do abacaxi apresenta um sistema agrícola intensivo de trabalho e capital.

(22) Os fertilizantes químicos a partir de 1980, deixaram de ser subsidia dos integralmente. Antes, o produtor adquiria esses insumos a juros negativos.

Nos últimos anos, com a expansão da produção da cana-de-açúcar e do abacaxi nesse município, modificações significativas foram incorporadas em sua base produtiva. Grosso modo, pode-se verificar "in loco", uma acentuada tendência modernizante nos métodos de produção do abacaxi, que pode ser caracterizada não apenas pela aquisição direta, por parte de alguns produtores, de tratores e outros implementos agrícolas modernos, mas também pelos elevados investimentos feitos em adubos, defensivos e herbicidas.

A introdução de insumos modernos na exploração do abacaxi na região, traz como resultado imediato, a elevação nos índices de produtividade do referido produto. Assim, quando se analisa a produtividade média alcançada pelo abacaxi nos diversos Estados produtores, verifica-se que o município de Sapé só é superado pelos Estados do Espírito Santo e São Paulo que apresentam índices mais elevados no período 1976/1980, como pode ser visto no quadro 7.

QUADRO 7 - RENDIMENTO MÉDIO DO ABACAXI NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E NO MUNICÍPIO DE SAPÉ - 1976/1980
(Frutos - Ha)

| ESTADOS PRODUTORES | A N O S | | | | |
|-----------------------|---------|--------|--------|--------|--------|
| | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 |
| Pernambuco | 9.625 | 11.631 | 12.241 | 10.540 | 12.314 |
| Alagoas | 8.400 | 8.400 | 15.434 | 15.158 | 15.248 |
| Bahia | 15.000 | 15.000 | 9.496 | 12.700 | 15.500 |
| Minas Gerais | 12.293 | 13.293 | 13.173 | 13.511 | 15.042 |
| Espírito Santo | 15.373 | 18.000 | 22.000 | 22.000 | 22.000 |
| Rio de Janeiro | 12.728 | 12.500 | 13.493 | 16.343 | 15.119 |
| São Paulo | 27.729 | 19.808 | 19.331 | 20.782 | 20.182 |
| Rio G. do Sul | 11.499 | 11.500 | 11.323 | 11.327 | 7.042 |
| Paraíba | 16.708 | 18.106 | 17.840 | 18.292 | 18.498 |
| Sapé | 20.536 | 19.800 | 17.847 | 18.000 | 18.000 |

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1976/1980.

Esta "modernização" visa, em última instância, acelerar o ritmo de expansão da cultura, através da intensificação da produtividade do trabalho, bem como melhorar a qualidade do produto.

Nesse processo, os campos de produção da indústria Maguary, localizada em Sapé (Fazenda Buracão), tem uma participação muito expressiva, tanto em relação à área explorada com abacaxi, quanto ao caráter inovador trazido pela mesma.

A fazenda Buracão, começou sua exploração no município de Sapé, no ano de 1958. Nesta época, as principais culturas da fazenda, eram o abacaxi, a cana-de-açúcar, a mandioca e o algodão. Com o passar dos anos a fazenda se expande na região, abrangendo atualmente uma área de 1.172,2 ha⁽²³⁾. Desse total, 546 ha são explorados com o abacaxi, sendo 110 ha para a variedade Pérola e o restante para a Smooth⁽²⁴⁾, o que equivale no seu total a uma produção anual de aproximadamente 5.000 toneladas do referido fruto.

Esta produção é complementada com o cultivo de diversos outros produtos que tomam 228 ha, com a cana-de-açúcar, mamão, banana, côco, etc., também destinados à industrialização. Além dessa atividade, a pecuária é também desenvolvida na fazenda, em 300 ha de pastos artificiais para 219 bovinos.

Com uma produção de abacaxi bastante significativa e totalmente voltada para o atendimento das necessidades de matéria-prima da indústria, em Bonito-Pernambuco a fazenda Bura

(23) Informações obtidas junto ao administrador e ao Agrônomo da própria fazenda. 1981.

(24) Esta variedade, foi introduzida na região pela própria Maguary, no ano de 1963. Atualmente, a maior produção da região, está concentrada nessa propriedade, sendo seu cultivo, totalmente destinado ao aproveitamento industrial.

ção, ainda assim não supre totalmente as necessidades de deman da da referida indústria, atendendo em geral em torno de 80%. Assim, os 20% restantes, são obtidos junto aos fornecedores da região⁽²⁵⁾.

Quanto ao número de trabalhadores, a fazenda Buracão con ta com 245 assalariados permanentes, 140 assalariados temporários existindo ainda 85 pessoas residentes na propriedade, perfazendo um total de 13 famílias.

Não resta dúvida que esta propriedade, além da utiliza ção em grande escala, de mão-de-obra assalariada, caracteriza-se ainda pela utilização, em larga escala, da mecanização. As sim, pode-se verificar a existência de 11 conjuntos de irriga ção por aspersão, distribuídos numa área de 180 ha, além de um grande número de equipamentos mecanizados, destinados exclusiva mente para o cultivo de abacaxi.

É inegável a presença de uma razoável utilização da mo derna tecnologia agrícola no processo produtivo do abacaxi em Sapé. Por outro lado, cumpre salientar que o processo de "mo dernização" em curso na cultura do abacaxi, não se restringe ao espaço físico da fazenda Buracão, mas estende-se também a um significativo número de propriedades do município, o que será a nalisado em maiores detalhes, no capítulo IV.

(25) Estes fornecedores não são exclusivamente intermediários mas, são tam bém simultaneamente, grandes e médios produtores de abacaxi.

3.3 - Notas Sobre a Propriedade Privada da Terra

O acesso à terra, num sistema de propriedade privada, es
tã diretamente condicionado à estrutura da propriedade e aos in
teresses de seus proprietários. Aqueles que não forem proprie
tários deste meio de produção, mesmo tendo experiência, instru
mentos e disposição para aproveitá-lo, só poderão exercer ativi
dades agropecuárias se os proprietários assim o desejarem.

A terra, enquanto propriedade privada, pode ser explora
da tanto pelos seus proprietários quanto, ainda que eventual
mente, pelos não-proprietários. O direito ao seu uso por aque
les que não são seus proprietários está, via de regra, condicio
nado ao pagamento de um tributo: a renda da terra.

O monopólio da propriedade da terra por uma classe so
cial determinada implica necessariamente na expropriação dos
produtores imediatos. Este monopólio não é um produto da natu
reza, mas o resultado de uma evolução histórica, gerando condi
ções nas quais uma classe exclui as outras do acesso direto à
terra. E, a simples existência de produtores, que poderão ser
ou não os próprios proprietários, não resulta da propriedade en
quanto tal, mas diz respeito à organização social imperante.

Constitui assim, a propriedade privada da terra, pressu
posto histórico e base de sustentação do modo capitalista de
produção. No entanto, o capitalismo, ao iniciar seu desenvol
vimento, encontra formas de apropriação da terra que não lhe
correspondem. Mas, esta ordem de produção, ao se desenvolver,
cria as formas que lhe são apropriadas.

Nesse nível, um dos resultados alcançados pelo capitalis
mo no campo é a separação da terra - como condição de trabalho-

da propriedade fundiária e do proprietário posto que permite que a propriedade fundiária adquira assim sua forma puramente econômica, assumindo total independência frente ao uso da terra. Na verdade, a mera existência de proprietários de um lado e de produtores não-proprietários de outro, é um dos resultados do modo capitalista de produção, gerando significativas transformações nas relações de propriedade na agricultura.

Dentro desse contexto, torna-se interessante estudar neste capítulo, a estrutura de apropriação da terra, tendo em vista que esta estrutura é a base sobre a qual se firma todo o organismo produtivo da agricultura. Assim, procurar-se-á verificar como se encontra distribuída (concentrada ou não) a propriedade da terra no município de Sapé, bem como entre os proprietários fundiários produtores de abacaxi do mesmo município.

Nos capítulos seguintes, examinar-se-ão as implicações que esta distribuição tem sobre os demais agentes envolvidos na atividade agropecuária.

Os principais aspectos dessa estrutura agrária serão mencionados através das informações obtidas no Cadastro do INCRA, para o ano de 1978. Além disso, a análise será complementada com os dados fornecidos pelo IBGE e com os dados colhidos através da pesquisa de campo.

3.4 - A Posse da Terra em Sapé

Para o estudo da estrutura fundiária, toma-se aqui como variável principal a forma pela qual se distribui a posse da terra em Sapé.

No quadro 8, encontra-se um resumo a respeito da distribuição percentual dos estabelecimentos rurais nos anos 1960 e 1980.

QUADRO 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, DA ÁREA TOTAL E ÁREA MÉDIA, POR GRUPOS DE ÁREAS, SAPÉ - 1960/1980

| GRUPOS DE ÁREA (HA) | ESTABELECIMENTOS | | ÁREA TOTAL (HA) | | ÁREA MÉDIA (HA) | |
|------------------------|------------------|---------------|-----------------|----------------|-----------------|---------|
| | 1960 | 1980 | 1960 | 1980 | 1960 | 1980 |
| Menos de 10 | 1.960(89,0%) | 1.438(85,0%) | 5.695(14,4%) | 3.075(8,3%) | 2,9 | 2,1 |
| 10 — 100 | 198(9,0%) | 198(11,7%) | 3.986(10,1%) | 5.085(13,7%) | 20,1 | 25,6 |
| 100 — 1.000 | 35(1,6%) | 45(2,7%) | 12.822(32,5%) | 14.895(40,0%) | 366,3 | 331,0 |
| 1.000 e mais | 10(0,4%) | 10(0,6%) | 16.963(43,0%) | 14.159(38,0%) | 1.696,3 | 1.415,9 |
| T O T A L | 2.203(100,0%) | 1.691(100,0%) | 39.466(100,0%) | 37.214(100,0%) | 17,91 | 22,01 |

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários da Paraíba - 1960 - 1980.

Partindo-se para a verificação de como se distribui a posse da terra em Sapé, segundo a condição do produtor, os dados do quadro 9 possibilitam a realização da análise.

QUADRO 9 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR POR ESTABELECIMENTO E ÁREA
SAPÉ - 1960/1980

| A N O S | TOTAL ABS. | | CONDIÇÃO DO PRODUTOR | | | | | | | |
|---------|------------|--------|----------------------|--------|--------------|--------|----------|--------|----------|--------|
| | ESTAB. | ÁREA | PROPRIETÁRIO | | ARRENDATÁRIO | | OCUPANTE | | PARCEIRO | |
| | | | % ESTAB. | % ÁREA | % ESTAB. | % ÁREA | % ESTAB. | % ÁREA | % ESTAB. | % ÁREA |
| 1960 | 2.203 | 39.466 | 27,6 | 37,6 | 67,0 | 20,1 | 0,9 | 0,2 | 4,5 | 42,1 |
| 1980 | 1.691 | 37.214 | 67,5 | 94,4 | 20,9 | 3,9 | 11,5 | 1,7 | 0,1 | 0,1 |

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários da Paraíba - 1960 e 1980.

Como pode ser verificado, os estabelecimentos de responsabilidade dos proprietários, apresentam elevação da participação no total de estabelecimentos no período analisado. No período compreendido entre 1960 e 1980, a participação desses estabelecimentos eleva-se de 27,6% para 67,5%. Quanto à área de responsabilidade dos proprietários, há igualmente uma elevação de 37,6% para 94,4% no período.

Quanto aos arrendatários, observa-se uma tendência de crescente no número total de estabelecimentos no período em estudo, tendo passado de 67,0% para 20,9%. Em referência a área ocupada, cujos responsáveis pertencem a esta categoria, verifica-se uma redução significativa ao longo dos anos, passando de 20,1% para apenas 3,9%.

No que se refere a categoria de ocupante nessa região,

há um razoável crescimento no número de estabelecimentos, passando de 0,9% para 11,5%. Em relação à área ocupada por esta categoria, a tendência se repete, isto é, verifica-se um crescimento de 0,2% em 1960 para 1,7% em 1980.

Quanto ao parceiro, esta categoria apresenta decréscimo no período analisado, tanto em relação ao número de estabelecimentos - que decresce de 4,5% em 1960 para 0,1% em 1980 - quanto em relação à área ocupada - que decresce de 42,1% para 0,1%, no período 1960/1980.

Os quadros 8 e 9, permitem dimensionar alguns aspectos da estrutura agrária do município de Sapé. Grosso modo, os fatos que sobressaem destes quadros são, em suma, os seguintes:

- O quadro 8 evidencia a persistência do elevado padrão de concentração da propriedade fundiária nesse município, mesmo quando em termos de evolução no tempo (60/80), os dados mostram decréscimo tanto em relação à área dos estabelecimentos quanto ao seu número total.

Assim, pode-se verificar que 85% dos estabelecimentos têm áreas inferiores a 10 ha e possuem, em 1980, pouco mais de 8% da área recenseada. Por outro lado, verifica-se que os estabelecimentos de mais de 1.000 ha, que não chegam a representar 1% do número total dos estabelecimentos, se apropriam de uma grande porção da terra, isto é quase 40% da área total dos mesmos.

Também é interessante observar que, ao longo do período analisado, o fracionamento das terras se dá em quase todos os grupos de área, o que pode ser confirmado com a evolução da área média. No período entre 60 e 80, verifica-se que apenas o grupo de menos de 100 ha apresenta-se como exceção, incorporando mais terras, o que pode ser verificado através da evolução em sua área média de 20,1% para 25,6%.

Frente ao exposto, pode-se perceber uma nítida polarização nos extremos da distribuição: num pólo, um grande número de estabelecimentos de reduzidíssimas dimensões, enquanto que no outro, um número muito pequeno de grandes estabelecimentos. Assim, concentração e polarização fundiária são fenômenos comuns no município de Sapé.

- Quanto à distribuição da posse da terra segundo a condição do produtor (quadro 9), observa-se que a grande maioria (67,5%) dos produtores rurais é, em 1980, de proprietários, absorvendo a maior parte das terras ocupadas, isto é, 94,4%. Por outro lado, destacam-se os arrendatários que representam 20,9% dos produtores, enquanto se apropriam de apenas 3,9% do total das terras, em 1980. Nesse mesmo ano, os ocupantes e os parceiros embora representem 11,6% dos produtores, ocupam menos de 2% das terras.

De forma geral, verifica-se que embora ocorra no período em estudo uma redução tanto no número quanto na área total dos estabelecimentos, mais de 90% do total das terras ocupadas pelos estabelecimentos agropecuários da região ainda são utilizadas pelos seus próprios proprietários. Por outro lado, percebe-se um virtual decréscimo tanto no número dos estabelecimentos dos produtores-arrendatários quanto na área total, ocupada pelos mesmos.

Assim, verifica-se que não apenas o número de estabelecimentos e suas respectivas áreas, utilizadas pelos arrendatários e parceiros vêm decrescendo significativamente, nesses últimos anos, mas também que a ocupação mais significativa da terra em Sapé, é a exercida pela categoria dos proprietários.

Partindo-se agora para aferir a distribuição dos imóveis entre os proprietários fundiários produtores de abacaxi na região, procurar-se-á verificar se a propriedade fundiária entre os mesmos também apresenta níveis elevados de concentração.

3.5 - A Posse da Terra entre os proprietários fundiários produtores de abacaxi

A análise da estrutura fundiária que compõe o setor agropecuário do município de Sapê ou, mais especificamente, da distribuição da propriedade da terra entre os proprietários fundiários produtores de abacaxi na referida região⁽²⁶⁾, pode ser feita a partir do quadro 10.

Este quadro revela minuciosamente as variações nos diferentes grupos de imóveis rurais encarados através de sua área explorada total e área explorada com abacaxi. De sua análise, pode-se observar uma sensível concentração, polarizada entre os extremos da distribuição: num extremo, um elevado número de pequenos imóveis, detentores de pequenas áreas e noutro, um reduzido número de imóveis, apropriando-se de consideráveis porções de terra. Assim, do total de 30 imóveis cadastrados que apresentam consistência, 15, isto é, 50%, possuem apenas 210,6 ha do total de 10.589,5%, ou seja, 2%. Noutro extremo, temos apenas 2 imóveis com 1.000 e mais ha, que representam 6,7% dos imóveis, apropriando-se de 6.000,6 ha, ou seja, 56,7% da área total.

(26) Neste trabalho, a classificação da propriedade fundiária em pequena (de menos de 50 ha), média (de 50 a menos de 1.000 ha) e grande (de 1.000 e mais ha) é retomada de José F. Graziano da Silva.

QUADRO 10 - NÚMERO, ÁREA TOTAL, ÁREA EXPLORADA TOTAL, ÁREA EXPLORADA COM ABACAXI E ÁREA MÉDIA TOTAL EXPLORADA E EXPLORADA COM ABACAXI, NOS IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES DE ABACAXI. SAPÉ - PARAÍBA - 1978

| Classes de área (ha) | Número de Imóveis * | Área total (ha) (2) | Área explorada da total (ha) (3) | Área explorada com abacaxi (ha) (4) | Á R E A M É D I A | | | % da área de abaca xi em relação à área explorada (ha) (4 ÷ 3 x 100) |
|-------------------------|------------------------|---------------------------|--|--|-----------------------|------------------------------------|---|---|
| | | | | | Total (ha) (2 ÷ 1) | Explorada total (ha) (3 ÷ 1) | Explorada c/ abacaxi (ha) (4 ÷ 1) | |
| 0 — 5 | 3 | 12,2 | 10,9 | 6,4 | 4,1 | 3,6 | 2,1 | 58,7 |
| 5 — 10 | 3 | 23,2 | 17,0 | 12,0 | 7,7 | 5,6 | 4,0 | 70,6 |
| 10 — 20 | 6 | 94,0 | 70,0 | 42,0 | 15,7 | 11,6 | 7,0 | 60,0 |
| 20 — 50 | 3 | 81,2 | 33,0 | 28,0 | 27,1 | 11,0 | 99,3 | 84,8 |
| 50 — 100 | 3 | 252,8 | 184,0 | 54,0 | 84,3 | 61,3 | 18,0 | 29,3 |
| 100 — 200 | 4 | 578,5 | 295,0 | 260,0 | 144,6 | 73,7 | 65,0 | 88,1 |
| 200 — 500 | 1 | 310,0 | 143,0 | 60,0 | 310,0 | 143,0 | 60,0 | 42,0 |
| 500 — 1.000 | 5 | 3.237,0 | 2.575,0 | 540,0 | 647,4 | 515,0 | 108,0 | 21,0 |
| .000 e mais** | 2 | 6.000,6 | 5.088,4 | 358,0 | 3.000,3 | 2.544,2 | 179,0 | 7,0 |
| O T A L | 30 | 10.589,5 | 8.416,3 | 1.360,4 | 352,9 | 280,5 | 45,3 | 16,2 |

ONTE: Agrupamento construído a partir dos dados do Cadastro do INCRA - 1978.

* Foram excluídos os imóveis com inconsistência na declaração da área total

** Não está incluída a fazenda Buracão (Maguary), por apresentar inconsistência na declaração de área.

Em relação à área explorada total, observa-se o mesmo fenômeno: enquanto os 15 imóveis com menos de 50 ha apropriam-se de apenas 130,9 ha, correspondendo a uma área média de 8,73 ha/imóvel, destaca-se noutro extremo, um número muito pequeno de grandes imóveis com 1.000 ha ou mais, apropriando-se de 5.088,4 ha, com uma área de 2.544,2 ha por imóvel, em média.

Observando-se a distribuição dos imóveis em relação à área explorada com abacaxi (1.360,4 ha), pode-se perceber que aqueles imóveis situados nos grupos de área com menos de 50 ha detêm apenas 6,5% da referida área, isto é, 83,4 ha. Por outro lado, os imóveis com 1.000 e mais ha, se apropriam de 358 ha, ou seja, 26,3% da área explorada com este produto.

Levando-se em conta, finalmente, a distribuição percentual da área explorada com abacaxi em relação a área explorada total, pode-se perceber uma expressiva participação deste produto em quase todos os grupos de área, sendo exceção apenas os dois últimos grupos, que apresentam 21% e 7%, respectivamente.

Conforme pode ser visto pelos dados acima apresentados, os imóveis com 1.000 e mais ha, embora detenham grandes porções de terra (56,7% da área total), ficam aquém das pequenas e médias propriedades quanto à porcentagem da área cultivada com abacaxi.

Os dados apresentados evidenciam um elevado padrão de concentração da propriedade da terra, haja visto que 60% dos imóveis rurais têm áreas inferiores a 100 ha e possuem apenas 4,4% da área cadastrada. Por outro lado, os imóveis de mais de 100 a menos de 1.000 ha, embora representem apenas 33,3% do número total de imóveis, se apropriam de quase 40% da área total dos mesmos. Entretanto, ao se considerar apenas os imóveis de 1.000 e mais ha, que representam uma ínfima parte do total de

imóveis, isto é, 6,7%, ver-se-á que eles ocupam mais da metade da área total, ou seja, 56,7%.

Quanto a polarização fundiária dos extremos da distribuição, verifica-se que num pólo, os três imóveis rurais de menos de 5 ha, ocupam uma área total de 12,2 ha, correspondendo a uma área média de 4,1 ha para cada um. Em contraste, verifica-se que no outro pólo, apenas dois imóveis de 1.000 ha ou mais, os quais ocupam precisamente 6.000,6 ha, apresentam uma área média de grandes dimensões, isto é, 3.000,3 ha/imóvel.

Adicionalmente, cabe fazer a análise comparativa entre os dados obtidos na pesquisa de campo em 1981 (ver anexo III, p. 3), relativos aos estabelecimentos dedicados ao cultivo do abacaxi e àqueles, relativos à distribuição dos estabelecimentos no Brasil, na Paraíba e em Sapé, fornecidos pelo IBGE. Estas informações podem ser encontradas a partir da análise do quadro 11.

Inicialmente, os dados mostram uma significativa concentração dos estabelecimentos, na classe de área de menos de 10ha, apresentando índices de 50,4% para o Brasil, 66,9% para a Paraíba, 89,3% para o Agro-Pastoril e 85,0% para Sapé. Quanto aos dados de campo no tocante a esta classe de área, observa-se que tanto o índice de concentração dos estabelecimentos quanto o de sua participação na área total são menores que os relativos as demais regiões apresentadas no quadro. Para a classe de área de 10 a menos de 100 ha, os dados de campo evidenciam uma situação inversa, no tocante a concentração dos estabelecimentos, apresentando um índice maior que os das demais regiões, embora apresente a menor participação na área total, quando comparada com as referidas regiões.

Finalmente, para a classe de área de 100 e menos de

QUADRO 11 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS (UNIDADES PRODUTIVAS), E SUA ÁREA TOTAL
(Nºs ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) POR GRUPO DE ÁREA - 1980

| LOCALIDADE | TOTAL | | < 10 | | 10 — 100 | | 100 — 1.000 | | 1.000 — 10.000 | | > 10.000 | | SEM DECLARAÇÃO | |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| | ESTAB. Nº | ÁREA (HA) | ESTAB. Nº | ÁREA (HA) | ESTAB. Nº | ÁREA (HA) | ESTAB. Nº | ÁREA (HA) | ESTAB. Nº | ÁREA (HA) | ESTAB. Nº | ÁREA (HA) | ESTAB. Nº | ÁREA (HA) |
| Brasil * | 5.167.578 | 369.587.872 | 2.603.567 | 8.994.778 | 2.015.821 | 64.456.452 | 489.303 | 126.936.136 | 45.906 | 105.655.585 | 2.410 | 63.545.030 | 10.562 | - |
| % em relação ao total | | | (50,4) | (2,4) | (39,0) | (17,4) | (9,5) | (34,4) | (0,9) | (28,6) | (0,04) | (2,0) | (0,2) | |
| Paraíba ** | 167.561 | 4.921.755 | 112.037 | 334.971 | 46.333 | 1.353.417 | 8.535 | 2.117.226 | 570 | 1.041.780 | 3 | 64.361 | 83 | - |
| % em relação ao total | | | (66,9) | (7,0) | (27,7) | (27,5) | (5,1) | (43,0) | (0,3) | (21,2) | (0,0) | (1,3) | (0,0) | - |
| Agro-Pastoril do Baixo Paraíba ** | 9.715 | 141.595 | 8.679 | 16.488 | 810 | 21.444 | 204 | 62.947 | 21 | 40.716 | - | - | - | - |
| % em relação ao total | | | (89,3) | (11,7) | (8,4) | (15,1) | (2,1) | (44,4) | (0,2) | (28,8) | 0 | 0 | 1 | - |
| Sapé ** | 1.691 | 37.214 | 1.488 | 3.075 | 198 | 5.085 | 45 | 14.895 | 10 | 14.159 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| % em relação ao total | | | (85,0) | (8,3) | (11,7) | (13,7) | (2,7) | (40,0) | (0,6) | (38,0) | - | - | - | - |
| Amostra *** | 38 | 6.684,3 | 9 | 45 | 16 | 654,2 | 11 | 3.385,3 | 2 | 2.599,8 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| % em relação ao total | | | (23,7) | (0,7) | (42,1) | (9,8) | (28,9) | (50,6) | (5,2) | (38,9) | - | - | - | - |

FONTE: * IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1980.
 ** IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba - 1980.
 *** Pesquisa de Campo - 1981 (ver Anexo III, p. 3).

1.000 ha, os dados da pesquisa de campo evidenciam, quando comparados com os obtidos para as demais regiões constantes do quadro, não só a mais alta concentração do número de estabelecimentos como também a mais elevada participação na área total dos mesmos.

Ao se comparar os dados da pesquisa com os do município de Sapé, verificam-se elevados níveis de concentração. Assim, enquanto que no referido município 0,6% dos estabelecimentos de têm uma área de 38% em relação ao total, tem-se no outro extremo da distribuição, um expressivo percentual dos estabelecimentos, isto é, 85%, participando apenas de 8,3% da área total.

Da mesma forma, os dados da pesquisa de campo apresentam, num pólo, 5,2% dos estabelecimentos participando em quase 40% da área total, enquanto no outro pólo, 23,7% dos estabelecimentos detêm apenas 0,7% da área total pesquisada.

Naturalmente existem limitações nos dados utilizados os quais, infelizmente, não permitem que se faça um estudo mais rigoroso da problemática em questão. Mesmo assim, acredita-se que de sua análise é possível inferir algumas conclusões.

Em Sapé, não obstante a expressiva participação dos proprietários fundiários, existe ainda um razoável número de arrendatários dedicados ao cultivo do abacaxizeiro. Por isso, a relação do tipo arrendamento, se apresenta ainda como forma bastante comum na organização da produção deste fruto.

Contudo, cabe ressaltar que os métodos de investigação utilizados pelo INCRA, não pesquisam os imóveis segundo a "condição principal do produtor" (proprietários, parceiros e ainda arrendatários e ocupantes). Então, não foi possível, através dos dados do INCRA, verificar a participação dos arrendatários na produção de abacaxi na região.

No entanto, pode-se perceber pelos dados do quadro 9, fornecidos pelo IBGE, que esta situação tem sofrido algumas mudanças no decorrer do tempo, refletidas na significativa queda no número de estabelecimentos sob responsabilidade dos arrendatários em Sapé entre os anos 1960/80. Esta redução, tanto na área quanto no número dos referidos estabelecimentos, vem assumindo significativas proporções na região, especialmente no que se refere ao cultivo do abacaxizeiro.

Grosso modo, pode-se afirmar que não apenas a quantidade de terra cedida em arrendamento vem decrescendo nos últimos anos, mas também pode-se verificar "in loco" que no município de Sapé esboça-se uma tendência onde parte das terras ocupadas com abacaxi estão, gradualmente, sendo substituídas pela cultura da cana-de-açúcar. Como exemplo, pode-se citar algumas propriedades que até o ano de 1980 foram grandes produtoras de abacaxi e que atualmente estão, com suas áreas totalmente ocupadas com a cana-de-açúcar.

- Fazenda Santa Eunice - 162,7 ha;
- Fazenda Nascimento do Una - 5.360 ha;
- Fazenda São João - 650 ha;
- Fazenda Ribeiro - 600 ha;
- Fazenda Santa Júlia - 150,6 ha;
- Fazenda Santa Célia - 155,1 ha;
- Fazenda Jaguarema - 665 ha.

Com referência ainda a essa questão, acredita-se que um dos fatores que estariam contribuindo para a regressão de área

na exploração do abacaxi, decorreria do Programa Nacional do Alcool na região⁽²⁷⁾.

Quando de sua implantação, o PROÁLCOOL, com recursos abundantes e uma política de financiamento a longo prazo a juros quase totalmente subsidiados, provocou um considerável crescimento na procura de terras por parte dos beneficiários do programa, contribuindo conseqüentemente, para a sua valorização e especulação dificultando ainda mais o seu acesso aos não-proprietários.

No caso específico de Sapé, onde a lavoura canavieira constitui o produto comercial mais importante da região, acredita-se que frente ao virtual aumento do preço do arrendamento - resultado da valorização das terras - houve um deslocamento da exploração do abacaxi para outras regiões onde o preço da terra não era tão elevado. Assim, tanto a compra da terra, como o arrendamento para a exploração do abacaxi em outras localidades, torna-se prática freqüente entre alguns produtores de abacaxi de Sapé. Este fato pode ser verificado quando se observa o quadro 12 que agrupa alguns municípios que no passado não tinham muita representatividade no cultivo do abacaxi e que atualmente são caracterizados como grandes produtores deste fruto, respondendo em conjunto por 30,8% da quantidade produzida e 32,1% do valor da produção estadual de abacaxi no ano de 1980.

(27) Naturalmente, diversos outros fatores determinam a retração da área do abacaxi, como por exemplo: declínio das exportações do fruto, nos últimos anos; aumento virtual dos preços dos insumos; aumento dos juros bancários; grandes oscilações no preço do produto, etc.. Contudo, não se pode negar que a recente expansão da área de cana, bem como a implantação de destilarias de álcool na região - fruto dos incentivos do PROÁLCOOL - tem contribuído enormemente, na substituição de áreas antes ocupada com abacaxi, pela cana.

QUADRO 12 - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DE
DE ABACAXI EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA - 1973/1980

| MUNICÍPIO | ÁREA COLHIDA (HA) | | QUANT. PRODUZIDA (1.000 frutos) | | VALOR (Cr\$ 1.000) | |
|----------------|----------------------|------|------------------------------------|--------|-----------------------|--------|
| | 1973 | 1980 | 1973 | 1980 | 1973 | 1980 |
| Mamanguape | 180 | 600 | 1.800 | 10.800 | 540 | 54.000 |
| Pedras de Fogo | 340 | 600 | 6.120 | 10.200 | 2.448 | 45.900 |
| Itapororoca | 60 | 384 | 360 | 6.912 | 108 | 34.560 |
| Jacarau | 110 | 360 | 1.100 | 6.480 | 330 | 32.400 |

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal - 1973/80.

A conclusão geral a que se pode chegar quanto à utilização da propriedade fundiária em Sapê - analisada apenas pelo seu aspecto externo, isto é, através de sua área total, - é que a estrutura agrária do referido município está em perfeito acordo com o modelo das demais estruturas agrárias brasileiras: evidencia um elevado padrão de concentração.

Naturalmente, sabe-se que a noção de estabelecimento usada pelo IBGE, mascara profundamente a realidade fundiária. Mesmo assim acredita-se que os dados apresentados anteriormente, revelam de forma inquestionável, a concentração da terra no município de Sapê.

Para se dar continuidade ao estudo, cumpre agora, abandonar as considerações sobre o modo de apropriação da terra, para que sejam consideradas as demais dimensões do organismo produtivo.

Assim busca-se verificar até que ponto essa estrutura fundiária - concentrada - tem impedido ou não a introdução e a difusão de progresso técnico no setor agrícola.

C A P Í T U L O I V

AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA EM SAPÉ

4. AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA EM SAPÉ

4.1 - O Desenvolvimento Técnico da Agropecuária em Sapé

A agricultura é um dos campos de reprodução e valorização do capital que, quando transformada num empreendimento puramente capitalista, sofre alterações substanciais nas suas formas de organização da produção. Assim, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura consiste sobretudo na passagem da agricultura natural à agricultura mercantil, onde a organização "tradicional" da agricultura - que associava terra com mão-de-obra - passa a ser substituída pela organização com bases técnicas ditas avançadas.

Sendo assim, o processo de "modernização", incorporado a base produtiva do abacaxi em Sapé, não difere, em substância dos já identificados em outros produtos e/ou regiões. O importante a destacar nesse caso, é sem dúvida, que sua essência e objetivos são os mesmos, isto é, comandar as condições de produção no setor agrícola, constituindo-se em eixo propulsor e determinante da acumulação de capital, em torno do qual oscilam as condições de produção das mercadorias na agricultura.

Para a verificação do caráter capitalista da produção agrícola, tomam-se alguns critérios, como a utilização de capital na produção na forma de máquinas, instrumentos agrícolas, fertilizantes e o trabalho assalariado, etc., já apresentados na parte introdutória do presente trabalho. Com efeito, a verificação da presença das condições que consubstanciam o modo capitalista de produção - que visa a reprodução e a acumulação do

capital-constituem-se na preocupação central no presente capítulo.

Em princípio, cumpre destacar que em virtude da não obtenção dos dados do Banco Central⁽²⁸⁾, referente a classificação da produção em pequena, média ou grande para ano de 1978, tendo por base a receita bruta anual da exploração agrícola, não será possível à análise com estas categorias.

Naturalmente se tem consciência do fato de que a extensão de uma propriedade por si só não é o determinante de seu possível caráter capitalista, não definindo portanto, a natureza e a escala da exploração. Por isso, sendo imprecisa esta classificação - baseada no tamanho da propriedade rural - adota-se então certos indicadores (já anteriormente definidos) seguramente mais precisos para a definição do caráter capitalista da exploração.

No quadro 13, estão agrupadas algumas variáveis que tratam, grosso modo, a incorporação da mecanização da atividade agropecuária. Para se balizar melhor o estudo, tomam-se os dados do Agro-Pastoril do Baixo Paraíba como termo de comparação para que se possa verificar a existência ou não de uma defasagem desse município em relação aos níveis técnicos alcançados no Agro-Pastoril.

No referido quadro, estão computados o número total de

(28) O critério de classificação dos produtores em categorias distintas (pequeno, médio e grande), utilizado pelo Banco Central do Brasil, é baseado nos limites do M. V. R. - Maior Valor de Referência. Esse critério de classificação, tem por base o valor da produção auferida na exploração agropecuária no ano anterior (jan/dez.). Todavia, cumpre destacar que como não foi possível obter o referido valor para o ano de 1978 e, como os dados de que se dispõe não permitem tal classificação, optou-se pela utilização de outros critérios já anunciados.

QUADRO 13 - ARADOS, MÁQUINAS, TRATORES, NÚMERO DE HECTARES CULTIVADOS POR TRATOR*
 NO AGRO PASTORIL DO BAIXO PARAÍBA** E NO MUNICÍPIO DE SAPÊ*** - PARAÍBA - 1970/1980.

| LOCALIDADES | 1970 | | 1970 | | 1980 | | 1980 | | 1970 | 1980 | 1970 | 1980 |
|--------------------------------|---------------|-----------------|----------|----------|---------------|-----------------|----------|----------|------|------|-------|-------|
| | ARADOS | | MÁQUINAS | | ARADOS | | MÁQUINAS | | | | | |
| | Tração Animal | Tração Mecânica | Plantio | Colheita | Tração Animal | Tração Mecânica | Plantio | Colheita | | | | |
| Agro Pastoril do Baixo Paraíba | 1.389 | 144 | - | 17 | 2.082 | 327 | 43 | 21 | 162 | 348 | 251,5 | 134,8 |
| Sapê | 40 | 55 | - | 2 | 51 | 65 | 17 | 10 | 68 | 140 | 260,4 | 119,5 |

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários da Paraíba

- * Soma da área de lavouras permanentes e temporárias dividida pelo número de tratores.
- ** A área cultivada em 1970 e 1980 é 40.738 e 46,127 ha, respectivamente.
- *** A área cultivada em 1970 e 1980 é 17,710 e 16.735 ha, respectivamente.

arados, máquinas e tratores utilizados na atividade agrícola do Agro Pastoril e de Sapê nos anos de 1970 e 1980.

Comparando-se inicialmente o número total de arados a tração mecânica e máquinas para colheita no Agro Pastoril no ano de 1970, constata-se que Sapê participa em 38,2% e 11,7% desse total, respectivamente. Tomando esses valores para o ano de 1980, vê-se que a participação de Sapê alcança 19,9% no número total de arados mecânicos e 47,6% no total das máquinas para colheita do Agro Pastoril. Verifica-se ainda, a existência, no ano de 1980, no Agro Pastoril de 43 máquinas para plantio, onde Sapê participa com quase 40% nesse número total.

Considerando-se o número de tratores para o ano de 1980, vê-se que Sapê contribui em 40,2% do número total de tratores do Agro Pastoril.

De maneira geral, a incorporação da tecnificação na exploração agrícola do Agro Pastoril e de Sapê pode ser melhor apreciada quando se considera a relação hectares cultivados (ver ainda quadro 13). No Agro Pastoril em 1970 essa relação era de 251,5 ha/trator caindo em 1980 para 134,8 ha/trator enquanto que em Sapê de 260,4 ha/trator em 1970, a relação cai para 119,5 ha/trator.

Este processo de capitalização, com a incorporação da tecnificação na exploração agrícola de Sapê, pode ainda melhor ser revelado com os dados do quadro 14, onde estão agrupados a título de exemplo o número de tratores e do pessoal ocupado na atividade agropecuária, nos anos de 1970 e 1980, em diferentes áreas de concentração da produção de abacaxi na Paraíba. De sua análise verifica-se que paralelamente ao aumento do número de tratores (76,9%) diminui o número de pessoal ocupado (-5,4%). Verifi

QUADRO 14 - NÚMERO DE TRATORES E PESSOAL OCUPADO NOS DIFERENTES MUNICÍPIOS
DA PARAÍBA - 1970/1980

| MUNICÍPIOS | NÚMERO DE TRATORES | | | PESSOAL OCUPADO | | |
|------------|--------------------|------|-----------------------|-----------------|--------|-----------------------|
| | 1970 | 1980 | VARIAÇÃO % 1970/80 | 1970 | 1980 | VARIAÇÃO % 1970/80 |
| Sapê | 68 | 140 | + 105,8 | 12.296 | 10.542 | - 14,3 |
| Mari | 22 | 61 | + 117,2 | 3.511 | 2.597 | - 26,0 |
| Mamanguape | 72 | 74 | + 2,7 | 6.668 | 8.163 | + 22,4 |
| Jacarau | 3 | 17 | + 466,6 | 8.813 | 8.292 | - 5,9 |
| T O T A L | 165 | 292 | + 76,9 | 31.288 | 29.594 | - 5,4 |

FONTE: IBGE - Sinótese Preliminar - Paraíba - 1970/1980.

ca-se ainda que entre os anos de 1970 e 1980, Sapé teve um considerável aumento no número de tratores (105,8%) e uma redução no montante do pessoal ocupado (-14,3%). Observe-se que no único município que houve aumento no número de pessoal ocupado (Mamanguape), praticamente não houve aumento no número de tratores

Não se quer com o anterior afirmar que existe uma causa lidade direta entre o número de tratores e o número de pessoal ocupado mas, sim entre a tecnificação em geral e o número de pessoal ocupado. Neste caso, os tratores servem apenas como exemplo de tecnificação.

As modificações assinaladas dão apenas uma idéia aproximada das alterações ocorridas na base técnica do processo produtivo de Sapé. Sem dúvida, houve mudanças na forma de organizar a atividade agropecuária no município. Todavia, estas mudanças mostram-se com mais força se se toma as informações relativas ao número de arados mecânicos e dos tratores no período 1970/80 (vide novamente quadro 13). Nesse período, fica evidenciado o crescimento do número desses implementos mecânicos, onde chama a atenção - no movimento de tecnificação x capitalização - não apenas o virtual crescimento no número de tratores que em 1970 somavam 68 e em 1980, cifram 140, mas sobretudo, o surgimento na região de 17 máquinas de plantio no referido produto.

Até agora os dados considerados a respeito do desenvolvimento técnico da exploração agrícola no município de Sapé foram tomados globalmente não permitindo uma análise das diferenciações internas dos elementos que compõem a estrutura dessas explorações. No entanto, o processo de desenvolvimento do capitalismo - com a concentração dos meios de produção - implica diferenciações progressivas nas unidades produtivas agrícolas. Por isso, torna-se indispensável estudar a utilização dos meios de produção pelos diferentes grupos de propriedades (pequenas, mé

dias e grandes). Para a realização desse estudo, serão considerados unicamente os produtores de abacaxi em Sapé, onde estas diferenciações internas passam a ser dimensionadas com os dados do cadastro do INCRA, para o ano de 1978.

4.2 - A aplicação de capital e progresso técnico na exploração do abacaxi

Efetivamente, existe uma estreita correlação entre o desenvolvimento técnico da atividade agropecuária e a utilização das forças de trabalho animal e mecânica, mais particularmente desta última, enquanto que prevalece uma correlação inversa entre o grau do avanço técnico e a importância da força de trabalho humana. Da mesma forma, a intensificação da agricultura, com a substituição das práticas extensivas pelas intensivas, acha-se cada vez mais necessitada do uso de insumos industriais modernos.

Para uma melhor avaliação do nível de intensificação da exploração agrícola entre os produtores de abacaxi, passa-se à análise do quadro 15, onde se pode observar a distribuição percentual do uso de força (mecânica e animal) nos trabalhos agrários, de sementes ou mudas selecionadas, de defensivos, de adubos e a quantidade (kg) de fertilizantes químicos consumidos no imóvel/ha, segundo os estratos de tamanhos dos imóveis, do ponto de vista do número de propriedades.

Da análise desse quadro, vê-se que do total das propriedades produtoras de abacaxi, 66,6% usam tratores, enquanto, exatamente a metade (33,3%) recorre ao uso de implementos a tração animal. Observa-se ainda que a utilização de sementes e mudas selecionadas, defensivos e adubos nessas propriedades é sempre superior a 60%.

QUADRO 15 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PROPRIEDADES QUE USAM TRATORES, IMPLEMENTOS A TRACÇÃO ANIMAL, SEMENTES OU MUDAS SELECIONADAS, DEFENSIVOS, ADUBOS E QUANTIDADE DE FERTILIZANTES QUÍMICOS CONSUMIDOS NO IMÓVEL POR HECTARE - SAFÉ - 1 9 7 8

| CLASSES DE ÁREA (HA) | TRATORES (%) | IMPLEMENTOS À TRACÇÃO ANIMAL (%) | SEMENTES E MUDAS SELECIONADAS (%) | DEFENSIVOS (%) | ADUBOS (%) | QUANTIDADE DE FERTILIZANTES QUÍMICOS CONSUMIDOS NO IMÓVEL/HÁ (ANO ANTERIOR) (KG/HA) |
|-------------------------|-----------------|---|--|-------------------|---------------|---|
| 0 — 5 | 100,0 | - | - | 100,0 | - | 183,4 |
| 5 — 10 | 66,6 | 33,3 | 66,6 | 100,0 | 100,0 | 235,2 |
| 10 — 20 | 50,0 | - | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 400,0 |
| 20 — 50 | 66,6 | - | 66,6 | 66,6 | 66,6 | 393,9 |
| 50 — 100 | 66,6 | - | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 434,7 |
| 100 — 200 | 50,0 | 25,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 383,0 |
| 200 — 500 | - | - | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 419,5 |
| 500 — 1.000 | 100,0 | 20,0 | 80,0 | 80,0 | 80,0 | 125,7 |
| 1.000 e mais | 50,0 | - | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 102,3 |
| T O T A L | 66,6 | 33,3 | 80,0 | 93,3 | 83,3 | 136,0 |

FONTE: ANEXO IV

Quando se analisa esta distribuição por grupos de área, verifica-se que o uso de tratores se encontra praticamente generalizado em qualquer grupo de área, exceto o de 200 a menos de 500 ha, que não apresenta qualquer participação - cumpra observar no entanto, que a não utilização de tratores nesse grupo de área, deve-se, a um provável erro na declaração do informante.

O fato é que, independentemente desse "provável erro", o uso de tratores nessas propriedades é bem significativo.

Analisando o uso de implemento de tração animal para o conjunto das propriedades, verifica-se que este é pouco utilizado em qualquer tamanho das propriedades.

Sob o ângulo do uso de sementes e mudas selecionadas, defensivos e adubos nas propriedades de área inferior a 50 ha, verifica-se que estas apresentam participação, quase sempre, superior a 60%. Para as médias e grandes propriedades, esta participação é quase sempre 100%, onde apenas o grupo de área de 500 e menos de 1.000ha, se destaca com uma participação de 80%, seja no uso de sementes e mudas, seja no uso de defensivos ou adubos.

No que diz respeito à quantidade de fertilizantes químicos por hectare, consumidos nas pequenas e nas médias propriedades este consumo é muito mais alto do que nas grandes.

Considerando-se que estas propriedades têm como produto principal o abacaxi, seguramente este fato pode ser explicado tanto porque a produção desse fruto se concentra mais nas pequenas e médias propriedades quanto por ser esta produção - entre as demais da região - a que exige um maior emprego de fertilizantes. Dessa forma, quando se toma o grupo de menor área e compara-o com o de maior, verifica-se que o consumo de fertilizantes

zantes por hectare arável, nessas pequenas propriedades, se apresenta muito mais elevado (183,4 Kg por hectare) comparados com 102,3 Kg por hectare nas grandes.

Com efeito, pode-se afirmar com segurança que na cultura do abacaxi, o uso de força mecânica nos trabalhos agrários bem como de fertilizantes, defensivos, etc., constituem-se num preciso indicador do grau do avanço técnico dessa exploração agrícola.

Inicialmente pode-se identificar uma maior concentração do uso de tratores nas pequenas e médias propriedades. Por outro lado, verifica-se a quase absoluta ausência de tratores próprios nas propriedades de tamanho inferior a 50 ha, isto é, nas pequenas, onde quase 80% do total desses tratores próprios pertencem as propriedades de tamanho médio. (vide anexo IV, p. 4).

Observa-se ainda (quadro 15), que com exceção do uso de implemento de tração animal que é pouco utilizado em todos os tamanhos das propriedades, o uso dos insumos, se apresenta, grosso modo, bastante generalizado principalmente os defensivos, utilizados em todos os grupos de área.

Aliás, cumpre relembrar - já foi salientado em outra parte do trabalho - que a exploração do abacaxizeiro demanda cuidados especiais e por isso, os defensivos⁽²⁹⁾ em grande escala são utilizados por todos aqueles que se dediquem ao cultivo desse fruto. Assim, nas pequenas, médias e grandes propriedades onde esse fruto for cultivado em maior escala os defensivos serão conseqüentemente, mais utilizados.

No que diz respeito à quantidade de fertilizantes químicos

(29) Na cultura do abacaxizeiro, a utilização não apenas dos defensivos, mas também de inseticidas, fungicidas e herbicidas é uma prática muito usual contra insetos, pragas, ervas-mãs e doenças que provocam redução na produtividade da cultura.

cos utilizados por hectare nos diversos tamanhos de propriedades, estes se concentram em maior volume nas pequenas e médias propriedades.

Naturalmente, estas informações não esgotam as modalidades de tecnificação das atividades rurais. Ela pode ainda ser encarada sob o ângulo dos gastos em fertilizantes, sementes e mudas, máquinas e mão-de-obra.

Dessa forma, com o objetivo de melhor apreender o perfil da aplicação de capital na produção do abacaxi no município de Sapé, são analisados a seguir, com os dados do cadastro do INCRA, os valores dos diversos itens que compõem o capital fixo e circulante nos diferentes grupos de imóveis rurais.

Pelos dados do quadro 16 (vide também anexos V e VI, p. 5 e 6) que retratam esses valores, infere-se que do valor total das despesas realizadas nas 30 propriedades de abacaxi que totalizam Cr\$ 31.339.879, desse valor total, 27,8% representam despesas com o capital fixo, e 72,2% com o capital circulante.

Os resultados que agrupam os diversos itens que compõe o capital circulante encontram-se no quadro 17. Com base nesse quadro, sobressai como elemento mais representativo dessas despesas, o item "Fertilizantes e Defensivos" com uma participação de 41,5% do valor total. Em seguida, destacam-se os itens "Salários pagos diretamente a Empregados Eventuais" e "Outras despesas de Custeio", representados por 28,9% e 19,7% do valor total dos gastos em capital circulante. É necessário levar em conta que o que justifica uma participação tão inexpressiva no item "Sementes e Mudas" prende-se ao fato de que estas despesas, em sua maior parte estão declaradas no item "Outras despesas de Custeio", tendo em vista que segundo o Manual de Orientação do

QUADRO 16 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS EM CAPITAL-FIXO E CIRCULANTE NOS IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES DE ABAGAXI
EM SAPÉ - 1 9 7 8

| CLASSES DE ÁREA (HA) | CAPITAL FIXO | | CAPITAL CIRCULANTE | | T O T A L (C. FIXO + C. CIRCULANTE) | |
|-------------------------|--------------|------|--------------------|------|--|-------|
| | Cr\$ * | % | Cr\$ * | % | Cr\$ * | % |
| Menos de 50 | 3.800 | 0,9 | 438.300 | 99,1 | 442.100 | 100,0 |
| 50 a menos de 1.000 | 7.864.760 | 29,0 | 19.272.577 | 71,0 | 27.135.337 | 100,0 |
| 1.000 e mais | 832.700 | 22,1 | 2.929.742 | 77,9 | 3.762.442 | 100,0 |
| T O T A L | 8.701.260 | 27,8 | 22.640.619 | 72,2 | 31.339.879 | 100,0 |

FONTE: ANEXOS V e VI

(*) Cr\$ de 1978.

QUADRO 17 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS EM CAPITAL CIRCULANTE POR ÁREA EXPLORADA TOTAL COM ABACAXI NOS IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES DE ABACAXI EM SAPÉ - 1 9 7 8

| CLASSES DE ÁREA (HA) | C A P I T A L C I R C U L A N T E | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|-----------------------------------|-----|---------|------|---------|-----|---------|------|---------|------|---------|------|-----------|-------|
| | (1) | | (2) | | (3) | | (4) | | (5) | | (6) | | T O T A L | |
| | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % |
| Menos de 50 | 0 | 0,0 | 3.089 | 62,3 | 0 | 0,0 | 539 | 10,8 | 565 | 11,4 | 763 | 15,5 | 4.956 | 100,0 |
| 50 a menos de 1.000 | 1.107 | 5,2 | 6.053 | 28,7 | 118 | 0,6 | 4.013 | 19,0 | 648 | 3,1 | 9.145 | 43,4 | 21.084 | 100,0 |
| 1.000 e mais | 473 | 5,8 | 2.036 | 24,8 | 0 | 0,0 | 2.104 | 25,7 | 885 | 10,8 | 2.683 | 32,9 | 8.181 | 100,0 |
| T O T A L | 868 | 5,2 | 4.803 | 28,9 | 79 | 0,5 | 3.285 | 19,7 | 705 | 4,2 | 6.900 | 41,5 | 16.640 | 100,0 |

FONTE: ANEXO V

- (1) - Salários pagos a Empregados Permanentes
- (2) - Salários pagos Diretamente e Empregados Eventuais
- (3) - Despesas com mão-de-obra contratada através de Empreitada
- (4) - Outras despesas de custeio
- (5) - Sementes e Mudas
- (6) - Fertilizantes e Defensivos.

INCRA, neste item estão incluídos, além dos gastos com combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, custos de assistência técnica, etc., os gastos com sementes e mudas, fertilizantes, defensivos, corretivos, etc.

Dando prosseguimento à análise desse item, procura-se dimensionar o total dos gastos por hectare de área explorada com o capital circulante em relação aos distintos estratos de área, procurando salientar como se distribuem os diferentes elementos do referido capital entre os diversos grupos de áreas.

Da análise do quadro 17, percebe-se que são as propriedades de área entre 50 e menos de 1.000 ha, as que apresentam maiores gastos em capital circulante (Cr\$ 21.084/ha), em seguida destacam-se as de 1.000 e mais ha de área explorada com abacaxi (Cr\$ 8.181/ha), e, finalmente as pequenas propriedades com Cr\$ 4.956/ha. Verifica-se ainda que em todos os itens que compõe o capital circulante, são as propriedades de área entre 50 a menos de 1.000ha que dispendem, geralmente, a maior parte destes gastos.

Passando-se agora à análise do quadro 18, referente aos gastos em capital fixo, tem-se que, entre os diferentes itens que o compõe, destaca-se como principal componente desses gastos, o item "Equipamentos Motorizados" com uma participação de 56% do valor total. Em seguida, tem-se os itens "Melhoramentos e Instalações" representados por 15,8%; 13,1%; 10,1% e 5%, respectivamente do valor total do capital fixo.

Quando da análise do valor total do capital fixo, distribuídos entre os diversos estratos de tamanho das propriedades, ainda pelo quadro 18, vê-se que são as propriedades de área entre 50 e menos de 1.000 ha, que dispendem a maior parcela des

QUADRO 18 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS EM CAPITAL FIXO POR ÁREA EXPLORADA TOTAL COM ABACAXI NOS IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES DE ABACAXI
EM SAPÉ - 1 9 7 8

| CLASSES DE ÁREA (HA) | C A P I T A L F I X O | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|-------------------------|------|-------------|------|-------------|------|---------------|------|-----------------------------|------|----------------------------------|---|-----------|-------|
| | CULTURAS PERMANENTES | | CONSTRUÇÕES | | INSTALAÇÕES | | MELHORAMENTOS | | EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS | | EQUIPAMENTOS P/ TRAÇÃO ANIMAL | | T O T A L | |
| | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % |
| Menos de 50 | 23 | 52,6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 | 47,4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 43 | 100,0 |
| 50 a menos de 100 | 760 | 8,8 | 744 | 8,6 | 363 | 4,2 | 1.453 | 17,0 | 5.285 | 61,4 | 0 | 0 | 8.605 | 100,0 |
| 1.000 e mais | 1.245 | 53,3 | 558 | 24,0 | 280 | 12,3 | 126 | 5,5 | 119 | 4,9 | 0 | 0 | 2.328 | 100,0 |
| T O T A L | 839 | 13,1 | 647 | 10,1 | 317 | 5,0 | 1.009 | 15,8 | 3.582 | 56,0 | 0 | 0 | 6.394 | 100,0 |

ONTE: ANEXO VI

tes gastos, isto é, Cr\$ 8.605/ha. Em seguida, sobressai as propriedades de área de 1.000 e mais ha, apresentando Cr\$ 2.328/ha do capital fixo, enquanto as propriedades de área inferior a 50 ha, apresentam um dispêndio de apenas Cr\$ 43/ha.

Constata-se pelos dados do referido quadro, a inexpressiva participação das pequenas propriedades nos diversos itens do capital fixo. Em contraste a essa situação, as médias propriedades apresentam participação significativa em quase todos os elementos que compõe o capital-fixo (vide quadro 18). Verifica-se ainda, a absoluta ausência de gastos no item "Equipamentos para Tração Animal", em todos os tamanhos das referidas propriedades.

Com efeito, os elementos até então apresentados parecem indicar o caráter nitidamente capitalista que vem assumindo a produção. Sabe-se, que nesses últimos anos, o processo de modernização da cultura do abacaxi acelerou-se, provocando modificações nas relações de produção e de trabalho. Ao que parece, o processo de "modernização" em curso na cultura do abacaxi está determinado, ao mesmo tempo, tanto pela utilização mais intensiva do trabalho assalariado, quanto pelo uso crescente de insumos modernos que visam multiplicar a capacidade produtiva do trabalho.

Efetivamente, a tecnificação e a aplicação de insumos modernos, que visam incrementar a produção e a produtividade agrícola, se expande na região e, conseqüentemente, se integra às condições de produção vigentes.

Infelizmente, os dados disponíveis não permitem uma comparação e análise em termos temporais, para os produtores de abacaxi. De qualquer maneira, estes dados proporcionam uma

idéia grosseira sem dúvida, sobre a incorporação da tecnifica
ção e utilização de insumos industriais, nessa exploração, dei
sando uma alerta, no sentido de que, não se deve esquecer o ca
ráter dinâmico da evolução do setor. Assim, alcançando um de
terminado nível de tecnificação a pressão desse novo patamar
sobre as tradicionais formas de organização da produção, mos
tra-se clara: ou tecnifica o processo produtivo ou a penaliza
ção social as alijará da concorrência. Naturalmente, a capita
lização como tendência dominante se impõe convertendo o capital
em núcleo da produção agrícola, subordinando terra e mão-de-obra
à sua reprodução ampliada.

Da análise dos dados, fica demonstrada que o desenvolvi
mento das forças produtivas, entendida como a combinação que a
técnica impõe aos instrumentos de trabalho e a força de traba
lho mediante a divisão técnica e social do trabalho, não se res
tringe às grandes propriedades, mas estende-se as médias e tam
bém às pequenas propriedades, convertendo-as em maior ou menor
grau, em exploração capitalistas. Porém, não se deve perder de
vista que os dados apresentados revelam profundos desníveis en
tre as unidades produtivas com a conseqüente concentração dos
meios de produção.

Dessa forma ao se considerar os gastos na aplicação de
capital na produção agrícola, seja ele em capital fixo ou circu
lante, estes estão invariavelmente mais concentrados nas médias
e nas grandes propriedades. As pequenas, apresentam gastos, se
ja em capital fixo ou circulante, nunca superior a 2% do valor
total desses gastos respectivos. Em contraste, as médias pro
priedades apresentam, invariavelmente, gastos num nível superior
a 85% do valor total dos gastos em capital fixo e circulante. Pa
ra as grandes propriedades, estes gastos se situam entre 9,6% e

13,9%, respectivamente. (Vide anexos V e VI, pp. 5 e 6).

A conclusão geral que sobressai, pois, da análise da aplicação de capital e conseqüentemente da utilização de máquinas, implementos agrícolas mecânicos, fertilizantes, etc., é que entre os diferentes tamanhos de propriedades, a utilização desses elementos é intensiva. Porém, tem relevo uma acentuada diferenciação interna dentre as unidades produtivas, destacando-se não apenas as pequenas propriedades, mas também as grandes com nível técnico bem inferior as médias propriedades. Assim, surgem as propriedades de tamanho médio, concentrando o grosso dos meios de produção e por isso usufruindo de um grau de avanço técnico superior as demais propriedades.

Embora os dados apresentados não proporcionem informações atuais sobre estas unidades agrícolas, acredita-se ser possível inferir, a partir não apenas destes dados, mas sobretudo das observações diretas na região que a existência e utilização da tecnologia agrícola nessa cultura se encontra bastante difundida. Da mesma forma, foi possível constatar que as práticas mais rudimentares de exploração do solo, passam a ter importância secundária entre muitos produtores do referido fruto.

Quando se considera algumas das evidências disponíveis (quadro 5, p. 43 por exemplo) como a ligação evidente que existe entre o êxodo rural e o desenvolvimento das forças produtivas no campo, gerando a ruína de grande parte da população rural, verifica-se que a exploração do abacaxi - um dos mais importantes suportes econômicos da região - não poderia estar dissociada desse palco de intensas transformações.

Com efeito, a exploração da cultura do abacaxi em Sapé especializa-se, mecanizando as tarefas agrícolas o que implica

coerência com a plena realização da lógica capitalista. Com o desenvolvimento da quimificação e maquinificação, desenvolve-se também a composição orgânica do capital nessa exploração agrícola.

4.3 - As Transformações na organização da produção do abacaxi

Como já foi dito, os dados utilizados no presente trabalho, não permitem traçar um perfil mais recente sobre a organização da cultura do abacaxi em Sapé. De qualquer maneira, resta a possibilidade de tecer algumas considerações⁽³⁰⁾ sobre as prováveis mudanças que estão ocorrendo na estrutura produtiva da referida cultura.

Invariavelmente, a exploração do abacaxi em maior escala comercial, se concentra nas pequenas e médias propriedades. Além do cultivo desse fruto, as médias propriedades, assumem também papel de grande importância no fornecimento da cana de açúcar para as usinas locais. Naturalmente, este fato, não exclui a importância das grandes propriedades na produção do abacaxi.

Por outro lado, embora existam inúmeras pequenas propriedades dedicadas à exploração do abacaxi, a importância econômica de algumas dessas propriedades, são de menor peso. Frente aos elevados gastos em fertilizantes, adubos químicos, pesticidas, etc., normalmente o pequeno proprietário fundiário não capitalizado, dificilmente consegue acompanhar todo o ciclo produtivo da cultura, sendo muitas vezes, obrigado a repassar seu "campo" ao produtor de melhor situação econômica (geralmente o médio ou

(30) Além da pesquisa realizada na região no ano de 1981, foi realizada uma outra em janeiro de 1983.

grande proprietário), que usufrui com este repasse, de ganhos extraordinários³¹.

Nestas propriedades são cultivadas, além do abacaxi, o inhame, o feijão e a mandioca. Porém, esta policultura, não é destinada exclusivamente ao auto-consumo de seus produtores. No geral, a comercialização desses produtos e em particular da mandioca⁽³²⁾ - cultivada em escala mais ampliada - assume uma certa importância econômica dentre esses produtores, onde na região o cultivo da mandioca, entre os pequenos proprietários fundiários é bastante difundida. Tal fato, se explica principalmente porque esta cultura, além de ter um ciclo produtivo bem menor (12 meses) do que o do abacaxi (18 meses), não requer grandes gastos, seja em mão-de-obra, seja na utilização de adubos, fertilizantes, etc., como a cultura do abacaxi.

Da permanência em campo, ficou registrada que o uso de fertilizantes, adubos químicos e mesmo da mecanização, nas atividades agrícolas entre estes pequenos proprietários fundiários, só é mais frequente, quando existe a exploração do abacaxi.

Quanto ao médio proprietário fundiário, além do cultivo do abacaxi, a cana-de-açúcar tem significativo peso na exploração agrícola da propriedade, ao passo que as culturas chamadas

-
- (31) O produtor não capitalizado, dificilmente consegue acompanhar todo o ciclo produtivo do abacaxi, isto porque, dois ou três meses depois de efetuado o plantio, isto é, depois de ter já realizado certas tarefas difíceis e onerosas, falta-lhe, normalmente recursos financeiros para custear as demais tarefas. Nesta fase, surge geralmente o grande proprietário, possuidor de capital suficiente, interessado, evidentemente, na compra do campo de produção a baixos preços.
- (32) Existem na região, inúmeras antigas casas de farinha, de propriedade dos pequenos proprietários. Nestas casas, são processadas a produção da mandioca; tanto do proprietário dos equipamentos, quanto a dos produtores da vizinhança que não possuem os equipamentos necessários. Para o processamento da matéria-prima é cobrada uma percentagem - a "congá" - que equivale a 25 ou 30% da farinha produzida.

de "subsistência", têm expressão econômica marginal.

Estes proprietários, invariavelmente, são produtores altamente capitalizados, utilizando grandes quantidades de insumos modernos e máquinas agrícolas, em suas atividades. Entre esses, encontram-se quase sempre o uso de tratores próprios, onde é prática muito usual na região, cederem em aluguel seus tratores aos pequenos proprietários produtores de abacaxi⁽³³⁾.

No que se refere aos grandes proprietários-fundiários, estes em geral, têm como atividade de maior expressão econômica, a cana de açúcar e em alguns casos o abacaxi. Geralmente existe o sistema conjugado entre agricultura e pecuária, de modo que os restos, tanto da cultura da cana de açúcar quanto do abacaxi, forneçam alimentos aos animais de grande porte.

Além dos ingressos provenientes da exploração do abacaxi e da cana de açúcar, alguns médios e grandes proprietários procuram aumentar seus lucros com a prática do arrendamento (para abacaxi), o que vem demonstrar que o cultivo do abacaxizeiro, proporciona bons resultados econômicos.

O fenômeno de ceder terras em arrendamento, se constitui numa forma bastante econômica para estes proprietários fundiários, em vista dos benefícios que esta prática, geralmente, proporciona. Normalmente, existem nestas propriedades, principalmente nas grandes, enormes parcelas de terras cobertas pela mata, sendo estas terras, consideradas improdutivas. Assim, é de interesse do proprietário-fundiário, ceder estas terras em arrendamento, onde passa a ser encargo do produtor que toma a terra em

(33) Segundo informações colhidas na região em 1983, o aluguel do trator se situava em torno de Cr\$ 4.000/hora. No passado, a aração do solo era feita com arado de aivoca à tração animal e durava 8 horas de serviço/ha. Atualmente, esta operação feita mecanicamente dura apenas 4h/trator, além de dispensar, o serviço de 10 homens, por dia.

arrendamento, desmatá-las. Desse modo, no final do período de arrendamento, grande parte das terras, passam a ser incorporadas às áreas produtivas da propriedade, sem nenhum dispêndio para seus verdadeiros donos. Por outro lado, estas áreas cedidas em arrendamento, retornam a seus donos bastante enriquecidas, tendo em vista os benefícios incorporados pelos arrendatários quando do plantio do abacaxi.

Com efeito, ceder terras em arrendamento traz certos benefícios aos seus proprietários, onde da relação entre os proprietários fundiários e os arrendatários, surgem alguns pontos que merecem ser mencionados:

- Os contratos de arrendamento têm um prazo de 2 anos. Estes contratos são feitos, na maior parte dos casos, verbalmente.
- O pagamento pela utilização da terra é feito em dinheiro e no início do contrato de arrendamento.
- Cabe ao arrendatário arcar com todos os custos de preparo do solo e, normalmente, a terra cedida em arrendamento é nua.
- O proprietário fundiário proíbe que se utilize herbicidas no segundo ano do ciclo vegetativo da cultura e ainda, em alguns casos, impede que o arrendatário comercialize a fiação.

A fiação é a fração que corresponde às mudas necessárias ao plantio do fruto. Normalmente, cada planta produz uma média de seis filhotes que são as mudas. Essas mudas são muito utilizadas na região por serem de fácil manejo. Alguns proprietários exigem que logo após o término do contrato de arrendamento e

venda dos frutos, os arrendatários retirem apenas a quantidade de fiação correspondente àquela por ele plantada, sendo todo o restante, de propriedade do dono da terra.

Quando o arrendatário é impedido de obter tais mudas nas suas lavouras, obrigatoriamente a sua aquisição deverá ser feitas via mercado. Esta proibição contribui para elevar ainda mais os custos de produção do abacaxi, posto que são necessárias 35.000 mudas para se plantar 1 hectare de abacaxi. Em janeiro de 1983 uma muda da variedade pérola ou jupy custava no campo Cr\$ 2.00 e da variedade Smooth custava Cr\$ 4.00. Esta proibição, de um lado, vem contribuir para uma significativa diminuição da receita do arrendatário e, de outro lado, significa para o proprietário fundiário uma fonte adicional da sua receita.

Procura-se a seguir destacar, alguns elementos que foram introduzidas na exploração desse fruto, provocando modificações qualitativas nessa produção.

- a) Adoção de técnicas mais modernas, tais como irrigação, introdução de viveiros destiados à produção de mudas, tratamento e seleção de mudas, etc., visando elevar o nível de produção e também melhorar a qualidade do produto;
- b) Modernização não só de algumas práticas agrícolas tradicionais, como é o caso da herbicida que substitui 10 a 12 limpas com a enxada, mas também a introdução de máquinas mais sofisticadas em sua produção, tais como:
 - Pulverizadores de barra;
 - Colhedeira;
 - Classificadora, etc.

Certamente que com a difusão dessas técnicas modernizantes empregadas na exploração do abacaxi, os produtores capitalizados vêm alcançando aumentos substanciais na produtividade desse fruto (20.000 frutos/ha para a variedade pérola e jupy e 35.000 frutos/ha para a Smooth). Além disso, a irrigação, o espaçamento do plantio⁽³⁴⁾, o tratamento fitossanitário e seleção das mudas, são fatores que contribuem de forma decisiva na elevação do nível de produção e também na qualidade do produto.

Essa modernização visa, em última instância, acelerar o ritmo de expansão da cultura, através de intensificação da produtividade do trabalho. Também cresce o número de fertilizantes, pesticidas e adubos químicos utilizados nesta cultura, objetivando de um lado, uma produção de melhor qualidade e, de outro, atender o mercado urbano-industrial.

Concretamente, a intensificação do capital amplia seus limites no município de Sapé. Isto posto, tudo parece indicar que à medida em que houve uma expansão da produção da cana-de-açúcar e do abacaxi na região, determinadas tecnologias conhecidas como químico-biológicas, como os insumos de um modo geral, foram incorporadas ao processo produtivo agrícola da região. Dessa forma, parece ser razoável concluir que a produção agrícola do abacaxi em Sapé se encontra organizada em bases tipicamente capitalistas.

Para se ter uma idéia mais aproximada da natureza dos recursos aplicados na produção agrícola é necessário considerar os recursos financeiros que os produtores de abacaxi receberam, para cobrir seus gastos com investimentos, custeio e comercialização.

(34) O espaçamento utilizado para o plantio do abacaxi em Sapé é de 80 cm x 40 cm, isto é, 80 cm de distância entre as linhas e 40 cm entre as plantas nas linhas.

Inicialmente, o quadro 19 (vide ainda o anexo VII, p. 7) relaciona o número total de propriedades que foram favorecidas pelo crédito agrícola, bem como as distintas fontes a que recorreram.

Das 30 propriedades cadastradas, 83,3% já haviam recebido crédito sendo que desse total, 73,3% obtiveram crédito durante o ano anterior. É interessante observar, ainda pelo quadro 19, que a principal fonte de crédito foi o Banco do Estado (Sapé-Pb) onde 80% das propriedades recorreram a este órgão e, apenas 20% a fontes particulares.

Quando se observa esta distribuição por estrato de área, verifica-se que a participação das propriedades de área inferior a 50 ha, no crédito agrícola, embora oscile entre 33,3% e 83,3%, não deixa de ser bastante representativa. Já as médias e grandes propriedades, apresentam em conjunto, 100% de participação no beneficiamento do crédito agrícola, embora este quadro sofra algumas mudanças quando se analisa esta participação, no beneficiamento do crédito no ano anterior.

Quando se analisa esta distribuição em relação a fonte principal do crédito, verifica-se que grande parte das pequenas propriedades de área entre 5 e menos de 50 ha, (mais de 60%) recorre ao Banco Estatal, sendo exceção, porém, àquelas de área de menos de 5 ha, que recorre, em sua maioria a fontes particulares.

Como já foi comentado em outra parte do trabalho, para a concessão de financiamento o Banco exige, como contra-partida, título de propriedade da terra ou carta de anuência do proprietário. Por outro lado, a superfície cultivada contribui enormemente para a efetivação, ou não, do referido financiamento. As

QUADRO 19 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO CRÉDITO AGRÍCOLA NAS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE ABACAXI, POR CLASSES DE ÁREA
SAPÉ - 1 9 7 8

| CLASSES DE ÁREA (ha) | PROPRIEDADES BENEFICIADAS PELO CRÉDITO (%) | PROPRIEDADES BENEFICIADAS PELO CRÉDITO NO ANO ANTERIOR (%) | FONTE PRINCIPAL DO CRÉDITO | |
|-------------------------|--|---|---|--------------------------------------|
| | | | BANCO OU INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO ESTATAL (%) | OUTRAS FONTES PARTICULARES (%) |
| 0 — 5 | 33,3 | 0,0 | 0,0 | 100,0 |
| 5 — 10 | 66,6 | 66,6 | 66,6 | 33,3 |
| 10 — 20 | 83,3 | 83,3 | 83,3 | 16,6 |
| 20 — 50 | 66,6 | 66,6 | 66,6 | 33,3 |
| 50 — 100 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 0,0 |
| 100 — 200 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 0,0 |
| 200 — 500 | 100,0 | 0,0 | 100,0 | 0,0 |
| 500 — 1.000 | 100,0 | 80,0 | 100,0 | 0,0 |
| 1.000 e mais | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 0,0 |
| T O T A L | 83,3 | 73,3 | 80,0 | 20,0 |

FONTE: ANEXO VII

sim, aquelas propriedades de área muito reduzida, encontram sérias dificuldades para a concessão do empréstimo. Daí porque muitos recorrem a fontes particulares, identificadas nas figuras de certos capitalistas (produtores de abacaxi) da região, em virtude das "maiores facilidades" oferecidas.

Dando prosseguimento ao estudo, passa-se agora a análise da quantificação dos recursos financeiros recebidos pelos produtores de abacaxi, destinados a cobrir seus gastos em investimentos, custeio e comercialização.

O quadro 20 (vide também anexo VIII, p. 8) demonstra o valor dos recursos financeiros, concedidos as 30 propriedades cadastradas, produtoras de abacaxi que totalizam Cr\$ 28.051.000, dos quais foram aplicados Cr\$ 27.267.415, distribuído em crédito para custeio (Cr\$ 16.381.540), crédito para investimentos fixos (Cr\$ 4.428.375), crédito para investimentos em formação de culturas (Cr\$ 6.452.500) e crédito para comercialização (Cr\$ 5.000).

Fica evidenciado que do valor total do crédito aplicado, a maior parcela é destinada para o custeio das atividades agricolas (60,1%), em seguida vem o crédito para Formação de Culturas, apresentando uma participação de 23,6% do total do crédito aplicado, o crédito para investimentos fixos participando com 10,2% e finalmente, a inexpressiva participação do crédito para comercialização (0,1%).

Quando se faz a análise da distribuição desses recursos financeiros, por hectare de área explorada com abacaxi, observa-se ainda pelo quadro 20 que do valor total do crédito aplicado, sobressai as pequenas propriedades apropriando-se, geralmente, de mais recursos financeiros do que as grandes propriedades. Assim, do valor total do crédito aplicado por hectare, observa-

QUADRO 20 - VALOR TOTAL DO CRÉDITO APLICADO EM CUSTEIO, INVESTIMENTOS E COMERCIALIZAÇÃO, POR ÁREA EXPLORADA COM ABACAXI
SEGUNDO OS DIVERSOS GRUPOS DE IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES DE ABACAXI - SAPÉ - 1 9 7 8

| CLASSES DE ÁREA (HA) | VALOR TOTAL DO CRÉDITO APLICADO POR HECTARE | | CRÉDITO PARA CUSTEIO POR HECTARE | | CRÉDITO PARA INVESTIMENTOS FIXOS P/ HECTARE | | CRÉDITO PARA INVESTIMENTOS EM FORMAÇÃO DE CULTURAS P/ HECTARE | | CRÉDITO PARA COMERCIALIZAÇÃO POR HECTARE | |
|-------------------------|---|-------|----------------------------------|------|---|------|---|------|--|-----|
| | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$/ha | % | Cr\$ | % | Cr\$/ha | % |
| Menos de 50 | 10.910 | 100,0 | 10.509 | 96,3 | 226 | 2,1 | 118 | 1,1 | 56 | 0,5 |
| 50 a menos de 1.000 | 26.156 | 100,0 | 15.114 | 57,8 | 4.034 | 15,4 | 7.008 | 26,8 | - | - |
| 1.000 e mais | 6.692 | 100,0 | 4.575 | 68,4 | 2.013 | 30,1 | 103 | 1,5 | - | - |
| T O T A L | 20.043 | 100,0 | 12.041 | 60,2 | 3.182 | 16,0 | 4.743 | 23,7 | 1 | 0,1 |

FONTE: ANEXO VIII

se que as propriedades de área inferior a 50 ha, apropriam-se de Cr\$ 10.910/ha, enquanto as de 1.000 e mais ha, ficam com Cr\$ 6.692/ha.

Analisando-se agora as diferentes modalidades do crédito agrícola, ainda com base no quadro 20, verifica-se que as médias propriedades são as que mais aplicam recursos financeiros em custeio e em formação de culturas com Cr\$ 15.114/ha e Cr\$ 7.008/ha respectivamente, contra Cr\$ 10.509/ha e Cr\$ 118/ha destinados as pequenas e Cr\$ 4.575/ha e apenas Cr\$ 103/ha para as grandes propriedades respectivamente. Portanto, verifica-se que as médias propriedades, em quaisquer modalidade do crédito agrícola, receberam mais recursos financeiros por hectare, do que as grandes e pequenas propriedades.

No que diz respeito a participação percentual de cada finalidade dos financiamentos em relação ao valor do capital fixo e circulante, verifica-se que do total de Cr\$ 16.381.540, referente aos financiamentos dos gastos de custeio, estes representam 72,3% do valor do capital circulante (incluindo os salários). Tomando-se o valor dos financiamentos para investimentos fixos, que totalizam Cr\$ 4.428.375; vê-se que este valor alcança 50,2% do valor total do capital fixo. Comportamento diferente observa-se quando se toma o valor dos financiamentos para comercialização (Cr\$ 5.000) em relação ao valor do capital circulante, que apresenta uma participação de apenas 0,02%, onde fica evidenciado sua inexpressiva importância.

Do exposto, fica evidenciado a decisiva importância do crédito agrícola para investimentos, no carregamento dos recursos para as inversões das propriedades, mesmo que, o crédito para comercialização não apresente qualquer importância para a

aplicação de capital nessas propriedades. Assim, tudo parece indicar que estes recursos financeiros, constituem fonte de maior importância para o financiamento das operações ativas dessas propriedades.

De um ponto de vista mais geral, é inegável a importância do crédito rural como instrumento essencial na viabilização da produção capitalista no campo. Embora o presente estudo esteja circunscrito a uma realidade específica e, mesmo não havendo a intenção de generalizar suas conclusões, pode-se afirmar que estes dados confirmam a presença do Estado no setor agrícola.

No caso em estudo, o Estado aparece nitidamente dando integral apoio não apenas às grandes e médias propriedades, mas também às pequenas. O fato de se estender até as pequenas propriedades é parte de todo um arcabouço de política agrícola voltada para a produção capitalista, onde também a pequena propriedade passa a ser incorporada ao processo de acumulação capitalista, ou, mais particularmente, ao subsetor industrial produtor de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas.

De uma maneira particularmente ampla, se pode afirmar que a política governamental tem favorecido o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no setor agrícola brasileiro. No que se refere à exploração do abacaxi, fica evidenciado que esta produção - com o apoio do crédito estatal - se encontra organizada em moldes tipicamente capitalistas. Por outro lado, também fica evidenciado, que este processo de capitalização expressa uma nítida diferenciação entre os distintos agentes econômicos (os pequenos, médios e grandes proprietários fundiários). Com efeito, esta diferenciação traduz a árdua e difícil concor

rência que a produção das pequenas propriedades não capitalizadas enfrenta com a grande produção capitalizada. Mas este processo, resultado da própria natureza concentradora do capital - socialmente excludente - conduzirá aqueles que não se mantiverem como capitalista à proletarização⁽³⁵⁾, isto é, à mercantilização da força de trabalho a médio ou longo prazo.

(35) Entendida neste trabalho como sendo não apenas a expropriação imediata do trabalhador - dos seus meios de produção - mas também como a forma de um processo de ruína, deterioração da situação econômica do trabalhador, que pode se prolongar por anos e por décadas (Lenin, 1980 a, p. 64).

C A P Í T U L O V

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA

5. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA

5.1 - Acumulação de Capital e Proletarização

O processo de crescimento e expansão do capitalismo na agricultura traz, simultaneamente à transformação da maioria dos pequenos produtores em trabalhadores assalariados, de um lado, e de outro a ascensão de uma minoria à categoria de capitalistas agrários. Com efeito, este processo de diferenciação dos produtores é uma manifestação do crescimento do capitalismo no campo⁽³⁶⁾. Na medida em que se intensifica este processo, há uma tendência a se destruir as formas de produção para a subsistência, ao tempo em que se generaliza novas formas de organização da produção, visando a produção de valores de troca. Os produtores arruinados passam, então, a adquirir seus meios de subsistência através da venda de sua força de trabalho. Dessa forma se estabelece o capitalismo como modo dominante da produção.

O processo de desenvolvimento capitalista acelera a racionalização e modernização da produção agrícola. O uso de técnicas mais modernas, apoiadas em um maior uso de capital, tende a dar significado ao processo de mudanças nas relações de trabalho.

No Brasil, em meados da década de 70, redefine-se o papel da agricultura, onde a política econômica adotada pelo Governo, privilegiando os setores dinâmicos da economia, promoveu

(36) Naturalmente que este processo pode não ser irreversível, mas nem sempre o pequeno produtor arruinado se reconstitui em zonas de fronteira agrícola. Ver por exemplo: (Sandroni, 1980, p. 29-42).

a aceleração do processo capitalista brasileiro. Apoiado na produção de bens de consumo capitalista, o novo padrão de acumulação se expande provocando profundas transformações no sistema de produção e nas relações de trabalho da agricultura.

Assim, pode-se observar uma progressiva substituição do trabalhador residente nos locais de trabalho, pelo trabalhador temporário ou diarista, residente fora dos estabelecimentos. Tal substituição resulta muito mais econômica do ponto de vista do empresário agrícola capitalista, uma vez que dela decorre considerável redução das despesas de manutenção da mão-de-obra.

Na medida em que novas estradas vão sendo construídas e o mercado vai-se expandindo, torna-se mais acessível a mobilidade da mão-de-obra, facilitando assim a substituição da categoria de morador residente pela de trabalhador temporário ou diarista.

Os proprietários dispõem de vários mecanismos que podem ser utilizados contra o morador, forçando-o a uma condição de assalariado. Entre eles, destaca-se o mais comum: a medida em que suas terras vão se valorizando, os proprietários restringem as áreas cedidas aos "moradores residentes", ou seja, tiram-lhes os melhores "pedaços de terra" e em contrapartida, passam a exigir dos mesmos mais dias de trabalho em suas propriedades, impedindo assim que os trabalhadores cultivem as áreas que lhes foram cedidas. Tal mecanismo impulsiona o processo de proletarianização do trabalhador rural, contribuindo para seu maior empobrecimento.

O trabalhador diarista ou temporário parece ser mais conveniente aos interesses dos proprietários vinculados às diversas atividades agrícolas, particularmente aos daqueles ligados

ã agricultura de exportação.

Considere-se, por exemplo, a agricultura de mercado in terno, atividade que se caracteriza por uma produção de pequena escala, sendo seus níveis de renda e produtividade relativamente baixos. Resulta daí ser de grande interesse para os proprietá rios a contratação do trabalhador apenas nos dias em que houver necessidades, como nos períodos de safras, por exemplo.

Quanto à agricultura de exportação, altamente dependente das flutuações do mercado externo, o uso de mais ou menos dias de serviços desses trabalhadores propicia a necessária flexibi lidade para aumentar ou reduzir o ritmo de atividade.

Uma outra relação de trabalho difundida como tradicional e que também está inserida nesse processo de mudanças é a parce ria. Este relação de trabalho é tema bastante discutido no Bra sil, surgindo inúmeras divergências na sua interpretação. Se gundo alguns estudiosos da questão, a parceria só ocorre em áreas de desenvolvimento capitalista atrasado tornando-se inade quada numa economia agrícola capitalista desenvolvida. Mas, na opinião de Caio Prado, a parceria é apenas um assalariamento dis farçado, "... divisão do produto (o que formalmente caracteriza ria a parceria agrícola) e a reversão de uma parte dele ao tra balhador, constitui efetivamente muitas vezes simples formas de remuneração do trabalho perfeitamente equiparável ao pagamento de salário". (Caio Prado, 1979, p. 101).

Conclui o autor que as relações de trabalho na parceria não passam de simples relações de emprego (os parceiros seriam, então uma forma diferente de assalariamento).

Para Maria Rita Garcia Loureiro, a parceria é uma rela ção de produção não capitalista onde, para se efetuar a extor

são de mais-valia, não é necessário a separação do trabalhador de todos os meios de produção: "em certas relações de produção não capitalistas, como a parceria, por exemplo, a extorsão do sobretabalho se faz sem a separação do trabalhador de todos os meios de produção. Ou melhor, embora o trabalhador direto não tenha a propriedade de terra, ele ainda tem a propriedade de parte dos meios de trabalho, o que lhe garante o exercício parcial e em graus variáveis do controle do processo de trabalho". (Loureiro, 1977, p. 31).

O sistema de parceria no sentido real da palavra é classificado em dois subsistemas:

- Parceria que partilha do produto principal, e
- Parceria que partilha do produto secundário.

A primeira forma de parceria não persiste em meio de um volume considerável de capital, aos poucos está desaparecendo, haja visto que o pagamento em espécie não é compensador para os empresários agrícolas capitalistas, uma vez que os produtos se valorizam diariamente.

A segunda forma, ao contrário da primeira, pode persistir, dentro de certos limites, à presença de um determinado volume de capital. Isto ocorre porque o parceiro secundário pode desempenhar várias funções no empreendimento, desde a produção de cereais para o consumo da fazenda, até trabalhar como assalariado por tarefa. Em síntese, ele é fornecedor de trabalho excedente e também trabalhador autônomo.

Em qualquer destes casos, como nos demais, o que se percebe é uma gradual substituição de "antigas" formas de trabalho por formas mais modernas: o assalariamento.

Para melhor caracterizar essas mudanças basta dar uma rá

pida olhada, por exemplo, na lavoura canavieira do Nordeste, onde as relações de trabalho tradicionais (morador, parceiros, etc.)⁽³⁷⁾ estão se extinguindo, dando lugar a relações de trabalho assalariado, em virtude do progresso e da prosperidade da economia açucareira nos últimos tempos.

O mesmo ocorre ainda na pecuária quer leiteira quer de corte, particularmente nesta última, que vem experimentando grande impulso decorrente do aumento do consumo da carne e de sua conseqüente valorização, além de apresentar características que, por si só, propiciam a implantação do trabalho assalariado.

Muitos são os fatores que atuam na oferta e demanda da força de trabalho em função das relações de trabalho que se estabelecem entre proprietários demandantes de força de trabalho, e trabalhadores ofertantes desta força.

O caráter privado da propriedade dos meios de produção, e da terra em particular, parece ser o mais importante desses fatores, uma vez que o virtual monopólio da terra, concentrada nas mãos de um reduzido número de grandes proprietários, obriga a massa trabalhadora a vender a qualquer preço sua força de trabalho para que possa sobreviver.

Com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura veio o rompimento da combinação entre relações de trabalho e produ

(37) O morador, na região nordestina, pode ser classificado em categorias distintas, dependendo de sua fixação à terra ou mesmo do grau de sua bordinação ao proprietário fundiário. Aquele, quando reside na propriedade onde trabalha, em geral, além de receber uma casa (?) para morar, recebe um "Pedaco de Terra" onde, juntamente com sua família, pode cultivar lavoura para sua subsistência; porém, fica sujeito a uma série de obrigações para com o proprietário, sendo uma delas a de trabalhar parte do seu tempo para ele. Aqueles que cultivam cereais em combinação com uma cultura industrial, são parceiros. Estes ficam sujeitos a entregar ao proprietário da terra uma grande parte da cultura principal e, em geral, também, uma parte da produção de cereais.

ção direta; tal processo, segundo alguns autores⁽³⁸⁾, foi acentuado após a promulgação da Lei nº 4.214 de 02 de maio de 1963, dispondo sobre o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que visava estender ao trabalhador rural os benefícios já assegurados ao trabalhador urbano.

Elaborado de maneira leviana, o ETR se limitava, em essência, a estender ao trabalhador rural as disposições que integravam a legislação trabalhista concedida com vistas ao trabalhador urbano.

Com efeito, a introdução da legislação social no campo ficou verdadeiramente distante da realidade agrária brasileira, uma vez que as relações de emprego na agricultura se revestem de diferentes formas, isto é, a remuneração do trabalhador rural não possui caráter uniforme.

A ambigüidade da definição do ETR do que se devem entender por trabalhador rural⁽³⁹⁾, permite ao empregador escapar por meio de uma interpretação perfeitamente aceitável da lei, das obrigações impostas pelo estatuto e por qualquer outra legislação que objetive regulamentar as atividades do trabalhador rural. Basta que se observe o seguinte aspecto: o ETR não considera a relação de trabalho em regime de empreitada como uma relação de emprego. Isto porque este tipo de relação de trabalho não implica vínculos de permanência, enquanto que, jurídicamente, a relação de emprego implica nesses vínculos. Fica, por

(38) Essa é, por exemplo, a posição defendida por Sorj: "A introdução da legislação social no campo em 1963 levou os proprietários rurais a expulsarem os moradores, frente aos quais tinham obrigações trabalhistas, para se utilizar de trabalho contratado através de um intermediário, libertando-se assim das cargas sociais" (Sorj, 1980, p. 127).

(39) "Trabalhador rural, para os efeitos desta lei, é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro, ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro". (Russomano, 1972, p. 86).

tanto, evidente que esta relação de trabalho - volante ou regime de empreitada - está totalmente descoberta pela lei trabalhista.

Grosso modo, a legislação trabalhista é apontada em vários estudos como tendo desempenhado papel de relevo no processo de expulsão dos trabalhadores rurais, bem como na extensão do trabalho assalariado e no surgimento do trabalho volante.

Na verdade, uma análise grosseira sobre estas questões permite destacar um conjunto de fatores que atuariam como causadores do processo de surgimento do trabalho volante na agricultura brasileira.

O primeiro deles estaria intimamente relacionado com a promulgação do ETR, que interveio estabelecendo um teto mínimo para a remuneração do trabalho e, conseqüentemente, trouxe uma série de encargos trabalhistas que vieram amedrontar os empresários agrícolas capitalistas.

O segundo seria o processo de mecanização da agricultura, em que a propriedade agrícola mecanizada passa a requerer diferentes quantidades de mão-de-obra segundo períodos distintos: um de alta intensidade de utilização de mão-de-obra (período da colheita por exemplo) e, outro de intensidade menor, onde se mantêm alguns trabalhadores especializados (tratoristas, por exemplo).

É apontado ainda, como terceiro fator, os tipos de culturas existentes nas diversas regiões do país.

Entretanto, uma análise mais cuidadosa da realidade observável parece evidenciar não se constituírem os fatores mencionados em determinantes fundamentais da existência do trabalho

lhador volante. Tanto é que, antes da promulgação do ETR em 1963, já se podia constatar a presença de trabalhadores volantes na agricultura. Restrito inicialmente a algumas culturas como a cana-de-açúcar, começou a estender-se a todas as demais, a partir do final da década de 50, em algumas regiões do país.

Por outro lado, mesmo nas propriedades que não experimentaram um processo de mecanização, pode-se observar a substituição das relações de trabalho permanente pelas de trabalho volante, com a utilização de trabalhadores em regime de empreitada.

Além disso, pode-se constatar a presença de trabalho volante em quase todos os tipos de cultura nas diversas regiões do País. Mesmo que o fenômeno como a substituição de culturas, por exemplo, possam acarretar a expulsão de um excedente de forças de trabalho, disto não resulta, necessariamente, o retorno do trabalhador, sob a condição de volante.

Nas palavras de Maria Inês Bastos,

"... qualquer relação de trabalho (assalariado por tarefa, por tempo, permanente, temporário, parceria, colonato, etc) não é outra coisa que uma forma concreta de relação social de produção". (Bastos, 1976, p. 72).

Sem dúvida, volantes, bóias-frias, clandestinos, temporários, são apenas algumas das denominações regionais que os trabalhadores recebem: são os atuais operários do campo. Na verdade, a utilização destes tipos particulares de assalariados constituem uma característica essencial do processo de crescimento do capital, permitindo que sua reprodução se faça a nível ampliado, pelos motivos anteriormente expostos.

A separação crescente dos produtores imediatos dos meios de realização do seu trabalho é uma tendência objetiva do desen

volvimento do capitalismo. Neste Capítulo, portanto, a presença do trabalho assalariado (seja temporário, seja permanente, na exploração do abacaxi, será visto como sendo um indicador expressivo do processo de expropriação que marca a expansão do capitalismo nessa cultura.

5.2 - A Composição da força de trabalho no município de Sapé

Antes da análise da composição da mão-de-obra ocupada na agricultura no município de Sapé, se faz necessário o exame da importância que tem o setor agrícola para a população do referido município, no que se refere às oportunidades de emprego. Os dados do quadro 21 possibilitam uma visualização a esse respeito.

QUADRO 21 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVADA (PEA) NOS DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - SAPÉ - 1960/1980

| A N O S | S E T O R D E A T I V I D A D E | | | T O T A L |
|---------|---------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------------|
| | Primário* (%) | Secundário** (%) | Terciário*** (%) | Absoluto e relativo (%) |
| 1 9 6 0 | 80,9 | 5,2 | 13,9 | 14.605 (100,0) |
| 1 9 7 0 | 74,6 | 6,2 | 19,2 | 13.758 (100,0) |
| 1 9 8 0 | 60,8 | 11,4 | 27,8 | 14.398 (100,0) |

FONTE: IBGE - Censos Demográficos da Paraíba 1960/80

* Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca.

** Indústrias extrativas e de transformação.

*** Comércio, transportes, comunicação e outros serviços.

Ao se analisar a participação da população, cuja atividade de dependência é representada pelo setor primário, verifica-se que esta participação apresenta decréscimo, passando de 80,9%, em 1960 para 74,6 em 1970, chegando a 60,8% em 1980. Por outro lado, constata-se que os setores terciário e secundário apresentam uma participação sempre crescente no período estudado. No entanto, cumpre observar que embora a PEA empregada no setor primário decline no período em estudo, destaca-se ainda como a população majoritária.

Como já foi constatado em outra parte do trabalho, existe em Sapé um contínuo deslocamento de pessoas saídas do campo para a cidade. Porém, como é sabido, essa pressão sobre o centro urbano não corresponde a uma elevação das oportunidades de emprego neste centro⁽⁴⁰⁾. Tal fato tem, ao longo do tempo, gerado um significativo crescimento do desemprego, ou mesmo de formas de desemprego disfarçado e da migração (observe-se que a população de Sapé, no período 60-80, manteve-se praticamente estacionária, sendo que é conhecido o rápido aumento vegetativo da população rural brasileira; as migrações explicam, então, este fenômeno).

O exame da composição da mão-de-obra ocupada no setor agrícola do referido município pode ser realizado com a ajuda do quadro 22.

Antes de se iniciar a análise das diversas categorias de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, cumpre definir tais categorias.

Segundo o Censo Agropecuário, a categoria "membros não-

(40) Segundo dados do Censo Demográfico de 1980, existia em Sapé 21.323 pessoas na condição de inativos.

remunerados da família" é definida como sendo os componentes do grupo familiar que ajudam efetivamente o responsável da família nos trabalhos agropecuários, sem receber qualquer espécie de pagamento. Os empregados em regime "permanente e temporário" de finem-se como sendo os que exercem atividade de caráter efetivo ou de longa duração e os que são contratados para atividades e ventuais ou de curta duração. Na categoria "parceiro" consideram-se as pessoas subordinadas à administração do estabelecimento que recebem, como remuneração, parte da produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta, etc.). Cumpre observar que na categoria "membros não-remunerados da família", foram contados os parceiros autônomos, com responsabilidade da administração dos estabelecimentos. Quanto à categoria "Outra condição", consideram-se as pessoas cujo regime de trabalho difere das categorias já citadas.

Voltando-se à análise do quadro 22, percebe-se que a categoria "Responsável e membro não-remunerado da família" apresenta, para o período 1960/80, um crescimento relativo, que passa de 52% a 57,5% (no ano de 1970, esta participação foi mais alta ainda, chegando a 64,4%).

Para os empregados em tempo permanente, observa-se entre os anos 1960/80, que a participação relativa no total da PEA diminui, passando de 33,2% a 17,5%, embora esta diminuição tenha sido maior ainda no ano 1970. Já os empregados em regime temporário apresentam em Sapé, ao longo do período analisado, um crescimento constante em termos relativos (12,4%; 20,6 e 24,8% respectivamente para os anos 60, 70 e 80). Em termos relativos, entre 1960/80, este crescimento foi da ordem de 113,6%.

No que se refere aos Parceiros, esta categoria era, já

QUADRO 22 - PARTICIPAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS
SEGUNDO AS DISTINTAS CATEGORIAS - SAPÉ - 1960/80

| A N O S | RESPONSÁVEL E MEMBRO NÃO REMUNERADO DA FAMÍLIA % | EMPREGADO EM REGIME PERMANENTE % | EMPREGADO EM REGIME TEMPORÁRIO % | PARCEIRO % | OUTRA CONDIÇÃO % | TOTAL ABSOLUTO E RELATIVO % |
|--|---|-------------------------------------|-------------------------------------|---------------|---------------------|--------------------------------|
| 1 9 6 0 | 52,0 | 33,2 | 12,4 | 0,3 | 2,1 | 9.756 (100,0) |
| 1 9 7 0 | 64,4 | 11,8 | 20,6 | - | 3,2 | 12.996 (100,0) |
| 1 9 8 0 | 57,5 | 17,5 | 24,8 | - | 0,2 | 10.461 (100,0) |
| Taxa de crescimento no período 1960-1980 | + 18,8 | - 43,4 | + 113,6 | - | - 899 | + 7,2 |

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários da Paraíba - 1960 - 1980.

em 1960, totalmente inexpressiva, vindo a desaparecer nos períodos seguintes.

A categoria "Outra condição" também foi e é pouco representativa no município de Sapé, apresentando ao longo do período em estudo um decréscimo de 90%.

Grosso modo, da análise do quadro 22, constata-se que a categoria "responsáveis e membros não remunerados da família", se destaca como sendo a de maior expressão relativa e absoluta no total da mão-de-obra ocupada nesse município. Porém, o crescimento dessa categoria no período 1960/80 é de + 18,8%, bem menor que o da categoria dos empregados em regime temporário(+ 113,6%). Dessa forma, embora a categoria "responsáveis e membros não remunerados da família" se apresente como a numericamente mais expressiva, constata-se que a força de trabalho assalariada na região, se apresenta como sendo a que mais tem crescido ao longo do período estudado.

Finalmente quando se considera o percentual de pessoas a depender do setor rural (83,6%) e também o inexpressivo crescimento, ao longo do período 60/80, do número total de pessoal ocupado (7,2%), presume-se, imediatamente, que as oportunidades de emprego na região são bastante escassas. Por outro lado, é importante ainda considerar que o significativo crescimento da força de trabalho assalariada, nesse período (113,6%), revela que nesta região tem-se configurado um quadro que propicia ao capital as condições essenciais para a sua reprodução.

5.3 - A Cultura do abacaxi e o trabalho assalariado

O exame que se segue, procura dar uma visão mais detalhada das diferentes formas de relações de trabalho na cultura do abacaxi, onde as formas "tradicionais", estão sendo paulatinamente substituídas pela relação de trabalho assalariado.

De acordo com as informações contidas no quadro 23, da cifra total de pessoas ocupadas (vide também anexo IX, p. 9), nos 30 imóveis rurais produtores de abacaxi, os trabalhadores assalariados permanentes respondem por 5,2% enquanto os trabalhadores temporários representam 92,8%. Se se tomar, a partir dessas informações, o emprego de trabalhadores assalariados permanentes e temporários como indicativos do caráter capitalista dessas explorações, verifica-se que estas categorias englobam aproximadamente 98% de toda a força de trabalho ocupada na cultura do abacaxi. Da mesma forma, pode-se ainda verificar que as demais categorias são inexpressivas no que se refere ao total de pessoas ocupadas, onde o trabalho familiar e os colonos e parceiros respondem por apenas 0,8% e 1,2% respectivamente.

Da análise desse quadro, constata-se que os trabalhadores permanentes apresentam participação não muito expressiva nos imóveis de área de menos de 50 ha (7,0%), em contraposição à significativa participação dos trabalhadores assalariados temporários (77,1%). A mesma tendência se observa nas propriedades de área superior a 50 ha, isto é, menor participação dos trabalhadores assalariados permanentes em relação a significativa participação dos assalariados temporários (vide quadro 23).

A crescente participação do trabalho assalariado, principalmente o temporário, parece ser fundamental em quase todos os

QUADRO 23 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA MÃO-DE-OBRA TOTAL OCUPADA NOS
IMÓVEIS PRODUTORES DE ABACAXI - SAPÉ - PARAÍBA - 1978

| CLASSES DE ÁREA (ha) | TRABALHADORES PERMANENTES (%) | TRABALHADORES TEMPORÁRIOS (%) | DEPENDENTES DO PROPRIETÁRIO QUE TRABALHAM NO IMÓVEL (%) | OUTROS (COLONOS, PARCEIROS) (%) | T O T A L (%) |
|-------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|---|--|------------------|
| Menos de 50 | 7,0 | 77,1 | 15,3 | 0,6 | 100,0 |
| 50 a menos de 1.000 | 3,8 | 95,1 | 0,4 | 0,7 | 100,0 |
| 1.000 e mais | 10,7 | 86,2 | 0,1 | 3,0 | 100,0 |
| T O T A L | 5,2 | 92,8 | 0,8 | 1,2 | 100,0 |

FONTE: ANEXO IX

grupos de área, sendo um indicador de suma importância do processo de expropriação que vem marcando as transformações capitalistas no campo.

Com efeito é o trabalho assalariado, e mais especificamente, o assalariado temporário a categoria de maior significado na exploração da cultura do abacaxi. A principal característica do trabalhador assalariado consiste no fato de possuir apenas sua força de trabalho. Esta categoria, ocupa, portanto, no processo de trabalho e nas relações de produção, uma posição muito definida.

A intensificação do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, vem acelerar a separação dos trabalhadores dos meios de produção (a terra), criando um contingente de assalariados cuja venda da força de trabalho constitui a única forma de garantir a sua subsistência. No entanto, não se está afirmando que este processo se dê de forma harmoniosa e generalizada. Muito ao contrário, a capitalização no setor agrícola não implica necessariamente numa generalização das relações de produção capitalistas. Entende-se que o significado histórico do desenvolvimento desigual do capital é que sua valorização e reprodução se dá compatibilizando todas as distintas formas de produção em seu interior.

Dentro deste contexto, a expropriação do trabalhador rural constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo. É a expropriação, parte da lógica da reprodução do capital por um lado, e por outro, é o trabalho, condição necessária para o crescimento e reprodução do capital. Só o trabalho é capaz de criar riqueza. Torna-se então, a lei básica do capital, subjugar o trabalho.

Ainda com base no quadro 23, quando se considera a categoria "Dependentes que trabalham no Imóvel", verifica-se que esta, nos estratos de menos de 50 ha, é mais representativa (15,3%) do que as categorias de "Trabalhadores permanentes" e "Colonos". A partir dos grupos de áreas superior a 50 ha, a situação se inverte, isto é, decresce a participação percentual desta categoria em relação à participação dos assalariados Permanentes e Colonos.

De um ponto de vista mais geral, pode-se inferir que a maior utilização do trabalho assalariado, particularmente do assalariado temporário na exploração da cultura do abacaxi, vem ao longo do tempo, correspondendo a uma diminuição relativa e absoluta das tradicionais formas de relações de trabalho. Alguns dados e informações indicam que a grande maioria dos trabalhadores hoje empregados nas plantações de abacaxi, não residem mais nas respectivas propriedades agrícolas, estes residem em cidades e povoações vizinhas. São os denominados Volantes da agricultura.

Mesmo sendo o abacaxi cultivado o ano inteiro, pôde-se observar que existe um grande número de pessoas sem remuneração e outras que, desapropriadas dos seus meios de produção têm que se assalariar para garantir seu sustento e o de sua família, desta forma, exercendo empregos, na maior parte das vezes, apenas temporariamente.

A maior utilização do trabalho assalariado temporário, na cultura do abacaxi, mostra-se todavia com mais intensidade se se toma as informações contidas no quadro 24 (vide também anexo X, p. 10).

Os dados do referido quadro, mostra de forma detalhada

QUADRO 24 - COMPOSIÇÃO MENSAL DA MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA TEMPORÁRIA NOS IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES
DE ABACAXI - (VALORES RELATIVOS AO MÊS DE FEVEREIRO) - SAPÉ - PARAÍBA - 1978

| CLASSES DE ÁREA (ha) | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO |
|-------------------------|---------|-----------|-------|-------|------|-------|-------|--------|----------|---------|----------|----------|
| Menos de 50 | 0,8 | 1,0 | 2,0 | 0,8 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 1,5 | 1,3 | 1,3 | 0,8 | 0,5 |
| 50 a menos de 1.000 | 1,2 | 1,0 | 1,4 | 2,2 | 1,6 | 1,8 | 1,8 | 1,8 | 2,4 | 2,3 | 2,2 | 2,1 |
| 1.000 e mais | 1,6 | 1,0 | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 1,6 | 1,7 | 2,9 | 3,1 | 3,1 | 3,2 | 3,0 |
| T O T A L | 1,3 | 1,0 | 1,3 | 1,8 | 1,4 | 1,7 | 1,7 | 2,0 | 2,5 | 2,4 | 2,3 | 2,2 |

FONTE: ANEXO X

a intermitência do trabalho assalariado temporário na produção do abacaxi. Como se vê, a necessidade de mão-de-obra temporária, nas pequenas, médias e grandes propriedades oscila diferentemente, no decorrer de todo o calendário anual. Assim, de acordo com estes dados, vê-se que a utilização do assalariado temporário, varia com mais intensidade nas grandes propriedades (mais de 5 vezes, isto é, de 0,6 a 3,2). Por outro lado, verifica-se que entre os diferentes tamanhos de propriedade, são as propriedades de área entre 50 e menos de 1.000 ha, que apresentam uma maior estabilidade na utilização dessa mão-de-obra, isto é, varia entre 1,2 e 2,4; ou seja, menos de duas vezes.

Estes dados complementam a assertiva sobre a temporariedade dessa massa variável da força de trabalho, resultado da imposição de uma intensa sazonalidade na produção dessa cultura que não absorve estes trabalhadores, enquanto assalariados permanentes no decorrer de todo o ano.

Com efeito, os campos de produção de abacaxi em Sapé caracteriza-se pelo grande número de trabalhadores já totalmente expropriados de seus meios de produção. Assim, destacam-se os trabalhadores volantes, contratados para realizar determinadas tarefas por tempo determinado. Estes trabalhadores são contratados, usualmente, pelo empreiteiro⁽⁴¹⁾, que todos os dias se desloca em caminhões, para a cidade contratando estes trabalhadores levando-os para os campos de produção.

No curso da história, a cultura do abacaxi exigiu sempre trabalhadores em intensidade diferente obedecendo assim as distintas fases de sua produção. Entretanto, as relações de traba

(41) O empreiteiro é o indivíduo, na maioria dos casos, oriundo da mesma categoria social dos trabalhadores, e que se encarrega da fiscalização de toda produção agrícola.

lho que se verificavam no passado nesta cultura difere da que hoje se observa. Existia no passado, nas propriedades que plantava este produto, a figura do morador. Este, em geral, além de receber uma casa para morar, recebia ainda um "pedaço" de terra, onde, juntamente com sua família, podia cultivar lavoura para a sua subsistência e, quando a cultura do abacaxi requeria trabalho, ele nela se engajava recebendo em troca um salário monetário.

Com o passar dos anos, esta situação sofreu profundas mudanças. Passo a passo a expansão e integração do abacaxi no mercado nacional e internacional, alteram-se não apenas o modo de organizar esta produção, mas também as relações de trabalho.

Paralelamente à mercantilização dessa lavoura, surge a necessidade de serem incorporadas ao processo produtivo, mais terras. A partir de então, a cultura do abacaxi avança, chegando às áreas que até então estavam sob o domínio dos moradores, expulsando-os de seu local de trabalho. Dessa forma, impossibilitados de continuarem com o cultivo de produtos de subsistência, estes moradores saem em busca, seja de terra e de trabalho nas propriedades ainda não tomadas pelo cultivo desse fruto, seja em busca de trabalho nos centros urbanos. Nestas condições, estes "antigos moradores" despojados de seus meios de produção - a terra em particular - não mais encontrando proprietários dispostos a aceitá-los, têm como única opção, migrar para as cidades. Por outro lado, a incapacidade desses centros em absorverem em sua totalidade este contingente populacional faz com estes retornem ao campo - local de atividade e de dependência - na condição de fonte permanente de força de trabalhobarrata para esse setor.

Segundo alguns autores, a presença deste fenômeno (o chamado trabalhador volante), torna-se mais acentuada no campo brasileiro a partir dos anos 60. Este trabalhador agrícola reside em geral nas periferias das cidades ou vilas e continuamente está se deslocando para as áreas rurais para executar tarefas em regime de empreitada.

Com efeito, a sazonalidade da incorporação da força de trabalho assalariada na produção do abacaxi é garantida pela criação de um contingente populacional cujas condições de sobrevivência consistem na venda contínua de sua força de trabalho. Dessa forma, o crescente aumento do volume de capital nas mãos dos capitalistas agrícolas associado à disponibilidade de força de trabalho, leva a que estes capitalistas optem pela utilização dos trabalhadores volantes. Paralelamente a estes fatores, a modernização dessa cultura faz com se intensifique a rotatividade do emprego na cultura do abacaxi.

Para se ter uma idéia mais aproximada de como é utilizada a força de trabalho na cultura do abacaxi, procurar-se-á, descrever as distintas tarefas que envolvem o processo produtivo do referido produto.

- 1) Preparo do solo - para a realização dos serviços de preparo do solo, necessário se faz a realização das seguintes tarefas:
 - a) fazer a broca - é a operação de derrubada da mata;
 - b) encoivarar e queimar - é a que consiste em juntar os restos não aproveitáveis das plantas cortadas e eliminá-los através do fogo;
 - c) destocamento - é a que consiste em arrancar os tocos e raízes mais próximos à superfície do terreno. 0

objetivo da operação é permitir a mecanização nas o perações seguintes, ao preparo do solo;

- d) arar - consiste em revolver o solo com o arado;
- e) calagem - é a incorporação de calcário ao solo;
- f) gradagem - consiste em passar a grade no terreno após a aração.

Tais tarefas são efetuadas por foice, machado, enxada, trator, arado, grade, havendo pouca utilização de trabalhos ma nuais.

A operação de preparo do solo, quando realizada manualmente, são utilizados 25 homens/dia por hectare. Porém, quando esta é feita pela máquina, esta operação se restringe ao emprego de apenas um homem, no caso, o tratorista.

2) Plantio

- a) selecionar as mudas - consiste em escolher boas mudas oriundas de plantas - mães sadias e vigorosas;
- b) cura - exposição das plantas ao sol, logo após sua colheita na ceva.
- c) tratar as mudas - o tratamento das mudas é feito a fim de eliminar pragas e doenças que por ventura seja transportadas junto com as mudas. É feito dois dias antes do plantio com a imersão da mesma em solução química durante alguns minutos;
- d) ceva - cevar é deixar as mudas no campo presas à plantas-mãe;
- e) plantio - é a operação que consiste em colocar a muda no solo. Normalmente, quando esta tarefa é realizada

por mulheres, elas se utilizam dos filhos menores para lhes ajudar.

Estas tarefas são feitas, na maior parte das vezes, por trabalhadores do sexo feminino e crianças, requerendo um total de 31 homens/dia/ha.

3) Tratos culturais - abrangem as seguintes operações:

- a) limpa - é a operação que consiste em arrancar o mato que nasce entre as ruas e as covas do abacaxi, prejudicando o desenvolvimento da cultura. Tal tarefa requer um grande número de trabalhadores, (182 homens/dia), não sendo utilizada a mão-de-obra feminina;
- b) adubação - consiste em se distribuir no solo uma mistura de sais minerais que contenha alimentos indispensáveis às plantas. Esta tarefa requer o emprego de 16 homens/dia por hectare.
- c) aplicação de herbicida - é uma operação que consiste em tratar o campo com a herbicida, com a finalidade de eliminar o mato. Em média, estas aplicações (03) envolvem o trabalho de 9 homens/dia/ha.
- d) antecipação da frutificação - consiste em colocar carbureto de cálcio no olho da planta, com a finalidade de antecipar a frutificação. Esta tarefa é realizada por 5 homens/dia.

- 4) Colheita e embalagem - Fazer a colheita do abacaxi consiste em retirar o fruto da planta. Em "condições normais" os frutos devem ser colhidos 22 meses após o plantio. Em seguida, estes frutos são colhidos e levados até os galpões de armazenamento, de onde serão conduzidos

posteriormente para o mercador externo ou para os centros de consumo. A embalagem consiste em acondicionar os frutos em caixas de dimensões pré-estabelecidas, para serem exportadas. Quando se destinam ao mercado regional e nacional, os frutos são arrumados a granel, nos caminhões de transportes.

A colheita do abacaxi é realizada normalmente por turmas fixas de trabalhadores. Cada turma é composta de 10 pessoas.

A utilização da força de trabalho no processo de produção do abacaxi é intensiva em quase todas as suas fases, sendo possível, sua substituição em parte apenas no preparo do solo e, na limpa. Por outro lado, a cultura do abacaxi, requer em diferentes espaços de tempo, volumes variáveis de força de trabalho. Torna-se por isso, necessário a existência de um contingente populacional, possível de ser incorporado à produção nestas ocasiões. Dessa forma, frente a não mais existência de trabalhadores residentes, torna-se de suma importância - para o não estrangulamento do processo de produção - a presença do empreiteiro, encarregado do recrutamento de mão-de-obra nas cidades e vilas.

No caso específico da cultura do abacaxi, cabe ao empreiteiro, além de arregimentar trabalhadores, determinar e fiscalizar as tarefas a serem executadas.

Cumprê destacar ainda, que em decorrência da grande intensidade do trabalho nesta cultura, os trabalhadores mais idosos são invariavelmente excluídos. Por outro lado, para a realização de certas tarefas, a preferência recai sobre a mulheres e crianças já que o vigor físico pode ser substituído pela maior rapidez, além de que a estes trabalhadores do sexo feminino se paga salários mais baixos.

Pode-se constatar ainda, através da pesquisa na região, que os empresários agrícolas não contratam diretamente crianças. Todavia, existem um grande número desses trabalhadores "mirins" nos campos de produção do abacaxi complementando o trabalho da mãe, sem contudo, receberem qualquer remuneração. Assim, os empresários agrícolas, contratam, sem dúvida, preferencialmente, aqueles trabalhadores que se dispõem a trabalhar com seus filhos menores.

A duração da jornada de trabalho nesta cultura é determinada de acordo com o contrato de trabalho estabelecido, isto é, por tarefa ou diária. Os trabalhadores contratados pela diária, começam o seu dia de serviço às 6:00 horas prolongando até 17:00 horas, com direito a 1 hora de intervalo para o almoço. No final do dia a jornada de trabalho alcança, invariavelmente, 10 horas diárias. Porém, cumpre destacar que às 5:00 horas estes trabalhadores já estão reunidos nos postos de recrutamento da cidade para serem conduzidos até os campos de produção.

Do que foi visto anteriormente, é interessante observar que certas tarefas costumam ser pagas por empreitada, notadamente o plantio e as capinas. O sistema de empreitada, trabalho por tarefa, oferece inúmeras vantagens aos empresários agrícolas capitalistas. De fato, a modalidade de salário, por si própria, controla a qualidade e a intensidade do trabalho, ficando reduzida a fiscalização por parte do empresário no regime de tarefa por empreitada, já que o valor do salário impõe por si só essa fiscalização. Assim, o poder de barganha do empresário agrícola é bem maior, pois permite deduções de salários e fraudes por parte dos empresários.

A jornada de trabalho pode ser intensificada, visto que

o trabalhador tem interesse próprio em realizar o maior número de tarefas, em um menor intervalo de tempo, para aumentar o salário, haja visto que as tarefas são niveladas por habilidade acima da média.

Essa modalidade de trabalho, não é considerada como uma forma de emprego assalariado pelo Estatuto do Trabalhador Rural, permitindo aos capitalistas maiores rendas em virtude da total ausência dos encargos trabalhistas. A condição de migrante permanente, dissolve qualquer vínculo contratual que possa trazer envolvimento, com encargos trabalhistas para os capitalistas, livrando-os do ônus de ter que mantê-lo diariamente.

Interessa pois aos empresários agrícolas, utilizarem o trabalho volante, temporário, por ser esta relação de trabalho a que permite uma maior valorização do capital, nas condições dadas do processo de produção agrícola do País. Isto porque, outras relações de trabalho (parceria, colonato, assalariamento permanente, etc.) são tidas como poucas econômicas, diante das novas condições materiais, institucionais e legais da produção.

Em linhas gerais, constata-se que a transformação fundamental que vem se processando no setor agrícola, nas últimas décadadas, é a substituição do antigo assalariado permanente pelo temporário. Paralelamente, processa-se a expulsão do parceiro, do morador, do colono, etc., criando-se assim, um contingente de proletários à procura de trabalho não só no campo, mas também na cidade.

As oportunidades de emprego para esses trabalhadores - quando existem - são sazonais, o que impede de trabalhar todos os meses do ano. Na realidade, a intensa variação sazonal do emprego na produção agrícola, gerando modificações nas relações

de trabalho, estimulada pela arbitrariedade da legislação vigente e aperfeiçoada pela patronal, passa a se constituir em uma das formas predominantes da reprodução do capital.

Estes trabalhadores volantes, dissociadas das condições de trabalho, no processo real da produção, são impelidos a venda contínua e sistemática da sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção. Dessa maneira, as relações sociais de produção que se estabelecem, revestem-se de caráter assalariado.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

6. CONCLUSÕES

Do conjunto de informações apresentadas no trabalho acredita-se possível aventar algumas conclusões preliminares que, sem pretenderem ser generalizáveis, definitivas ou exclusivas, possam servir como referência para outras investigações mais aprofundadas.

A partir da análise empírica apresentada no decorrer do trabalho, pôde-se constatar a presença do capital na exploração da cultura do abacaxi em Sapé, o que gerou, ao longo do tempo, mudanças substanciais, não apenas na forma de organizar esta produção, mas também e principalmente, mudanças sociais e econômicas, resultado do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura em geral.

Conforme foi visto no capítulo III, estas mudanças assumiram alguma significação no início da década de 60 acelerando-se na década seguinte onde, a partir de então, a exploração comercial do abacaxi se expande e intensifica sua base técnica.

Alguns dados e informações indicam certos aspectos importantes da transformação em curso na região. Trata-se, antes de tudo do avanço da produção de abacaxi ao lado da cana-de-açúcar em direção às áreas destinadas ao cultivo dos produtos de subsistência. Na verdade, esta "corrida" em busca de novas terras, se deu, primordialmente, através da incorporação dessas áreas, provocando a expulsão dos antigos moradores (e de suas famílias), que dispunham de terras intercaladas às plantações de abacaxi e cana-de-açúcar. Nesse processo emerge de forma acentuada um

significativo recuo da produção de subsistência, não sendo raros os casos em que áreas dedicadas a essa produção no passado venham sendo utilizadas para o plantio dos referidos produtos comerciais.

De fato, entre os anos 1950 e 1980, pode-se verificar uma significativa diminuição da produção de certos produtos de subsistência (vide quadro 3, p.41). Ao que parece, este recuo serve como indício seguro de que a expansão da produção do abacaxi e da cana-de-açúcar na região, se faz em prejuízo da de subsistência.

Um outro aspecto a considerar, conforme indicam os dados, é que, atualmente, as mudanças incorporadas ao processo produtivo do abacaxi se dão com mais intensidade no plano qualitativo ou seja, ao que parece, houve mudanças na produtividade do trabalho. O uso de adubos e fertilizantes, de um lado, e a mecanização, de outro, vêm acelerando essa utilização intensiva do solo. Em razão disso, a expansão dessa produção tem sido alcançada não através da incorporação de novas áreas mas, sobretudo, através da mecanização, biologização e principalmente da quimificação. Explica-se assim o incremento da produção que se tem verificado nos últimos anos, sem que a área cultivada total tenha aumentado em proporções consideráveis.

Dentro desse quadro de transformações, acentua-se no tempo o processo de migração campo-cidade. Emigram não apenas os assalariados rurais, mais também pequenos proprietários de terras que se vêm impossibilitados de garantirem sua reprodução mediante o plantio de produtos de subsistência. Dessa forma, frente ao avanço da produção capitalizada de um lado, e de outro, impossibilitados de se expandirem por não possuírem capital su

ficiente, a única alternativa será a de vender ou arrendar suas propriedades e sair em busca de novas áreas.

Da mesma forma, pode-se constatar ainda que, no período coberto pelos últimos censos demográficos, o crescimento da população de Sapé foi mínimo (vide quadro 5, p.43), indicando claramente que este fenômeno guarda estreita relação com o movimento emigratório da região.

E esta situação se agrava se se leva em consideração o fato de que com a mecanização no campo, que dispensa cada dia mais mão-de-obra, uma parte significativa dessa população - que se dirige para as cidades à procura de uma oportunidade de trabalho - não é absorvida. Com efeito, a falta de alternativa de emprego, também no setor urbano, determina a formação de um exército de reserva possível de ser convocado tanto para os serviços rurais quanto para os urbanos.

Esse fato contribui seguramente para a formação de bolsões de força de trabalho desempregada que vive em condições sub-humanas na periferia da cidade, repercutindo fortemente sobre as condições de vida e de trabalho da população desse município.

No que se refere à estrutura agrária entre os proprietários fundiários produtores de abacaxi em Sapé, pode-se afirmar que a mesma não difere substancialmente do padrão das demais estruturas agrárias do país, onde a tendência fundamental ainda continua sendo a manutenção de um elevado grau de concentração da propriedade da terra.

Da mesma forma, constatou-se ainda que, no município de Sapé, o processo de concentração de terras se mantém com altos níveis de concentração. Paralelamente ao processo de concentra

ção de riqueza sob a forma natural (Terras), ocorre uma diminuição relativa e absoluta, dos arrendatários e parceiros da região (vide cap. III).

Dentro desse contexto, interessa reter que a expressiva participação da política de apoio à modernização, bem como a possibilidade de expansão da propriedade através do crédito subsidiado, facilitando a compra de novas terras, contribuíram para elevar os níveis de concentração da propriedade e o preço da terra.

Associando-se esses dados às informações concernentes ao processo de capitalização em curso, na exploração do abacaxi em Sapé, chega-se à conclusão de que não há qualquer relação entre o desenvolvimento das forças produtivas no campo e a estrutura concentrada da terra.

Dentro da perspectiva do presente estudo acredita-se ser razoável concluir que inúmeras são as evidências disponíveis que contradizem os argumentos daqueles que vêm na forma concentrada da terra um empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas.

Com efeito, no Brasil, de forma geral, a estrutura agrária, ainda que tenha, no curso dos últimos decênios, passado por substanciais mudanças, continua apresentando na forte concentração da propriedade uma de suas mais marcantes características. Os argumentos que concedem peso tão significativo à concentração fundiária, como entrave ao desenvolvimento agrícola, acabaram por perder de vista que as recentes transformações desse setor se deram de forma absolutamente independente dos graus de concentração fundiária. Assim, pode ser tomado, como exemplo o caso de São Paulo e o do Rio Grande do Sul, que apresentam um dos mais altos índices de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Não obstante, São Paulo é caracterizado como um dos estados de maior concentração fundiária e o Rio Grande do Sul colocado entre os de menor concentração.

A despeito mesmo da permanência de uma elevada concentração fundiária, a expansão do capitalismo na agricultura tem se verificado de forma bastante expressiva. Tal concentração, antes mesmo de se configurar em um dos obstáculos maiores ao desenvolvimento, passa a ser um dos pressupostos básicos do modo de produção imperante. Da mesma forma, esta concentração implica certo grau de expropriação.

No Brasil, o processo de expropriação generalizada a que estão submetidos segmentos da população agrícola, constitui um dos fenômenos que retrata a presença afirmadora do capital nesse setor.

No caso específico em estudo, o conjunto de informações apresentadas revelam que se está diante de uma exploração modernizada e de caráter e substância capitalista. Verifica-se a utilização de trabalho assalariado, adubos, fertilizantes (tanto químicos como naturais), sementes, mudas selecionadas, além de máquinas e equipamentos. (vide cap. IV). Por outro lado, verifica-se ainda que a capitalização não se restringe unicamente às grandes propriedades, mas ao contrário, estende-se também às pequenas, sendo no entanto mais significativa, nas propriedades de tamanho médio.

Neste processo intervém o Estado, cumprindo seu papel no sentido de facilitar a reprodução do capital, gerando estímulos à sua penetração no campo. Dessa forma, através da intervenção do Estado, o tradicional modelo de expansão agrícola, fundado no uso extensivo da terra cede gradativamente lugar a uma agricul

tura mais intensiva visando melhores níveis de produção e produtividade.

Este é o caso por exemplo da exploração da cultura do abacaxi onde o Estado passa a atuar no sentido de facilitar esta penetração; seja através da criação de condições infraestruturais gerais, seja facilitando mecanismos de acesso ao crédito. Posto isto, verifica-se que nessa exploração, o crédito agrícola Estatal não apenas viabiliza mas também, permite a capitalização de certos grupos de pequenos e médios proprietários (vide cap. IV). Em linhas gerais, através do crédito subsidiado e da montagem de uma estrutura de prestação de serviços, ele incentiva e fortalece a formação dos capitalistas rurais.

O processo de modernização em curso na cultura do abacaxi tende a provocar fortes reflexos sobre os diversos agentes que compõem a estrutura social de Sapé, acarretando mudanças qualitativas e quantitativas na produção e reprodução das relações sociais. Assim, aqueles que não conseguem acompanhar o real processo de capitalização em curso, cedo ou tarde perderão a condição de proprietários privados dos meios de produção - a terra em particular.

De modo geral, no que se refere a evolução e transformações por que passa o município de Sapé, resultado do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, observa-se um dos seus traços mais característicos: o processo de proletarização que atinge contingentes cada vez mais significativos de trabalhadores. Processo que se torna mais evidente ao se considerar a diminuição, relativa e absoluta, dos empregados em regime permanente, dos parceiros e moradores, quando simultaneamente, eleva-se a participação dos empregados em regime temporário (vide

quadro 22, p.171). Da mesma forma observa-se ainda que, embora o trabalho familiar apresente aumento absoluto no período em estudo, a força de trabalho assalariada no município se destaca como sendo a que mais tem crescido (vide ainda, quadro 22).

Mesmo que não se disponha de séries temporais que permitam uma análise mais precisa da evolução das distintas formas de relações de trabalho nessa cultura, tudo parece indicar a ocorrência de um acentuado processo de assalariamento.

A inexpressiva participação do trabalho familiar, dos colonos e parceiros, associada à significativa participação do trabalho assalariado temporário, na exploração desse fruto, constitui indício seguro das modificações em curso no emprego dessa mão-de-obra.

Na verdade, o movimento de modernização na cultura do abacaxi, comandado pelo processo de acumulação do capital implicou na expulsão pura e simples da mão-de-obra residente (é provável que grande parte da força de trabalho que antes era permanente, esteja atualmente sendo empregada apenas temporariamente). Com isto, cresce a utilização da mão-de-obra volante ou temporária recrutada na periferia urbana. Conseqüentemente, o trabalho assalariado passa a ser utilizado em todos os tamanhos de propriedades, inclusive, com mais intensidade nas de tamanho médio.

A intensificação do caráter mercantil e da capitalização nessa cultura, está se processando concomitantemente com profundas transformações na força de trabalho agrícola, onde o trabalho permanente é substituído pelo temporário. Há indicações claras de que o trabalho temporário nessa exploração configura cada vez mais a tendência de uma exploração que só emprega mão-

de-obra para determinadas tarefas.

A crescente afirmação dessa tendência resulta no crescimento do número de "proletários do campo" ao mesmo tempo em que lhes reduz a importância econômica e política, e lhes impõe uma condição de migrantes permanentes em busca de mercado para sua força de trabalho.

Em linhas gerais, a exploração agrícola do abacaxi em Sapé, configura-se como capitalista pela aplicação de capital constante, pela racionalização do processo produtivo e pela existência de trabalho assalariado, visando sobretudo melhores níveis de produção e produtividade.

Com isto não se está afirmando que o processo de desenvolvimento do capital na exploração do abacaxi em particular e, em geral, na agricultura, se dê de forma harmoniosa e generalizada. Muito ao contrário, encontra-se ainda no campo, diferentes formas de propriedades e organização de produção não tipicamente capitalistas.

O fato de o processo de modernização não ter alcançado a todos e por isso mantendo o predomínio ainda das grandes explorações agrícolas de um lado e, de outro, um grande número de pequenos proprietários pauperizados, levou à crença de que a não generalização de relações de produção capitalistas no setor agrícola refletiria os baixos níveis de penetração de capital nesse setor.

De acordo com o ponto de vista apresentado neste trabalho, entende-se que o avanço e a afirmação da capitalização não implica necessariamente na organização produtiva da totalidade das explorações de forma tipicamente capitalista. Entende-se que na sociedade burguesa, o capital se reproduz subordinando todas

as relações sociais, porém, não necessariamente da mesma forma. Assim, segundo os interesses do capital e totalmente submetidas ao seu ritmo de acumulação, formas "não capitalistas" coexistem em seu interior. Em todo esse processo, no entanto, sobressai como verdade inquestionável a força do avanço e dominação do ca
pital.

De modo bastante amplo, entende-se que o avanço e a afirmação do capitalismo no campo tem conduzido não apenas à cre
scente mercantilização, inovação técnica e capitalização de vas
tos segmentos da produção agropecuária desse país mas, também, à formação de um expressivo número de assalariados agrícolas.

Dentro deste contexto, caberia reter aqui alguns pontos que poderiam se constituírem em elementos para uma reflexão mais aprofundada. Assim, cumpre indagar:

- A solução para a situação de extrema pauperização e vio
lência do processo de expropriação a que estão submeti
dos os "trabalhadores agrícolas" brasileiros podem ser en
contradas no marco de uma proposta de redistribuição mais igualitária da terra e da renda ?
- Será que, com um hipotético rompimento do monopólio da propriedade da terra, os trabalhadores agrícolas se apro
priariam realmente dos "frutos do seu trabalho" ? Ou será que para isso, não se faria necessária a eliminação do caráter privado da propriedade dos meios de produção, da apropriação privada do excedente econômico e, conse
qüentemente, dos fundamentos da expropriação da classe proletária na produção social ?

Efetivamente, mesmo com a implementação da "Reforma Agrária" os meios de produção continuaria sendo privados no setor

agrícola só que, nesta hipótese, em muito mais mãos. Da mesma forma, os demais setores da economia (secundário e terciário) continuariam funcionando dentro da lógica e das leis da acumulação do capital. Pode-se então supor que esta lógica e estas leis continuariam atuando ainda no setor agrícola. Conseqüentemente, o processo de assalariamento que já se observa, o processo de concentração, de expropriação, de tecnificação, etc., continuaria sua marcha inexorável no campo.

Por outro lado, não será que a situação de degradação material, de exploração e de miséria a que se encontram submetidos os "trabalhadores agrícolas", já não mais dizem respeito a questão do atraso do capitalismo, senão, justamente, à questão do seu avanço ?

Hoje, a grande maioria desses trabalhadores já são assalariados, então, pode-se supor que o desfecho para estas questões talvez tenham que ser encontradas no limite de alternativas para a sociedade em seu conjunto, tendo em vista que a "questão agrária brasileira" assume, na atualidade, um caráter mais amplo e complexo. Além disso, os fatores de mudanças que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas, a superexploração do trabalho e a extensão da miséria não constituem obstáculos para o desenvolvimento do capitalismo. São, ao contrário e ao mesmo tempo, uma condição de sua realização e a conseqüência de seu funcionamento.

A N E X O S

A N E X O I

ORÇAMENTO PARA FUNDAÇÃO DE 01 HA DE ABACAXI.

OPERAÇÕES: Manuais e Mecânicas

VARIEDADE: Jupy/Pérola

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR (Cr\$)* |
|--|---------------|
| A) Preparo do Solo | |
| 1) Roçagem | 16.000 |
| 2) Aração | 16.000 |
| 3) Gradagem | 8.000 |
| 4) Sulcagem | <u>8.000</u> |
| | 48.000 |
| B) Plantio | |
| 1) Colheita de Mudas | 16.000 |
| 2) Transporte com Mudas | 92.000 |
| 3) Desinfecção de Mudas | 51.544 |
| 4) Transporte Pessoal | 10.000 |
| 5) Plantio | <u>19.500</u> |
| | 189.044 |
| C) Tratos Culturais | |
| 1) Adubação Sólida (3) | 196.899 |
| 2) Adubação Líquida (3) | 24.154 |
| 3) Transporte adubos (Transp. + M. Obra) | 12.080 |
| 4) Mistura de adubos | 3.060 |
| 5) Aplicação de adubos | 2.600 |
| 6) Capinas(6) | 106.080 |
| 7) Inseticidas (3 aplicações) | 54.000 |
| 8) Herbicida (2 aplicações) | 65.000 |
| 9) Colheita | 44.880 |
| 10) Indução Floral (Produto) | 21.350 |
| 11) Indução Floral (m. Obra) | <u>6.000</u> |
| | 536.103 |
| TOTAL GERAL | 773.147 |

FONTE: PLANTES - Planejamento Técnico e Serviços Agropecuários - Sapé - 1983

* Cr\$ de 1983.

A N E X O I I

ORÇAMENTO PARA FUNDAÇÃO DE 01 HA DE ABACAXI.

OPERAÇÕES: Manuais e Mecânicas

VARIEDADE: Smooth Cayenne.

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR (Cr\$)* |
|--|---------------|
| A) Preparo do Solo | |
| 1) Roçagem | 16.000 |
| 2) Aragem | 16.000 |
| 3) Gradagem | 8.000 |
| 4) Calagem | 8.000 |
| 5) Sulcagem | <u>8.000</u> |
| | 56.000 |
| B) Plantio | |
| 1) Colheita de Mudanças | 25.000 |
| 2) Transporte de Mudanças | 106.080 |
| 3) Transporte de Pessoal | 16.000 |
| 4) Desinfecção de Mudanças | 51.544 |
| 5) Classificação de Mudanças | 3.060 |
| 6) Plantio | <u>19.500</u> |
| | 221.184 |
| C) Tratos Culturais | |
| 1) Adubação Sólida (3) | 195.724 |
| 2) Adubação Líquida (4) | 32.206 |
| 3) Transp. Adubos (tratos + M. Obra) | 12.060 |
| 4) Mistura de adubos | 3.060 |
| 5) Aplicação de adubos | 2.600 |
| 6) Capinas | 106.080 |
| 7) Herbicidas (2) | 69.896 |
| 8) Aplicação de Inseticidas (4) | 91.584 |
| 9) Ethrel | 39.672 |
| 10) Corretivos | 10.040 |
| 11) Colheita | <u>78.540</u> |
| | 887.152 |
| TOTAL GERAL | 1.164.336 |

FONTE: PLANTES - Planejamento Técnico e Serv. Agropecuários - Sapê - Pb - 1983

* Cr\$ de 1983.

ANEXO III - NÚMERO E ÁREA TOTAL DOS IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES DE ABACAXI EM SAPE - PARAÍBA - 1981

| CLASSES DE ÁREA (ha) | NÚMERO DE IMÓVEIS | ÁREA TOTAL (ha) | ÁREA EXPLORADA (ha) | ÁREA EXPLORADA COM ABACAXI (ha) |
|-------------------------|-------------------|--------------------|------------------------|------------------------------------|
| 0 — 5 | 4 | 10,5 | 10,5 | 7,9 |
| 5 — 10 | 5 | 34,5 | 33,5 | 22,4 |
| 10 — 20 | 6 | 91,5 | 91,4 | 78,0 |
| 20 — 50 | 5 | 149,2 | 147,2 | 111,0 |
| 50 — 100 | 5 | 413,5 | 376,0 | 171,0 |
| 100 — 200 | 6 | 912,3 | 852,6 | 500,0 |
| 200 — 500 | 2 | 486,0 | 475,0 | 355,0 |
| 500 — 1.000 | 3 | 1.987,0 | 1.800,0 | 206,0 |
| 1.000 e mais * | 2 | 2.599,8 | 2.041,6 | 956,0 |
| T O T A L | 38 | 6.684,3 | 5.827,8 | 2.377,3 |

FONTE: Pesquisa de Campo: Levantamento realizado nos escritórios de Planejamento, Assistência Técnica e Pesquisa (PLANTES e EMATER) - Sapé - Pb - 1981.

* Está incluída a Fazenda Buracão (Maguary).

ANEXO IV - USO DE TRATORES, DE IMPLEMENTOS A TRACÇÃO ANIMAL, DE SEMENTES OU MUDAS SELECIONADAS, DE DEFENSIVOS, DE ADUBOS E QUANTIDADE DE FERTILIZANTES QUÍMICOS CONSUMIDOS NO IMÓVEL SEGUNDO OS DIVERSOS GRUPOS DE PROPRIEDADES - SAPIÉ - 1978.

| CLASSES DE ÁREA (ha) | NÚMERO DE PROPRIEDADES | USA TRATOR | | QUANTOS SÃO PRÓPRIOS | USA IMPLEMEN TO A TRACÇÃO ANIMAL | | USA SEMENTES OU MUDAS SE LECCIONADAS | | USA DEFENSI VOS | | USA ADUBO OR GÂNICO | | QUANTIDADE DE F LIZANTES QUÍM CONSUMIDOS NO VEL (ANO ANTERI (kg) |
|-------------------------|---------------------------|------------|-------|----------------------------|--|-----|--|-----|--------------------|-----|------------------------|-----|--|
| | | SIM + | NÃO + | | SIM | NÃO | SIM | NÃO | SIM | NÃO | SIM | NÃO | |
| 0 — 5 | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 | 3 | 0 | 0 | 3 | 2.000 |
| 5 — 10 | 3 | 2 | 1 | 0 | 1 | 2 | 2 | 1 | 3 | 0 | 3 | 0 | 4.000 |
| 10 — 20 | 6 | 3 | 3 | 1 | 0 | 6 | 6 | 0 | 6 | 0 | 6 | 0 | 28.000 |
| 20 — 50 | 3 | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 13.000 |
| 50 — 100 | 3 | 2 | 1 | 4 | 0 | 3 | 3 | 0 | 3 | 0 | 3 | 0 | 80.000 |
| 100 — 200 | 4 | 2 | 2 | 2 | 1 | 3 | 4 | 0 | 4 | 0 | 4 | 0 | 113.000 |
| 200 — 500 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 60.000 |
| 500 — 1.000 | 5 | 5 | 0 | 5 | 1 | 4 | 4 | 1 | 4 | 1 | 4 | 1 | 323.800 |
| 1.000 e mais | 2 | 1 | 1 | 2 | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 521.000 |
| T O T A L | 30 | 20 | 10 | 14 | 3 | 27 | 24 | 6 | 28 | 2 | 25 | 5 | 1.144.800 |

FONTE: Agrupamento construído a partir dos Dados do Cadastro do INCRA - SAPIÉ - 1978.

+ Número de informantes.

ANEXO V - VALOR DAS DESPESAS EM CAPITAL CIRCULANTE NOS IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES DE ABACAXI EM SApS - 1 9 7 8

| C A P I T A L C I R C U L A N T E | | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--|---|---|-----------------------------------|--|---------------------|
| CLASSES DE ÁREA (ha) | SALÁRIOS PAGOS A EMPREGADOS PERMANENTES (Cr\$) (1) | SALÁRIOS PAGOS DIRETAMENTE A EMPREGADOS EVENTUAIS (Cr\$) (1) | DESPESAS C/MÃO-DE-OBRA CONTRATADA ATRAVÉS DE EMPREITADA (Cr\$) (1) | OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO * (Cr\$) (1) | SEMENTES E MUDAS (Cr\$) (1) | FERTILIZANTES E DEFENSIVOS ** (Cr\$) (1) | TOTAL (Cr\$) (1) |
| 0 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5 10 | 0 | 9.000 | 0 | 6.000 | 0 | 18.500 | 33.500 |
| 10 20 | 0 | 264.100 | 0 | 41.700 | 50.000 | 49.000 | 404.800 |
| 20 50 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 50 100 | 90.000 | 154.700 | 38.000 | 302.765 | 0 | 218.000 | 803.465 |
| 100 200 | 172.320 | 881.500 | 70.000 | 365.500 | 49.000 | 270.000 | 1.808.320 |
| 200 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 500 1.000 | 749.700 | 4.496.800 | 0 | 3.000.000 | 543.360 | 7.870.932 | 16.660.792 |
| 1.000 e mais | 169.600 | 729.034 | 0 | 753.248 | 317.000 | 960.860 | 2.929.742 |
| T O T A L | 1.181.620 | 6.535.134 | 108.000 | 4.469.213 | 959.360 | 9.387.292 | 22.640.619 |

FONTE: Agrupamento construído a partir dos dados do Cadastro do INCRA - SapS - 1 9 7 8

* Combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, custos de assistência técnica, produtos veterinários e ainda, gastos com sementes ou mudas, etc.

** Neste item, além dos gastos com fertilizantes e defensivos, inclui, gastos com herbicidas e arboricidas e corretivos.

(1) Cr\$ de 1978.

ANEXO VI - VALOR DAS DESPESAS EM CAPITAL FIXO, NOS IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES DE ABACAXI EM SAPÉ - 1 9 7 8

| C A P I T A L F I X O | | | | | | | |
|-------------------------|---|------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|--|--|-------------------------|
| CLASSES DE ÁREA (ha) | CULTURAS PERMANENTES + (Cr\$) (1) | CONSTRUÇÕES ++ (Cr\$) (1) | INSTALAÇÕES ++++ (Cr\$) (1) | MELORAMENTOS +++++ (Cr\$) (1) | EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS+++++ (Cr\$) (1) | EQUIPAMENTOS P/TRAÇÃO ANIMAL (Cr\$) (1) | T O T A L (Cr\$) (1) |
| 0 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 10 20 | 2.000 | 0 | 0 | 1.800 | 0 | 0 | 3.800 |
| 20 50 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 50 100 | 0 | 0 | 300.000 | 25.000 | 995.000 | 0 | 1.320.000 |
| 100 200 | 65.000 | 50.000 | 32.000 | 82.000 | 592.000 | 0 | 821.000 |
| 200 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 500 1.000 | 630.000 | 630.000 | 0 | 1.219.760 | 3.244.000 | 0 | 5.723.760 |
| 1.000 e mais | 445.200 | 200.000 | 100.000 | 45.000 | 42.500 | 0 | 832.700 |
| T O T A L | 1.142.200 | 880.000 | 432.000 | 1.373.560 | 4.873.500 | 0 | 8.701.260 |

FONTE: Agrupamento construído a partir dos Dados do Cadastro do INCRA - Sapé - 1 9 7 8

+ De Duração superior a 4 anos

++ Prédios, depósitos, galpões e casas de trabalhadores

+++ Estábulo, mangueiras, currais, pocilgas, etc.

++++ Eletricidade rural, comunicações (Telefone, rádio), cercas, tanques; estradas de acesso ou circulação, etc.

+++++ Tratores, veículos de carga e utilitários, implementos, máquinas e aparelhos agrícolas, etc.

(1) Cr\$ de 1978.

ANEXO VII - INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO AGRÍCOLA NOS IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES DE ABAÇAXI, POR CLASSES DE ÁREA - SAPÉ - 1978

| CLASSES DE ÁREA (ha) | NÚMERO DE PROPRIEDADES | JÁ OBTVEU CRÉDITO ALGUMA VEZ | | OBTVEU CRÉDITO NO ANO ANTERIOR | | FONTE PRINCIPAL DO CRÉDITO | |
|-------------------------|------------------------|---------------------------------|-------|-----------------------------------|-------|---|---|
| | | SIM + | NÃO + | SIM + | NÃO + | BANCO OU INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO ESTADUAL | INDUSTRIAL; OUTRAS FONTES PARTICULARES |
| | | | | | | | |
| 0 — 5 | 3 | 1 | 2 | 0 | 3 | 0 | 3 |
| 5 — 10 | 3 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 |
| 10 — 20 | 6 | 5 | 1 | 5 | 1 | 5 | 1 |
| 20 — 50 | 3 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 |
| 50 — 100 | 3 | 3 | 0 | 3 | 0 | 3 | 0 |
| 100 — 200 | 4 | 4 | 0 | 4 | 0 | 4 | 0 |
| 200 — 500 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| 500 — 1.000 | 5 | 5 | 0 | 4 | 1 | 5 | 0 |
| 1.000 e mais | 2 | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 |
| T O T A L | 30 | 25 | 5 | 22 | 8 | 24 | 6 |

FONTE: Agrupamento construído a partir dos dados do Cadastro do INCRA - Sapé - 1978

+ Número de informantes.

ANEXO VIII - RELAÇÃO DO VALOR TOTAL DO CRÉDITO OBTIDO E APLICADO EM CUSTEIO, INVESTIMENTOS E COMERCIALIZAÇÃO, POR CLASSES DE ÁREAS ENTRE AS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE ABACAXI - SAPÉ - 1978.

| CLASSES DE ÁREAS (ha) | NÚMERO DE PROPRIEDADES | VALOR TOTAL DO CRÉDITO OBTIDO (Cr\$) (1) | CRÉDITO PARA CUSTEIOS + (Cr\$) (1) | CRÉDITO PARA INVESTIMENTOS FIXOS ++ (Cr\$) (1) | CRÉDITO PARA INVES- TIMENTOS EM FORMA- ÇÃO DE CULTURAS+++ (Cr\$) (1) | CRÉDITO PARA COMERCIALIZA- ÇÃO ++++ (Cr\$) (1) | VALOR TOTAL DO CRÉDITO APLICADO (Cr\$) (1) |
|--------------------------|---------------------------|--|--|---|---|---|---|
| 0 — 5 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5 — 10 | 3 | 58.000 | 32.000 | 0 | 10.500 | 0 | 42.500 |
| 10 — 20 | 6 | 380.000 | 327.000 | 20.000 | 0 | 0 | 347.000 |
| 20 — 50 | 3 | 575.000 | 570.000 | 0 | 0 | 5.000 | 1.575.000 |
| 50 — 100 | 3 | 1.670.000 | 108.000 | 0 | 1.469.000 | 0 | 1.577.000 |
| 100 — 200 | 4 | 1.738.000 | 1.038.000 | 0 | 700.000 | 0 | 1.738.000 |
| 200 — 500 | 1 | 21.076.950 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 500 — 1.000 | 5 | 12.668.600 | 3.687.465 | 4.326.000 | 0 | 0 | 20.592.065 |
| 1.000 e mais | 2 | 2.552.550 | 1.637.940 | 720.910 | 37.000 | 0 | 2.395.850 |
| T O T A L | 30 | 28.050.500 | 16.381.540 | 4.428.375 | 6.452.500 | 5.000 | 27.267.415 |

FONTE: Agrupamento construído a partir dos dados do Cadastro do INCRA - Sapé - 1978.

- + Despesas relativas às atividades agrícolas, pecuárias, granjeiras, tais como: Fertilizantes, defensivos, rações, serviços de empreitada, etc.
- ++ Ajudagem, aquisição de máquinas e equipamentos construções, instalações e melhoramentos, etc.
- +++ Desmatamento, destaca, drenagem, proteção e recuperação do solo e fundação de lavouras permanentes, inclusive pastagens.
- ++++ Armazenamento, preservação, acondicionamento, seguros, impostos, etc.

(1) Cr\$ de 1978.

ANEXO IX - COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA TOTAL OCUPADA NOS IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES DE ABACAXI - SAPÉ - 1978

| CLASSES DE ÁREA (ha) | TRABALHADORES PERMANENTES | TRABALHADORES TEMPORÁRIOS ⁺ | DEPENDENTES DO PROPRIETÁRIO QUE TRABALHAM NO IMÓVEL ⁺⁺ | OUTROS (COLONOS, PARCEIROS) ⁺⁺⁺ | T O T A L |
|-------------------------|------------------------------|---|--|---|-----------|
| 0 — 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5 — 10 | 0 | 14 | 6 | 0 | 20 |
| 10 — 20 | 10 | 97 | 16 | 1 | 124 |
| 20 — 50 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 50 — 100 | 51 | 147 | 9 | 3 | 210 |
| 100 — 200 | 25 | 1.295 | 5 | 9 | 1.334 |
| 200 — 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 500 — 1.000 | 56 | 1.870 | 0 | 13 | 1.939 |
| 1.000 e mais | 95 | 764 | 1 | 26 | 886 |
| T O T A L | 237 | 4.187 | 37 | 52 | 4.513 |

FONTE: Agrupamento construído a partir dos dados do Cadastro do INCRA - SAPÉ - 1978.

+ Número máximo de assalariados temporários (total anual).

++ Pessoas da família do proprietário que trabalham no imóvel sem receber qualquer salário monetário.

+++ Pessoas que trabalham no imóvel e que recebem como forma principal de pagamento, uma remuneração em produto ou o direito de moradia onde plantar roça para sua subsistência.

ANEXO X - COMPOSIÇÃO MENSAL DA MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA TEMPORÁRIA, NOS IMÓVEIS RURAIS PRODUTORES DE ABACAXI - SAPÉ - 1978

| CLASSES DE ÁREA (ha) | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO |
|-------------------------|---------|-----------|-------|-------|------|-------|-------|--------|----------|---------|----------|----------|
| 0 ─ 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5 ─ 10 | 5 | 5 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 10 ─ 20 | 3 | 4 | 14 | 8 | 6 | 6 | 5 | 14 | 12 | 12 | 8 | 5 |
| 20 ─ 50 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 50 ─ 100 | 14 | 10 | 13 | 12 | 12 | 11 | 12 | 11 | 12 | 11 | 15 | 14 |
| 100 ─ 200 | 110 | 85 | 80 | 85 | 115 | 118 | 78 | 121 | 136 | 141 | 113 | 113 |
| 200 ─ 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 500 ─ 1.000 | 63 | 56 | 121 | 233 | 117 | 147 | 182 | 145 | 220 | 195 | 201 | 190 |
| 1.000 e mais | 52 | 33 | 23 | 20 | 22 | 53 | 57 | 95 | 102 | 102 | 105 | 100 |
| T O T A L | 247 | 193 | 255 | 358 | 272 | 235 | 334 | 386 | 482 | 461 | 442 | 422 |

FONTE: Agrupamento construído a partir dos dados do Cadastro do INCRA - SAPÉ - 1978.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AUED, Bernadete - A Vitória dos Vencidos. Dissertação de Mestrado - UFPb - Campina Grande (1981). (mimeografado).
- BRITO, Carlos Alberto - Perfil de Comercialização: Abacaxi. Secretaria da Indústria e do Comércio - João Pessoa - 1981 (mimeografado).
- CÂMARA CASCUDO, L. da - História da Alimentação no Brasil, Cardápio Indígena: Dieta Africana. Ementa Portuguesa (Pesquisas e Notas). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.
- CARNEIRO, Mário Afonso - Relatório Sobre a Área de Sapé. Rio-Centro Latino-Americano de Ciências Sociais, 1963(mimeografado).
- FURTADO, Celso - Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- _____ - Dialética do Desenvolvimento. 2.^a edição, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- _____ - Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- GUIMARÃES, Alberto Passos - Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro, 4.^a edição, Paz e Terra, 1968.
- _____ - A Crise Agrária. Editora Paz e Terra, 1979.
- GONZALES, E. N. e BASTOS, M. I. - O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira, In: PINSKY, J. (Org.), Capital e Trabalho no Campo, Editora Hucitec, São Paulo, 1977.

- GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.) - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, Hucitec, 1980.
- _____ - A Modernização Dolorosa, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- _____ - A Questão Agrária no Brasil, In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, Ano VII, nº 6, nov./dez., 1977.
- _____ - Para onde vai a Agricultura ? In: Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, abril/1979.
- _____ - O que é a Questão Agrária, Coleção Primeiro Passos, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Sinóse Preliminar do Censo Demográfico da Paraíba, 1980: Censos Demográficos da Paraíba, 1960/1980; Anuário Estatístico do Brasil, 1976/1980; Censos Agrícolas e Agropecuários da Paraíba, 1940/1980; Produção Agrícola Municipal da Paraíba, 1980.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Declaração anual para cadastro de Imóvel Rural dos Proprietários Fundiário produtores de abacaxi em Sapé, (dados não publicados), 1978.
- IANNI, Octávio - Ditadura e Agricultura. Civilização Brasileira, 1979.
- LAMBERT, Jacques - Os dois Brasis. Rio de Janeiro, INEP - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1959.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia - Parceria e Capitalismo. Zahar

- LENIN, V. - Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Brasil Debates, São Paulo, 1980 (a).
- ——— - O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905 - 1917. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980 (b).
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia - Parceria e Capitalismo. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.
- MANTEGA, Guido e MORAES, Maria - A Economia Política Brasileira em Questão 1964 - 1975. Cadernos do Presente nº 1, São Paulo, Editora Aparte, 1978.
- MARTINS, José de Souza - Capitalismo e Tradicionalismo. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1975.
- ——— - O Cativo da Terra. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- MARX, Karl - O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- OLIVEIRA, Francisco - A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Seleção CEBRAP, nº 1, São Paulo, Brasiliense, 1975.
- PRADO, Caio - Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil, In: Questão Agrária no Brasil, Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.
- RUSSOMANO, M. Victor - Curso de Direito do Trabalho. Rio de Janeiro, José Konfino Edit., 1972.
- SALAMA, Pierre & MATHIAS, Gilberto - O Estado Superdesenvolvido: das Metrôpolis ao Terceiro Mundo. São Paulo, Brasiliense, 1983.

- SANDRONI, Paulo - Questão Agrária e Campesinato. Editora Polis, São Paulo, 1980.
- SILVA, Sérgio - Formas de Acumulação e Desenvolvimento do capitalismo no Campo. In: Capital e Trabalho no Campo, São Paulo, Hucitec, 1977.
- _____ - Agricultura e Capitalismo no Brasil. In: Contexto, Revista Quadrimestral nº 1, novembro, 1978.
- SINGER, Paulo - Agricultura e Desenvolvimento Econômico. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, Universidade de Minas Gerais, nº 12, outubro, 1961.
- SÓRJ, B. - Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- SODRÉ, N. W. - História da Burguesia Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- VINHAS, M. - Problemas Agrários - Camponeses no Brasil. Rio de Janeiro, 1972.